

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS – UNESP,
UNICAMP E PUC-SP

WILLIAN MORAES ROBERTO

AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA CONTEMPORÂNEA DA TURQUIA: AS
RESPOSTAS DIANTE DAS REVOLTAS ÁRABES PÓS-2011

SÃO PAULO

2018

WILLIAN MORAES ROBERTO

AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA CONTEMPORÂNEA DA TURQUIA: AS
RESPOSTAS DIANTE DAS REVOLTAS ÁRABES PÓS-2011

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.
Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

SÃO PAULO

2018

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

R642 Roberto, Willian Moraes.
As mudanças na política externa contemporânea da Turquia : as respostas diante das revoltas árabes pós-2011 / Willian Moraes Roberto. – São Paulo, 2018.
132 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Reginaldo Mattar Nasser.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) –
UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais San Tiago Dantas, 2018.

1. Turquia – Relações exteriores – Séc. XXI. 2. Oriente Médio –
Relações exteriores – Séc. XXI. 3. Segurança internacional. 4. Curdos.
5. Estado Islâmico (Organização). I. Título.

CDD 327.561

WILLIAN MORAES ROBERTO

AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA CONTEMPORÂNEA DA TURQUIA: AS
RESPOSTAS DIANTE DAS REVOLTAS ÁRABES PÓS-2011

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Estudos de Segurança Internacional, Segurança Regional, novos temas e abordagens”.
Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz (Universidade Estadual de Campinas)

Prof. Dr. Andre Barrinha (University of Bath)

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi desenvolvido com o auxílio de uma bolsa concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES). Agradeço pelo auxílio outorgado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Reginaldo Nasser, por todo o intenso ensinamento passado e pela troca de experiências ao longo desses dois anos de mestrado, mas também pelo apoio pessoal e amizade que desfrutei desde o primeiro momento em que vim para São Paulo, em uma cidade que de início tudo tinha de novo.

Agradeço ao corpo de professoras e professores do Programa San Tiago Dantas e seus funcionários, responsáveis por diversos ensinamentos e aprendizados. Da mesma forma, agradeço aos colegas do GECI (Grupo de Estudos sobre Conflitos Internacionais) por ter permitido conhecer e crescer academicamente dentro desse grupo que me amadureceu muito para a vida.

Agradeço também a todos meus colegas de turma e de pós-graduação, os quais possibilitaram ótimas experiências dentro e fora da sala de aula ao longo desse período do mestrado. Especialmente, agradeço aqueles que se transformaram em uma família nessa nova cidade, fornecendo apoio e amizade além de incontáveis histórias memoráveis: Rodrigo, Gessica, Roberto, Helena, Renato, Arthur. Um agradecimento especial à Jéssica, que também vinda do RS se transformou em uma irmã de vida e foi uma fortaleza para mim em SP. Sem vocês o caminho teria sido, sem dúvidas, muito mais difícil, sem esse brilho das tantas experiências e histórias que mudaram minha vida.

Da mesma forma, agradeço aos meus amigos de POA, cujos laços forjados ao longo da graduação na UFRGS se mantiveram, em especial Júlia Tocchetto, João Arthur, Patrícia Machry, Ana Melos e Giovana, que, mesmo de longe, estiveram presentes em vários momentos cujo apoio foi essencial.

Agradeço também ao Johny de Assis, meu companheiro, cuja chegada ao longo desse processo de mestrado foi um divisor de águas para mim. Tua companhia foi essencial para hoje saber quem eu sou e para segurar a barra nos momentos mais difíceis. Obrigado pelas experiências, confiança e risadas. O processo sem ti não teria sido o mesmo, de maneira que mal posso colocar em palavras.

Finalmente, agradeço a minha família, principalmente meus pais, Leda Regina Moraes Roberto e José Roberto, os pilares da minha vida e que nunca negaram esforços para sempre me apoiar, ajudando a superar qualquer questão em SP ou nos rumos que escolhi na minha trajetória. Vocês são parte fundamental de mim e exemplos para meu futuro para sempre.

RESUMO

A Turquia, localizada em um ponto estratégico entre a Europa e o Oriente Médio, historicamente um sido um ator relevante no cenário internacional. Desde 2003, com o advento ao poder do AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento), o país se destacou ainda mais. Por um lado, ganhou destaque seu modelo político devido ao fato de um partido de raízes islâmicas passar a coabitar instituições burocráticas seculares, aceitando as regras democráticas e conquistando altas taxas de crescimento econômico. Por outro, o novo governo iniciou uma reaproximação com o Oriente Médio através da doutrina de “Zero Problemas com Vizinhos” – região essa que há anos era pouco explorada pelas elites turcas tradicionais. Entretanto, com o início das revoltas árabes e a eclosão do conflito na Síria a partir de 2011, a Turquia novamente passou por uma inflexão em sua política externa. O governo turco passou a adotar uma postura assertiva, assumindo uma posição de grande influência tanto no conflito sírio quanto junto aos novos movimentos políticos islâmicos na região. Diante desse contexto, essa dissertação tem como pergunta de investigação por que a Turquia alterou sua política externa a partir de 2011, como foi orientada desde então e que fins buscou. Procuraremos argumentar que essa inflexão em 2011 ocorreu devido a dois choques externos: as revoltas árabes e uma nova postura dos EUA para o Oriente Médio, mas que a nova postura só foi possível devido às reformas domésticas realizadas pelo AKP. Além disso, apontaremos que, em 2011, o governo turco passou a ter uma política externa mais assertiva, objetivando colocar o país como uma espécie de liderança regional usando-se de seu modelo político. Por fim, demonstraremos que, com o passar do tempo e a radicalização da guerra na Síria, em 2015 novamente a Turquia modificou sua política externa, também devido a novos choques externos, quais sejam a autonomia curda na Síria e o surgimento do Estado Islâmico. Desde então, em um cenário de maior constrangimento e limitações externas, o governo turco passaria a enfatizar questões securitárias, priorizando problemas advindos da Síria, sobretudo aqueles ligados à questão curda.

Palavras-chave: Política externa da Turquia. Governo AKP. Oriente Médio. Guerra na Síria. Questão curda.

ABSTRACT

Turkey, located at a strategic point between Europe and the Middle East, has historically been a relevant actor on the international scene. Since 2003, with the AKP (Justice and Development Party) coming to power, the country has stood out even more. On the one hand, its political model gained prominence due to the fact that an Islamic-rooted party began to cohabit secular bureaucratic institutions, accepting democratic rules and achieving high rates of economic growth. On the other hand, the new government began a rapprochement with the Middle East through the doctrine of "Zero Problems with Neighbors" - a region that for years was little explored by the traditional Turkish elites. However, with the start of the Arab uprisings and the outbreak of the conflict in Syria in 2011, Turkey again underwent an inflection in its foreign policy. The Turkish government adopted an assertive stance, assuming a position of great influence among both the Syrian conflict and the new Islamic political movements in the region. Given this context, this dissertation has as its research question the following: why Turkey changed its foreign policy in 2011, how has it been oriented since then and what aims has it sought. We will try to argue that this inflection in 2011 occurred due to two external shocks: the Arab revolts and a new US stance towards the Middle East; nonetheless, such new stance was only possible due to AKP's domestic reforms. In addition, we will point out that in 2011 the Turkish government adopted a more assertive foreign policy, which aimed to place the country as a new regional leader through an emphasis on its political model. Finally, we will demonstrate that, over time, due to the radicalization of the Syrian war, Turkey again changed its foreign policy in 2015, also due to new external shocks, namely the achievement of Kurdish autonomy in Syria and the rise of the Islamic State. Since then, in a scenario of greater external constraints, the Turkish government would start to pay more attention to security issues, prioritizing problems arising from Syria, especially those related to the Kurdish issue.

Keywords: Turkish foreign policy. AKP government. Middle East. Syrian war. Kurdish question.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AKP	Partido da Justiça e Desenvolvimento
BDP	Partido da Paz e Democracia
CHP	Partido Popular Republicano
CIA	Agência Central de Inteligência
CNS	Conselho Nacional Sírio
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DTP	Partido da Sociedade Democrática
EI	Estado Islâmico
ESL	Exército Sírio Livre
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRC	Governo Regional do Curdistão
HDP	Partido Democrático do Povo
MHP	Partido Movimento Nacionalista
MIT	Agência Nacional de Inteligência
MÜSIAD	Associação Independente de Empresários e Industrialistas
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
PYD	Partido da União Democrática
RPP	Partido Republicano do Povo
TIKA	Agência Turca de Desenvolvimento e Cooperação Internacional
TUSIAD	Associação Turca de Indústria e Comércio
TUSKON	Confederação de Empresários e Industrialistas Turcos
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YAS	Alto Conselho Militar
YPG	Unidades de Proteção Popular

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 AS BASES ESTRUTURAIS HISTÓRICAS DA POLÍTICA EXTERNA TURCA	20
2.1 A formação estatal da Turquia e seu legado doméstico e externo	20
2.2 O lugar da Turquia no Ocidente: as origens da aliança com os EUA	31
3 A TURQUIA E O ADVENTO DO GOVERNO AKP (2003-2010)	37
3.1 As mudanças domésticas do governo AKP	37
3.2 Zero Problemas com Vizinhos: uma nova política externa turca	50
4 AS REVOLTAS ÁRABES DE 2011 COMO PONTO DE INFLEXÃO: AS RESPOSTAS DA TURQUIA	61
4.1 A inflexão na política externa turca: a nova assertividade do governo AKP e o papel dos EUA	61
4.2 As respostas da Turquia às revoltas árabes: o debate do modelo turco e a atuação do país na Síria	71
5 A AUTONOMIA CURDA NA SÍRIA E A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO: AS ADAPTAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA TURCA	84
5.1 Tabuleiro doméstico: o acirramento da oposição ao governo AKP	85
5.2 Tabuleiro internacional: a questão curda na Síria e o Estado Islâmico	98
5.3 O encontro do doméstico com o internacional: as eleições de 2015 e a nova inflexão na política externa turca	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
Referências	124

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como proposta analisar as mudanças na política externa da Turquia, com foco especial para o período após 2011, marcado pelas revoltas árabes no Oriente Médio. Governado durante esse período pelo AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento), de raízes islâmicas, o país já iniciara o século XXI com uma postura distinta daquelas historicamente adotadas por outros governos turcos. Buscando uma redefinição do papel da Turquia no Oriente Médio, após décadas de distanciamento dessa região e de atenção preferencial às alianças ocidentais, o governo AKP utilizou-se de uma política externa pautada no pragmatismo, mediação de conflitos e criação de laços político-econômicos com Estados da região (FULLER, 2008; KINZER, 2008; ROBINS, 2007).

A despeito dessa já significativa mudança na política externa turca ao longo dos anos 2000, a atuação do país no Oriente Médio veio a alterar-se novamente a partir de 2011. Diante da eclosão das revoltas árabes, o governo turco abandonou a cautela e o pragmatismo e passou a orientar-se por uma inédita assertividade regional, sobretudo na Síria (GERGES 2012; ROBINS, 2013). A Turquia passou a apoiar diretamente grupos islâmicos que poderiam tomar como exemplo político seu “modelo turco”: um partido islâmico governando e coexistindo dentro de uma burocracia estatal secular. Essa postura também foi incentivada pelo principal aliado do país, os EUA, em um momento de intensa convergência política e estratégica entre os governos em Washington e Ancara. Em um momento de intenso otimismo em 2011, a Turquia parecia provar que poderia agir no Oriente Médio e, ao mesmo tempo, manter sua tradicional colaboração com seus aliados no Ocidente.

Entretanto, com o passar do tempo, diversos problemas abalaram e tencionaram não apenas a nova política externa turca para a região como também a aliança entre EUA e Turquia (COCKBURN, 2015; PARK, 2015). Não só os esforços turcos e de aliados foram incapazes de derrubar o regime de Assad, como a guerra civil na síria radicalizou-se com a ascensão do Estado Islâmico (EI) e a obtenção de autonomia política por parte dos curdos no norte do país. Estes, por sua vez, na percepção do governo turco, tornam-se uma fonte de instabilidade graças aos próprios problemas internos da Turquia com sua população curda. Além disso, em 2013, pela primeira vez as políticas domésticas do AKP começaram a ser questionadas por movimentos populares de grande porte, os quais foram reprimidos pelo governo – o que deu início a uma gradual erosão da ideia do “modelo turco”.

Portanto, em um período de cinco anos, aquela política externa mais assertiva e ao mesmo tempo otimista, que buscava pautar a agenda da região, cedeu lugar a uma política mais

focada em questões securitárias. Passou-se a priorizar a resolução dos problemas advindos da Síria, utilizando-se mais da força militar, além de ser um período acompanhado por uma piora nas relações com os EUA; um quadro diametralmente oposto daquele desenhado em 2011.

Nesse cenário, onde a Turquia por vezes coopera, por vezes antagoniza o governo em Washington, em que barganha com outras potências e governos regionais – como Rússia, Irã e Iraque –, os fatos envolvendo a política externa turca em algumas ocasiões parecem confusos e paradoxais. Isso levanta questões sobre quais seriam os objetivos ou mesmo a lógica por trás das ações turcas no Oriente Médio, sobretudo diante de tamanhas mudanças em um curto espaço de tempo. É diante desses fatos que temos as seguintes indagações como questão orientadora dessa dissertação: Por que a Turquia alterou sua política externa a partir de 2011 para o Oriente Médio, como foi orientada e quais os fins buscados desde então?

Diante da centralidade geopolítica do Oriente Médio na política externa das grandes potências e dos Estados de maior peso que atuam nesse ambiente regional, já existe uma gama de trabalhos que tratam das mudanças pelas quais a Turquia vem passando desde a ascensão ao poder do governo AKP. Portanto, antes de mais nada, cabe ressaltar qual é a justificativa desse trabalho e como ele se coloca diante do conjunto maior de literatura acadêmica sobre o assunto. É aqui reconhecido que grande parte do esforço compilado para essa dissertação envolve a descrição de fatos envolvendo o processo de redefinição do papel turco no Oriente Médio a partir de 2011. Destaca-se também que, diante das constantes mudanças na região, diversos desses trabalhos são de ordem conjunturais e buscam atualizar-se periodicamente com base em novos fatos empíricos.

Mais que trazer uma interpretação própria e/ou inovadora para esses fatos, acredita-se que uma descrição detalhada e criteriosa dessas mudanças, identificando todas as variáveis relevantes que agiram sobre elas, e que as identifique como parte de um processo ainda inacabado, *per se* já é importante. Isso se deve, sobretudo, pela realidade das pesquisas no Brasil em que o tema é raramente abordado, havendo parca literatura nacional sobre o assunto. Procura-se, portanto, tentar contribuir para a produção brasileira sobre as realidades do Oriente Médio.

Porém, mais do que isso, ao dialogar com publicações internacionais – essas em grande quantidade, principalmente no âmbito dos EUA – defrontamo-nos com um viés específico encontrado no Ocidente: tais publicações, em geral, possuem caráter de *problem-solving*, usando um tom similar a “quem perdeu a Turquia?”, “como fazemos para reconquistar a Turquia?”. Nesse sentido, fica claro que a grande maioria das publicações ocidentais em relação ao país consiste em entender os motivos de sua política externa mais pragmática e independente

a fim de buscar novamente concatenar seus interesses com os dos EUA. Um bom exemplo disso é a grande quantidade de artigos e textos encontrados ao buscar-se “*who lost Turkey*” em ferramentas de busca online. Dessa forma, essa dissertação também procura guiar-se por uma abordagem mais de análise crítica que de manutenção do tom *problem-solving* como a maioria das publicações ocidentais o fazem.

Objetivando responder à questão orientadora desse trabalho, essa dissertação se particulariza pelo peso que confere aos níveis escolhidos como importantes à discussão, bem como à visão temporal selecionada. Em primeiro lugar, em relação aos níveis elencados, destacam-se três: o nível doméstico, o nível regional e o nível internacional. O nível doméstico diz respeito às questões internas à sociedade e ao governo turco que influenciam a política externa do país. O nível regional envolve as dinâmicas políticas no Oriente Médio tanto em termos transnacionais, englobando atores não estatais que perpassem as fronteiras dos Estados, quanto em termos interestatais, mais relacionado às questões geopolíticas tradicionais entre países. Por fim, o nível internacional trata das pressões sistêmicas que agem sobre a política externa turca, sobretudo em relação às grandes potências.

Como dito, o particular dessa dissertação é o peso que conferimos a certas variáveis dentro dos distintos níveis. No nível internacional, destaca-se a variável “Relação com os EUA”, já que, conforme argumentaremos, a aliança bilateral com esse país é um dos fatores de maior impacto para a política externa turca. Argumentaremos que em 2011 essa questão é uma das variáveis fundamentais para a mudança na política externa turca.

Em nível regional e doméstico, o peso é dado à variável “questão curda”, visto acreditarmos que seja essa uma das principais variáveis levadas em consideração quando há tomada de decisões por parte do governo turco. Também procuraremos demonstrar que, ainda em 2011, mas sobretudo em 2015, a questão curda é chave para a compreensão das alterações na atuação internacional da Turquia.

Essas escolhas, cabe ressaltar, não equivalem a desprezar o peso de outras questões domésticas, regionais ou internacionais. Pelo contrário, sem a compreensão dessas outras não haveria como compreender o peso da relação com os EUA e da questão curda na política externa turca, visto que é diante do cenário doméstico e regional que essas variáveis escolhidas impactam a atuação internacional do governo em Ancara. Portanto, procuraremos apontar diversos fatores que influenciaram sobre a política externa turca, porém com o destaque aos dois pontos aqui elencados – relações com os EUA e a questão curda.

Já em relação à questão temporal, temos como ponto de inflexão o ano de 2011 por julgarmos que é a partir de então que a política externa turca mais se difere do seu histórico

tradicional. Não há dúvidas de que o final da Guerra Fria e, sobretudo, o advento do AKP ao poder já trazem ineditismos diversos à política externa turca. Entretanto, julgamos que por si só o fator AKP, ou seja, o nível doméstico, não explica tão brusca mudança a partir de 2011. Se apenas esse governo explicasse a política externa turca, não haveriam mudanças significativas entre o que vinha sendo buscado a partir de 2003 e o que se buscou desde 2011. Porém, como os fatos demonstram, a partir de 2011 há sim alterações inéditas na atuação da Turquia; e essas só podem ser compreendidas quando se analisam em conjunto as mudanças internas trazidas pelo AKP, as novas dinâmicas no Oriente Médio desencadeadas pelas revoltas árabes e o novo incentivo dado pelos EUA durante a administração Obama. Portanto, acreditamos que, a partir de 2011, são fatores externos aqueles mais relevantes para impulsionar alterações na política externa turca.

Além disso, a visão de processo que procuraremos imputar aos fatos aqui analisados também faz com que evitemos colocar um ponto final temporal para tais mudanças. De fato, conforme analisaremos neste trabalho, uma nova postura turca iniciou-se em 2011, mas já em 2015 sofreu uma nova alteração em que se readaptou. A prática internacional adaptada depois de 2015 também não significa que é um papel definitivo que a Turquia adotará no Oriente Médio de agora em diante. E é isso que essa visão de processo busca deixar claro. Ainda está sendo moldado qual será o papel turco na região, o que nos leva a evitar definir um espaço temporal fechado, optando por apenas apontar o ponto inicial da inflexão, o ano de 2011, e uma significativa alteração desde então, a partir de 2015.

Diante da pergunta que guia esse trabalho e das especificidades recém apontadas, trabalharemos com quatro principais hipóteses. A primeira delas diz respeito às razões pelas quais o governo turco alterou sua política externa em 2011: argumentamos que essa alteração se deveu a dois principais choques externos – as revoltas árabes e a nova postura dos EUA para região –, e que ela só foi possível graças às mudanças prévias realizadas pelo AKP em âmbito doméstico.

A segunda hipótese diz respeito aos fins objetivados desde então pela política externa turca. Buscaremos demonstrar que o objetivo buscado pela Turquia a partir de 2011 foi o de construir-se como uma espécie de liderança regional no Oriente Médio através da valorização de seu modelo político, visto ser esse também a razão pelo apoio dos EUA à atuação turca.

Já a terceira hipótese é de que a partir de 2015 os objetivos buscados pela política externa tiveram de ser novamente ajustados. Isso se deu graças à combinação de novos choques externos – a autonomia curda na Síria e a radicalização desse mesmo conflito – com um contexto doméstico de maior polarização e oposição ao governo AKP.

Por fim, a quarta hipótese é de que esse ajuste de 2015 parte da compreensão dos limites da atuação da Turquia diante de um ambiente externo mais negativo em relação aquele de 2011, e resultou em uma política externa que mais enfatiza questões de segurança e não o modelo político turco, com priorização dos problemas advindos da guerra na Síria, sobretudo aqueles ligados à questão curda.

A principal base teórica aqui utilizada para testar e desenvolver tais hipóteses é o trabalho de Charles Hermann (1990), *Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy*, o qual utiliza um modelo para compreender inflexões na política externa dos Estados levando em consideração variáveis externas e internas. Hermann (1990) procura analisar fatores responsáveis por influenciar alterações na conduta externa de um país – os quais o autor chama de agentes primários de mudança. Estes seriam: 1) a ação do(s) líder(es), 2) a ação dos componentes da burocracia, 3) a estrutura política doméstica e 4) a conjuntura internacional. Nesse sentido, ao identificar uma mudança de curso na política externa de um país, Hermann (1990) separa essas quatro variáveis e procura entender se há continuidade ou mudança. Ademais, o autor também classifica em diferentes níveis a profundidade das mudanças de política externa causadas por alterações daquelas variáveis.

A aplicação do modelo de Hermann (1990) no caso turco permite comparar o momento anterior e posterior das mudanças na política externa turca. Ele será utilizado especificamente no que diz respeito à 2011 e, posteriormente, em 2015 a fim de identificar as adaptações pelas quais a atuação da Turquia passa.

Além dessa base teórica, essa dissertação dialoga com alguns trabalhos específicos que fornecem a base para o processo aqui analisado. A fim de analisar as questões do nível doméstico, dialogamos com os trabalhos de Graham Fuller (2008), *The New Turkish Republic: Turkey as a Pivotal State in the Muslim World*; Philip Robins (2007), *Turkish Foreign Policy since 2002: between a “post-Islamist” government and a Kemalist State*; Kaddorah (2010), *The Turkish Model: Acceptability and Apprehension*; e Altunişik (2008), *The Possibilities and Limits of Turkey’s Soft Power in the Middle East*.

Em primeiro lugar, a obra de Fuller (2008) procura mostrar como a construção e evolução estatal turca deixou um legado de forte influência sobre a condução de sua política externa. Tal trajetória teria sido responsável tanto pela preferência de alianças com o Ocidente em detrimento da aproximação com o Oriente Médio, quanto pela construção do que sempre foi considerado como ameaça pelo Estado.

Esse processo de construção estatal teria sido iniciado e conduzido por Mustafá Kemal “Atatürk” após a fundação da República Turca, em 1923, que acreditava que para a Turquia se

modernizar e se equiparar às potências europeias da época, o novo país deveria abandonar seu passado islâmico e Otomano, implementar o secularismo e criar uma nação turca etnicamente homogênea, diferente do Império, que fora multicultural, multiétnico e islâmico. De acordo com Fuller (2008), a narrativa histórica predominante advinda desse período era de que o chamado Kemalismo transformou o Estado pós-Otomano em um Estado-nação ocidentalizado, homogêneo e de base étnica. Entretanto, esse processo de inovações realizadas “por cima” – pelo Estado e de maneira autoritária – acabou tendo excessos e mudanças demasiado bruscas em relação à cultura turca tradicional, ligada ao passado Otomano e islâmico (FULLER, 2008).

Nesse sentido, acabou-se por introduzir diversas formas de discriminação e clivagens na sociedade que geraram, segundo Fuller (2008), três problemas estruturais ao país. O primeiro deles é um legado de autoritarismo que nunca foi abandonado pelas elites Kemalistas, o que é representado pela persistência dos militares em interferir na vida política, visto se considerarem herdeiros e guardiões do legado de Kemal Atatürk, criando no país o que Kinzer (2008) chama de “mentalidade autoritária” e Kuru (2012) de “tutela militar”.

O segundo problema é a exclusão e supressão das identidades étnicas não turcas, como os curdos, que compõe quase 20% da população da Turquia, mas que não são constitucionalmente considerados como tais. Isso implicou no não reconhecimento de qualquer vestígio cultural ou linguístico curdo, gerando, posteriormente, problemas políticos e securitários graves, majoritariamente com o surgimento do PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) nos anos 1980.

Por fim, o terceiro problema, de acordo com Fuller (2008), seria a construção da percepção do Islã como uma ameaça, o que acabou alienando grandes setores da população, religiosos, que viam no secularismo estatal uma forma de supressão e negação de suas crenças pessoais. Portanto, esse legado criou, em relação ao Oriente Médio, uma política externa que via a região como possível foco de ameaça e geradora de instabilidades dentro da Turquia, já que regionalmente proliferariam ideais pan-islâmicas ou de solidariedade curda entre as populações dessa etnia na Síria, Iraque e Irã (FULLER, 2008).

Já o trabalho de Robins (2007) aponta que, mesmo frente ao processo de construção Kemalista do Estado turco, o país internamente teve de conviver com um outro conjunto de ideias e valores mais ligados ao islamismo e que se originavam na sociedade civil, o que gerou uma tensão que historicamente se perpetuou através de uma clivagem político-identitária. Essa questão identitária, segundo Robins (2007), afeta a política externa do país e pode ser entendida segundo o conceito de “tradição” de Martin Wight: um conjunto de valores e ordenamentos específicos que delimitam o caráter e as preferências de abordagem dos atores. Robins (2007)

aplica para a Turquia esse conceito de tradição e afirma que a política externa do país teria influência tanto da tradição Kemalista como da Islamista.

Grosso modo, tais tradições em política externa traduzir-se-iam como, do lado Kemalista, um privilégio às alianças com o mundo ocidental (EUA, União Europeia e OTAN), do qual a Turquia seria parte constituinte, e uma preferência pelo não envolvimento no Oriente Médio. Do lado Islamista, reconhece-se os benefícios do pragmatismo e a importância das relações com o mundo árabe-muçulmano, bem como valoriza-se as raízes históricas que os ligam.

Nesse sentido, a presente dissertação procuraria entender as mudanças trazidas pelo AKP tanto de acordo com o modelo teórico de Fuller (2008) quanto o de Robins (2007). Ao utilizar a obra de Fuller, busca-se ver como mudanças domésticas trazidas pelo governo AKP atacaram os três problemas estruturais apontados por tal autor: a questão militar, a questão do Islã e a questão curda – identificando os resultados disso para a política externa. Já em relação à obra de Robins, buscar-se-á mostrar como as ideias e a interpretação de mundo e do Oriente Médio por parte da elite de política externa do AKP buscaram readaptar as tradições Kemalista e Islamista da Turquia para buscar compatibilizá-las – algo a que o próprio governo dos EUA também reagiu positivamente.

Já em relação às transformações trazidas pelo AKP e a ideia do reforço do “modelo político” turco, dialogamos com as obras de Kaddorah (2010) e Altunişik (2008). Segundo esse primeiro autor, o AKP tornou-se um partido que serve de exemplo para a região do Oriente Médio por ter suas raízes nos movimentos políticos islâmicos, mas por ter conseguido desenvolver uma ideologia e programa modernos e ainda implementar suas políticas sob os constrangimentos do sistema político e legal secular da Turquia. As características do processo turco que se transformaram em vantagens para seu modelo seriam: 1) a estabilidade política advinda de um processo democrático real; 2) as reformas que possibilitaram a expansão das liberdades e direitos individuais; 3) o crescimento econômico do país e sua crescente rede de parcerias comerciais no mundo; 4) uma abertura externa baseada no diálogo entre civilizações, com uma postura pragmática e de boas relações com todos os vizinhos, usando tanto sua identidade Ocidental para se engajar com a Europa e EUA e sua identidade muçulmana para envolver-se ativamente no mundo islâmico.

O trabalho de Altunişik (2008) afirma que a Turquia é detentora de um significativo poder brando frente ao Oriente Médio, o qual derivaria, de um lado, da sua relevância no debate sobre reformas políticas e desenvolvimento econômico, e de outro, da sua prática de mediação como terceira parte em disputas políticas na região. Esse autor argumenta também que esse

poder brando e sua utilização depende de três condições: a existência de ativos de onde tal poder emana, vontade em emprega-lo frente a outros países, e credibilidade que sustente seu modelo. A questão das reformas internas seria o ativo mais forte e inequívoco da Turquia – justamente por ser através dessas reformas que os problemas estruturais turcos foram atacados, os mesmos levantados por Fuller (2008). Mas outro ativo turco seria a própria evolução do Islã em termos de participação política. A chegada do AKP ao poder teria representado não apenas um amadurecimento dos movimentos islâmicos, abraçando a democracia, o secularismo e a possibilidade de alianças com o Ocidente, como também teria demonstrado o potencial de coexistência entre o Islã e procedimentos democráticos.

Quanto à questão da existência de vontade para propagar o “modelo turco”, Altunişik (2008), bem como Kaddorah (2010), afirma que os quadros principais do AKP buscam expandir sua experiência e influenciar outros movimentos. Diferentemente das tradicionais elites Kemalistas que relutavam em se envolver no Oriente Médio, o governo turco atual demonstra interesse em sustentar a posição de modelo, sabendo que a emulação de seu modelo por movimentos islâmicos em outros países representaria também um aumento da influência turca na região.

Um último ponto interessante trazido pela obra de Kaddorah (2010) diz respeito à atratividade e aos limites do modelo turco para seus “receptores” e “incentivadores” – os grupos islâmicos no Oriente Médio e o governo dos Estados Unidos, respectivamente. Para os grupos islâmicos, diversas das características que bem serviram à Turquia podem não servir para o contexto dos outros países do Oriente Médio. Nesses não há histórico de processo democrático como há na Turquia, o Ocidente não é uma força exógena majoritariamente vista como positiva devido ao histórico de imperialismo e colonialismo, e seus sistemas não são laicos, muitas vezes, como na Turquia. Já quanto aos EUA, as limitações envolveriam a sempre existente desconfiança de uma “agenda secreta de islamização” da Turquia por parte do AKP, bem como a reticência de vários quadros da administração e da comunidade de política externa do país em aceitar os partidos islâmicos como locutores legítimos – acreditando que a eleição de alguns desses na região poderiam levar à chegada de partidos antiocidentais ao poder.

Em relação ao nível regional, destacamos, em primeiro lugar, uma colocação de Fred Halliday (2005), *The Middle East in International Politics*, que argumenta que a região do Oriente Médio é caracterizada por questões geopolíticas clássicas, envolvendo Estados como atores principais, mas também por questões transnacionais, as quais envolveram desde o nacionalismo árabe até o Islã político e suas diversas redes mais recentemente. Entretanto, a visão predominante nas análises regionais foca-se, em grande medida, nessa visão geopolítica

tradicional, procurando compreender e dar significado às ações dos governos dos países do Oriente Médio. Longe de desqualificá-las, é necessário, porém, cada vez mais analisar as questões transnacionais e os atores não-estatais da região, cuja importância é crescente diante da dimensão que tomou o grupo Estado Islâmico (EI) e o movimento curdo. Tais fenômenos ocupam posições centrais nas dinâmicas regionais atuais, sobretudo na guerra Síria, e seu desenlace e evolução tornaram-se tão fundamentais para o Oriente Médio quanto a política externa dos grandes Estados regionais.

Isto posto, cabe agora esclarecer uma questão acerca das principais fontes utilizadas para a discussão das dinâmicas regionais e seus impactos para as alterações na política externa turca. Conforme já explicitado, por ser um tema em constante mudança dado às transformações pelas quais as revoltas árabes passaram desde 2011, a maior parte da bibliografia consiste de artigos, cujos autores, muitas vezes, produzem trabalhos a cada ano. Nesse contexto, uma das fontes mais utilizadas para ter acesso a esse tipo de produção é o periódico produzido dentro da própria Turquia e denominado *Insight Turkey*.

Como é sabido por aqueles que estudam Oriente Médio, a maior parte das publicações em língua inglesa, disponível para acesso global, são produzidas nos EUA ou na Europa, com eventuais participações de estudiosos que vivem na região. O periódico *Insight Turkey*, por outro lado, não apenas é produzido na Turquia como quase sua totalidade de artigos são escritos por turcos. Nesse sentido, os temas abordados pelo periódico são extremamente relacionados às questões mais relevantes em nível doméstico e nível internacional de cada momento que a Turquia atravessa.

Portanto, uma grande quantidade de artigos desse periódico foi utilizada nessa dissertação – cobrindo diversos momentos desde 2011 até 2016 – por ter sido o local com melhores informações sobre as dinâmicas turcas de modo não superficial. Além disso, evita-se a utilização de um pensamento estrangeiro em demasia quanto trata-se da Turquia, já que, através desse periódico, foi possível utilizar uma variada gama de autores e autoras aqui usados são turcos. Também cabe, como última ressalva, assumir que parte dessa dissertação foi escrita com o auxílio de artigos acadêmicos que produzi ao longo do mestrado acerca da situação regional a partir de 2011 – temas escolhidos e desenvolvidos com o exato propósito de servir para esse texto final.

Finalmente, em relação ao nível internacional e com foco na aliança com os EUA, utilizaremos, sobretudo, o trabalho de Fawaz Gerges (2012), *Obama and the Middle East: the end of America's moment?*. Gerges (2012) argumenta que o primeiro mandato de Barack Obama na Casa Branca é marcado por um período de relativo declínio na influência dos EUA

no Oriente Médio. Isso ficaria exposto através de um novo paradigma que, para esse autor, é marca da dinâmica regional dessa época: o de que o centro de gravidade política da região volta para os atores regionais depois de décadas sob o quase exclusivo monopólio das grandes potências. Para Gerges (2012), isso significa dizer, em primeiro lugar, que os EUA perderam a capacidade de influenciar diretamente o curso dos eventos da maneira que gostariam – o que fica evidente com a queda de regimes aliados no início das revoltas árabes e com o desenrolar do conflito sírio. Em segundo lugar, esse paradigma novo fica evidente pela atuação das potências regionais a partir de 2011, as quais passam a implementar sua agenda de interesses diante dos novos conflitos desencadeados, muitas vezes em detrimento do que os EUA poderiam considerar como melhor curso de ação – mesmo quando tais potências são aliadas de Washington.

Outra evidência desse novo momento regional seria o fato de que Washington incentivou essas potências regionais a assumirem tal postura – o que se deve à estratégia estadunidense de não envolvimento direto em novos conflitos no Oriente Médio. A Turquia, nesse sentido, seria um dos países que mais foram incentivados pela administração Obama a assumir uma postura de maior proeminência regional, como é tratado em um dos capítulos da obra de Gerges (2012), justamente pela existência do já citado “modelo político” turco, especialmente em um momento de convulsão política regional.

Finalmente, em termos de estrutura, além dos capítulos de introdução e conclusão, essa dissertação está dividida em quatro outros capítulos. No segundo capítulo, busca-se explorar as bases estruturais históricas da política externa turca. Trabalharemos com as obras de Fuller (2008) e Robins (2007) para identificar as questões levantadas ao longo do processo de formação estatal da Turquia: problemas a nível social decorrentes dessa trajetória, bem como a preferência por alianças com o Ocidente. Trazemos aqui também a posição da Turquia no imaginário ocidental e a ideia do “modelo turco”, principalmente através das obras de Bernard Lewis (1961; 1994). No terceiro capítulo, avança-se para uma análise das mudanças atravessadas pela Turquia durante o governo AKP, tanto em nível doméstico quanto internacional, apontando também para a ideia do reforço do “modelo turco”. O recorte temporal da era AKP nesse momento é entre 2003-2010.

Já no quarto capítulo, as revoltas árabes desencadeadas a partir de 2011 servem como ponto de inflexão explícito para aplicação do modelo de Hermann (1990). Aqui buscaremos analisar a lógica dessa alteração na atuação internacional turca, bem como os objetivos buscados a partir de então – especificamente, aquele da liderança regional. Trabalharemos aqui a primeira e a segunda hipótese mais a fundo, destacando para além da questão regional o peso

da variável da relação com os EUA para a nova postura da Turquia. Por fim, no quinto capítulo, aplicaremos novamente o modelo de Hermann (1990) para investigar a terceira hipótese e as adequações pelas quais a política externa turca passou diante dos problemas que surgiram com a ascensão do Estado Islâmico, a obtenção de autonomia por parte dos curdos na Síria, o estremeamento do “modelo turco” devido às questões domésticas e o consequente tencionamento na relação com os EUA depois de um momento de ápice. A quarta hipótese também será aqui desenvolvida, buscando compreender como tais problemas resultaram em uma readaptação em 2015 na política externa turca, que foi traduzida em uma priorização às questões securitárias, sobretudo a que envolve os curdos, e maior uso da força militar, com foco especial no que tange ao conflito na Síria.

2 AS BASES ESTRUTURAIS HISTÓRICAS DA POLÍTICA EXTERNA TURCA

Para que seja possível analisar as alterações na política externa da Turquia a partir de 2011, é preciso, em primeiro lugar, entender como estruturou-se a atuação externa da Turquia desde sua formação como República até o momento presente. A maneira pela qual se deu a construção e evolução do Estado turco deixou um forte legado sobre a política externa do país: explica tanto a preferência de alianças com o Ocidente em detrimento da aproximação com o Oriente Médio quanto a construção do que sempre foi considerado ameaça pelos governos turcos. Além disso, foram também as particularidades da construção estatal da Turquia responsáveis por captar a atenção de acadêmicos ocidentais e por fomentar a ideia de um “modelo turco” moderno e atraente aos olhos do bloco capitalista durante a Guerra Fria.

2.1 A formação estatal da Turquia e seu legado doméstico e externo

Localizada em um ponto geoestratégico central entre a Europa e o Oriente Médio, herdeira do Império Otomano, a República Turca historicamente caracterizou-se por conviver com múltiplas características e identidades. Nas palavras de Bozdağlıoğlu (2008, p. 55), a Turquia detém uma posição especial por estar em uma espécie de fronteira “entre o Norte e o Sul, o Leste e o Oeste, [...] ser um país com uma população predominantemente muçulmana, mas que ao mesmo tempo representa uma versão única de um Estado secular se aproximando de uma democracia de estilo ocidental”.

De fato, o que mais chama atenção na Turquia é que, apesar de ser um país muçulmano nas franjas do Oriente Médio, o país, ao longo de sua história republicana, “se identificou totalmente com o Ocidente, especialmente com a Europa, estabelecendo relações próximas com os EUA” e optando por “manter um perfil baixo e distante dos assuntos do Oriente Médio” (BOZDAĞLIOĞLU, 2008, p. 55). Essa aparente discrepância levou, por exemplo, Samuel Huntington (1996) a classificar a Turquia como um país dilacerado (*torn country*), que seria aquele cuja sociedade possui uma cultura específica, que nos critérios desse autor a ligaria com uma civilização em particular, mas cuja elite almeja transformá-la em parte de uma outra civilização. No caso turco, a sociedade teria uma forte vinculação com a civilização islâmica dado o legado Otomano, mas as elites governantes teriam sempre procurado transformar a Turquia em uma sociedade europeia e ocidental (HUNTINGTON, 1996).

Não sendo o propósito deste trabalho entrar no mérito da discussão acerca dos conceitos de “civilização” de Huntington (1996), o apontamento desse autor serve, de qualquer modo,

para apontar para uma tensão societária estrutural da Turquia. Essa foi criada ainda durante o processo de construção nacional do país, sendo esse responsável por deixar uma forte impressão na condução da política externa vindoura da República Turca. Bozdağlıoğlu (2008) também destaca que para se entender os principais determinantes das preferências e comportamentos da política externa turca, é necessário realizar uma análise dos debates sobre a identidade turca, visto que essas questões transbordam para os comportamentos na atuação internacional do país.

Esse processo de construção nacional turco teve início efetivo após a derrota do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, mas suas raízes já se desenvolviam desde antes (BOZDAĞLIOĞLU, 2008). Diante das sucessivas derrotas que os otomanos vinham sofrendo para os Estados europeus ao longo do século XVIII, ainda no começo do século XIX as primeiras reformas no sentido de emular e incorporar técnicas europeias foram iniciadas: procurou-se reestruturar as Forças Armadas do Império, bem como criar escolas seculares com base nos currículos europeus – local onde as elites reformistas vindouras foram formadas¹. Já no início do século XX, o movimento dos chamados Jovens Turcos tomou o poder no Império e foi responsável por secularizar todo o sistema educacional e judicial do país, tirando poder dos ulemás, os acadêmicos e juristas islâmicos (BOZDAĞLIOĞLU, 2008). Nesse sentido, as reformas iniciadas por Atatürk no pós-Primeira Guerra são, na verdade, o ápice desse movimento transformador.

Com o fim do conflito global em 1918, o território do Império foi ocupado pelas potências estrangeiras europeias, as quais subjugarão o sultão em Istambul e o forçaram a assinar o Tratado de Sèvres, em 1920, responsável pelo reconhecimento do desmembramento Otomano. Diante desse contexto, na planície da Anatólia, movimentos de resistência começaram a tomar forma, liderados por Mustafá Kemal, militar otomano que havia sido responsável pela vitória otomana na batalha de Galípoli, em 1916, quando as forças imperiais

¹ É importante ressaltar que nesse período inicial de reformas, conhecido como Tanzimat, as novas instituições criadas pelas elites reformistas conviviam com aquelas mais tradicionais do Império no que Cleveland e Bunton (2009) chamam de “Dualismo Social”. Quando as Forças Armadas aos moldes europeus foram criadas no início do século XIX, conviveram juntamente do corpo militar otomano, os Janissários. De fato, no início daquele século, temendo a perda de seu poder, os Janissários destruíram as Forças Armadas formadas sob o exemplo europeu. Foi somente mais tarde, já nos anos 1820, que um novo sultão conseguiu instituir as novas Forças Armadas, o que somente foi possível porque essas foram usadas para destruir os Janissários. Apesar dessa exceção das novas forças militares, todas as outras instituições conviveram juntamente daquelas mais tradicionais – novas cortes e escolas coexistiam com o sistema religioso assentado na *sharia*. Conforme aponta Ahmad (1993), a principal consequência é que o Estado, cada vez mais burocratizado e estruturado de acordo com os exemplos europeus, era assumido pela elite reformista formada nas escolas seculares, enquanto a elite religiosa ainda existia e lentamente perdia poder, ao passo que a população, ainda majoritariamente analfabeta, ficava excluída das novas técnicas incorporadas pelo Estado.

conseguiram evitar que britânicos e franceses capturassem o estreito de Dardanelos (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Em abril de 1920 formou-se a Grande Assembleia Nacional em Ancara, composta pelos combatentes das forças de resistência e ex-burocratas e militares otomanos. Um governo paralelo aquele de Istambul, ainda ocupada pelos europeus, foi formado, com Kemal eleito Presidente. Com a assinatura de Sèvres, as forças da Grécia avançaram para o território das planícies na Anatólia a partir de Izmir, o que fez com que os movimentos de resistência se aglutinassem sob uma liderança unificada. A partir de Ancara travou-se um embate contra as forças ocupantes, ao mesmo tempo em que um Pacto Nacional foi formulado – promulgado em janeiro de 1921, o qual até hoje serve de base para a Constituição vigente. Sob o comando de Kemal, a guerra de independência é travada até que, enfim, em 1923, é negociada a revogação de Sèvres e assina-se o tratado de Lausanne, que reconheceu a independência turca da República Turca² (AHMAD, 1993; CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Mustafá Kemal, líder da nova Turquia, passou então a empreender um grande esforço de mudança radical na sociedade turca. De acordo com sua visão e a de seus apoiadores, a fim de modernizar-se e poder equiparar-se às potências europeias, a nova Turquia deveria abandonar seu passado islâmico e Otomano, implementar o secularismo e criar uma nação turca etnicamente homogênea, diferente do Império, que fora multicultural, multiétnico e islâmico (AHMAD, 1993; CLEVELAND; BUNTON, 2009). De acordo com Bozdağlioğlu (2008, p. 60), Kemal defendia uma adoção completa da “ocidentalização”. Não mais as novas instituições deveriam conviver com aquelas tradicionais vigentes no Império Otomano. Para ele, a reforma verdadeira teria de “assumir um caráter radical, que afete todos os aspectos da sociedade turca e que varra para longe a maioria, se não todas, as instituições e crenças tradicionais”.

Todos os aspectos da República Turca deveriam ser modernizados de acordo com essa visão: criar-se-ia um novo Estado, uma nova sociedade e um novo indivíduo – todos similares aqueles encontrados no Ocidente. Em termos de Estado, isso significava abolir completamente o Islã da esfera pública. A transformação para ser completa, porém, deveria também abarcar os aspectos sociais e culturais da população, procurando, através da força do Estado, incutir nos novos turcos ideias seculares e de nacionalidade. Todo esse esforço levou ao que Bozdağlioğlu (2008) chama de “conversão quase em escala civilizacional”.

² Em 1921 os italianos são expulsos de Antália e os gregos de Izmir, enquanto França e União Soviética reconhecem o governo em Ancara. Em setembro de 1922 as forças de Kemal chegam a Istambul e os britânicos iniciam negociações. No mês seguinte um armistício é assinado e a Grã-Bretanha inicia a retirada do território turco (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Tal processo de reformas iniciou-se ainda durante as negociações com os britânicos, em novembro de 1922, quando o governo em Ancara aboliu o sultanato, encerrando de vez a dinastia Otomana. Depois, em março de 1924, já sob a nova República, a Assembleia Nacional depôs o califa e pôs fim ao califado, terminando, portanto, com a ideia de que a religião teria qualquer papel como fonte de legitimidade (AHMAD, 1993). Essa até então era a base do Império e da identificação individual: os súditos eram muçulmanos, pertencentes à comunidade do Islã, tendo de responder ao califa, que também era o sultão. Agora, sob um Estado secularizado, a identidade do indivíduo deveria basear-se sobre a nacionalidade, o “ser turco”³ (AHMAD, 1993).

A capital do país foi transferida de Istambul para Ancara, segundo a simbologia de estar mais próxima da “raiz turca”, ou seja, das planícies da Anatólia. Uma Constituição foi adotada oficialmente em 1924, com a afirmação do Republicanismo e de um partido único, o RPP (Partido Republicano do Povo). Já no ano seguinte, em fevereiro de 1925, diante de uma revolta da população curda no sudeste do país, a Assembleia Nacional adota a Lei da Manutenção da Ordem, dando poderes absolutos ao governo (AHMAD, 1993; CLEVELAND; BUNTON, 2009).

A partir de então o Estado passou a reprimir e censurar dissidências, abrindo espaço para a implementação do amplo programa de reformas para a construção da nacionalidade “turca”. A *sharia* foi abolida e implementou-se um código civil sob o exemplo do suíço, um código penal baseado no italiano e um código comercial baseado no da Alemanha. Adotou-se o calendário gregoriano; a educação primária tornou-se gratuita, compulsória e mista em termos de gênero; aboliu-se o véu, o fez (chapéu turco) e a poligamia; instituiu-se o direito de voto feminino e a possibilidade de escolhas de sobrenomes; e, por fim, modificou-se o próprio alfabeto, antes de escrita arábica, agora de escrita latina (AHMAD, 1993; CLEVELAND; BUNTON, 2009).

É importante ressaltar que todo esse processo foi conduzido de maneira centralizada pelo Estado. A legitimidade social que detinha Kemal advinha justamente do seu papel como libertador da Turquia e de suas promessas de transformação e modernização, bem como da superação de anos de humilhação estrangeira. A partir de 1925, a elite estatal também se utilizou da Lei da Manutenção da Ordem para suprimir à força qualquer dissidência e oposição (AHMAD, 1993).

³ Do inglês, *turkishness*, com tradução livre.

A força de Kemal garantiu a ele o título, dado pela Assembleia Nacional em 1934, de Atatürk, “pai dos turcos”. Além disso, em 1937, uma série de princípios foram unificados no que ficou conhecido como Kemalismo, a ideologia fundadora da República Turca, oficializada ainda em 1931, no Terceiro Congresso do RPP. Os seis princípios do Kemalismo são: Republicanismo, Nacionalismo, Populismo, Estatismo, Secularismo e Reformismo⁴. Tais princípios depois foram incorporados em 1937 na Constituição do país, no artigo 2º, que descreve as características do Estado turco (AHMAD, 1993).

Já em termos de política externa, Bozdağlıoğlu (2008) afirma que a construção dessa nova identidade moldada pelos exemplos ocidentais também construiu a visão de mundo segundo a qual a nova Turquia deveria se orientar internacionalmente. O objetivo do país, de modo geral, seria juntar-se às “nações civilizadas”, sendo a ideia de “civilização” ligada ao mundo “moderno”, aquele o qual a Turquia deveria tornar-se parte.

De fato, nos primeiros anos da nova República, o objetivo buscado pelo corpo diplomático e o governo foi a paz com os Estados ao seu redor, buscando garantir tranquilidade para que o novo país se voltasse para dentro de si mesmo, focando a atenção necessárias nas reformas que transformariam a Turquia. Em 1938, quando Atatürk morre e assume İsmet İnönü como Presidente da Turquia, o país adota uma postura de neutralidade diante da vindoura Segunda Guerra Mundial – somente em fevereiro de 1945 que a guerra contra a Alemanha foi declarada. Entretanto, depois que o novo conflito global caminhava para seu fim e a União Soviética, na fronteira com a Turquia, construía uma política externa expansionista, o governo em Ancara procurou transformar o país em um aliado do Ocidente (AHMAD, 1993; CLEVELAND; BUNTON, 2009).

A Turquia progressivamente tornou-se membro de quase todas as instituições ocidentais, incluindo a OTAN, em 1952, mas também o Conselho da Europa e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em termos de discurso, o país identificava-se total e irrestritamente como parte do bloco ocidental. Como contrapartida, a interação como o Oriente Médio foi mantida a um mínimo, sobretudo nessa primeira metade do século XX. Tal política era reforçada por parte da elite governante através da construção de imagens negativas do mundo árabe como “atrasado” e “incivilizado” (BOZDAĞLIOĞLU, 2008).

⁴ De acordo com Ahmad (1993), o Secularismo seria a plataforma central do Kemalismo, que visava a expurgar a influência do Islã sobre o Estado. Já o Nacionalismo envolveria a tentativa de criar a nacionalidade turca, provendo também os novos símbolos do Estado. O Populismo, à época, era interpretado como a massificação das reformas, ou seja, a transmissão das novas lealdades a todas as camadas da população. Já o Estatismo se relacionava à economia: o Estado deveria intervir na condução da economia, investindo diretamente e definindo o planejamento a ser seguido. Finalmente, o Republicanismo diria respeito à forma do Estado e o Reformismo seria o mote de transformação buscado pela elite governante.

Entretanto, ainda que o processo de construção Kemalista do Estado tenha tanto abruptamente remover tradições de séculos de existência, a elite governante não foi bem-sucedida em substituir imediatamente a cultura e identidade do país. Para Bozdağlıoğlu (2008), isso se deve, sobretudo, ao fato de que apenas um pequeno grupo de intelectuais urbanos se beneficiou totalmente do novo sistema implementado. A população rural, por sua vez, permanecia quase intocada pelo desenvolvimento e transformações vigentes. Dessa forma, o país internamente convivía, de um lado, com os princípios Kemalistas e, de outro, com esse outro conjunto de ideias e valores mais ligados ao islamismo, originados em meio à sociedade civil mais ampla (ROBINS, 2007).

Tais valores, cristalizados em partidos políticos islâmicos somente a partir de 1969, foram historicamente vistos pela elite Kemalista com desconfiança e, em último caso, como uma ameaça a ser reprimida. Esses grupos islâmicos reconheciam paralelos entre o Kemalismo e as reformas iniciadas no período Otomano, o que, portanto, apontava para um paralelo entre o que os Kemalistas consideram como “moderno” e o Império (FULLER, 2008; HUNTINGTON, 1996; ROBINS, 2007).

Essa tensão construída durante a formação do Estado turco entre os tradicionalistas, mais ligados ao islamismo, e os Kemalistas, ligados às ideias de ocidentalização, perpetuou-se através de uma clivagem político-identitária constante na história da República Turca (ROBINS, 2007). Essa diferença, segundo Robins (2007), afeta a política externa do país e pode ser entendida segundo o conceito de “tradição” de Martin Wight. “Tradição” deveria ser entendida como um conjunto de valores e ordenamentos específicos que delimitam o caráter e as preferências de abordagem dos atores. Robins (2007), portanto, aplica para a Turquia esse conceito de tradição, que Huntington (1996) também adapta mas chama de “vocação”. Dessa forma, a Turquia, em termos de política externa, sofreria influência tanto da tradição/vocação Kemalista como da Islamista. Essas seriam o produto direto de um país historicamente ligado com o Islã, mas que em pouco tempo transformou-se radicalmente devido a uma elite governante que pretendia catapultar a Turquia para dentro do Ocidente.

A interação dessas duas tradições teria impacto fundamental na formulação da política externa do país, para além das pressões regionais e sistêmicas (ROBINS, 2007). Grosso modo, tais tradições traduzem-se como, do lado Kemalista, um privilégio às alianças com o mundo ocidental (EUA, União Europeia e OTAN) – do qual a Turquia seria parte constituinte –, e uma preferência por não envolvimento com o Oriente Médio. Do lado Islamista, reconhece-se os benefícios do pragmatismo e a importância das relações com o mundo árabe-muçulmano, bem como valoriza-se as raízes históricas que os ligam. Cabe ressaltar, portanto, que essas tradições

não são antípodas – a Islamista não é o contrário da Kemalista, mas sim uma adequação da visão de mundo da segunda por parte dessa primeira.

Tal ideia é melhor desenvolvida em obra posterior de Robins (2013), na qual esse autor define a Turquia como um “Estado de Dupla Gravidade”: um país que sente contrastantes “forças de atração gravitacionais”, em termos de normas, comportamentos e preferências, por parte de duas regiões – Ocidente e Oriente Médio –, e que encontrou, historicamente, dificuldades em reconciliar esse conjunto de reivindicações.

Ainda que tenham havido alguns ensaios e aproximações pontuais com o Oriente Médio – principalmente durante os governos de Turgut Özal⁵ (1983-1993) e Necmettin Erbakan (1995-1997) – a República turca sempre foi reticente e evitou as relações com essa região, havendo predomínio da tradição Kemalista em sua política externa (DAVUTOĞLU, 2008; KINZER, 2008; ROBINS, 2013). Será somente com a ascensão do AKP ao governo turco, no final de 2002, que a Turquia efetivamente dará início a um processo de redefinição do seu papel no Oriente Médio e iniciar-se-á um debate sobre a possibilidade de harmonização efetiva dessas duas tradições (DAVUTOĞLU, 2008; KINZER, 2008; ROBINS, 2013).

Para além da questão do efeito da identidade turca e seu impacto na política externa do país, há de se destacar também a análise trazida por Fuller (2008), segundo a qual esse processo de inovações realizadas “por cima” – pelo Estado e de maneira autoritária – acabou tendo excessos e mudanças bruscas demais em alguns aspectos em relação à cultura turca tradicional. Como consequência, diversas formas de discriminação e clivagens na sociedade germinaram, criando, segundo Fuller (2008), três problemas estruturais.

O primeiro deles é a adoção, por parte das elites Kemalistas, de uma postura autoritária, representada pela insistência das Forças Armadas em interferir na política nacional por considerarem-se as guardiãs do legado de Kemal Atatürk. Sempre que consideram que o secularismo ou a pretensa homogeneidade étnica do Estado encontram-se ameaçados, interferem através de golpes, como em 1960, 1971, 1980 e 1997⁶. Kinzer (2008) afirma que se

⁵ O período Özal ficou marcado pela abertura econômica do país e uma estratégia de crescimento baseada nas exportações para mercados externos – os quais incluíam o Oriente Médio. Durante a guerra Irã-Iraque, a Turquia manteve-se neutra e beneficiou-se do comércio com ambos os países. O Iraque chegou a ser destino de 12% das exportações turcas. Ainda, em 1991, Özal pessoalmente garantiu o envolvimento turco na coalizão da Guerra do Golfo liderada pelos Estados Unidos, inclusive fechando o oleoduto iraquiano que atravessava a Turquia (FULLER, 2008).

⁶ O primeiro golpe militar, em 1960, foi realizado por jovens oficiais das Forças Armadas contra o governo eleito do Partido Democrata de Adnan Menderes, em um contexto de dificuldades econômicas e acirrada polarização ideológica. Uma junta foi formada e se implementou nova constituição em 1961, criando duas câmaras no Parlamento e consolidando o secularismo e diversos novos direitos individuais, dando espaço para um novo período de pluralismo ideológico e de movimentos sociais. Entre 1961 e 1980 houve intensa polarização entre os partidos liberais e movimentos de esquerda marxista-leninista, além do surgimento de partidos islâmicos.

criou na Turquia uma “mentalidade autoritária”, o que Kuru (2012), por sua vez, denomina “tutela militar”.

O trabalho de Kuru (2012) acerca da tutela dos militares argumenta que o poder político desses está baseado em privilégios institucionais. Seriam leis e precedentes que davam aos militares autonomia institucional, falta de transparência e impunidade (*unaccountability*), gerando uma situação em que os civis não tinham instrumentos legais efetivos para controlar a cúpula das Forças Armadas. Entretanto, como coloca Kuru (2012), tais privilégios não são a causa desse poder político, mas o sintoma⁷. Para ele, o que garantiria esse poder que se traduziu em privilégios institucionais é o apoio da elite civil em relação aos militares e a permissão daquela ao tamanho poderio desses. Tal apoio civil ocorreria porque os militares, ao longo de toda a história turca, manipularam os principais medos das elites turcas, quais sejam o separatismo curdo, a ideologia comunista e, mais recentemente, os movimentos islâmicos políticos, colocando-se como os únicos capazes de manter em cheque tais “ameaças” (KURU, 2012).

Já o segundo problema apontado por Fuller (2008) seria a chamada “questão curda”, ou a exclusão e supressão das identidades étnicas não turcas, principalmente os curdos, que compõe quase 20% da população da Turquia, ou 15 milhões de pessoas. A Figura 1 abaixo aponta a população curda na Turquia, Síria, Iraque e Irã. Tal problema surgiu devido à busca da criação do nacionalismo turco como fator de coesão do novo Estado formado por Atatürk e

Em 1971, durante o governo eleito do Partido da Justiça, o Primeiro-Ministro Suleyman Demirel, em meio a grandes greves e problemas econômicos, foi intimado a sair pelos militares em um novo golpe, onde dessa vez não assumem o poder. Já em 1980, um novo golpe contra o governo de Demirel é realizado. Dessa vez, os militares assumem o poder e mudam a constituição em 1982, criando o Conselho de Segurança Nacional (CSN), responsável por tutelar o governo civil desde então, e cláusulas que permitiriam ao governo suprimir os direitos garantidos em caso de ameaças nacionais. O mais recente golpe foi em 1997, contra o governo islâmico de Necmettin Erbakan (AHMAD, 1993; CLEVELAND; BUNTON, 2009).

⁷ Diversos seriam esses privilégios institucionais. A maioria dos oficiais turcos entram na Educação Superior através de instituições militares, as quais são totalmente independentes do Ministério da Educação em termos de currículo ou orçamento. As academias militares que aceitam civis também são livres da tutela do Ministério. O orçamento do Ministério de Defesa Nacional era livre de escrutínio parlamentar, diferentemente do restante das outras pastas. Em relação ao apontamento do oficialato, as próprias Forças Armadas eram responsáveis por sua autopromoção, visto que o órgão responsável por tais escolhas, o Alto Conselho Militar (YAS), é composto pelo Primeiro-Ministro, o Ministro de Defesa Nacional, 12 generais quatro estrelas e 2 almirantes duas estrelas, cada um com um voto – o que dava peso simbólico aos civis. Em termos judiciários, as cortes militares estavam fora do sistema judiciário civil, sendo que essas podiam julgar civis, mas nenhuma corte civil poderia julgar um militar. Por fim, a existência do Conselho de Segurança Nacional (CSN), criado com o golpe militar de 1960, criou um conselho de forte peso militar que coexistia com o Gabinete de Ministros. Composto pelo Primeiro-Ministro, Comandante das Forças Armadas, Ministro da Defesa Nacional, Ministro dos Assuntos Internos, Ministro das Relações Exteriores, Comandante do Exército, Comandante da Marinha, Comandante da Força Aérea e Comandante Geral da Infantaria, o CSN teve seu papel fortalecido com a Constituição de 1982, imposta pelo golpe de 1980, com suas recomendações tendo prioridade sobre as considerações dos ministros, além de ter capacidades para monitorar as instituições civis (KURU, 2012).

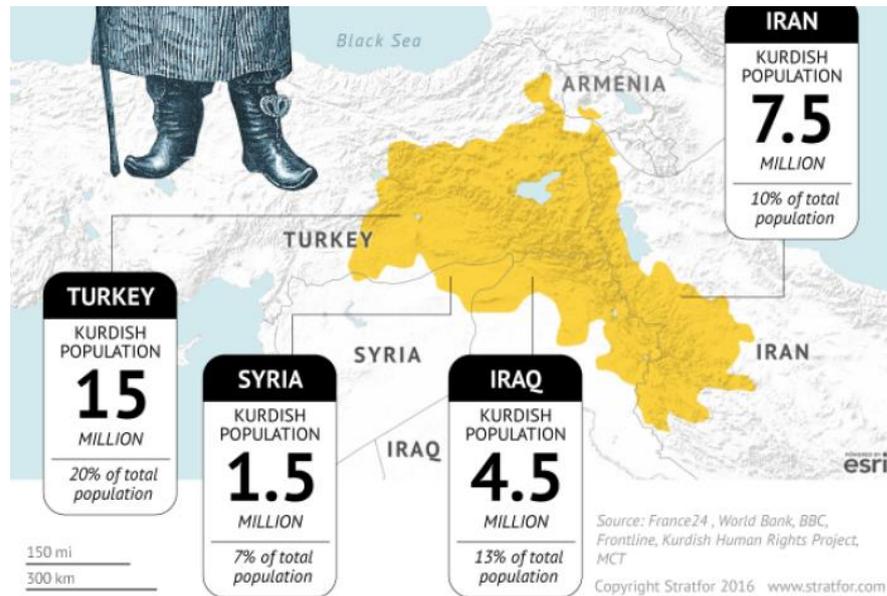
seus seguidores⁸. Como apontam Barkey e Fuller (1998), a nova Constituição de 1924 já igualava os termos “cidadania” e “cidadão” a ser turco; ou seja, um curdo apenas qualificar-se-ia como cidadão caso negasse sua raiz étnica. Aqueles que não aceitavam tornar-se turcos – participando desse processo de “turquificação” – eram vistos como elementos de atraso e como potencial ameaça à integridade do Estado moderno (BARKEY; FULLER, 1998).

De fato, a já mencionada Lei da Manutenção da Ordem, promulgada em 1925, foi uma reação a um levante curdo, a chamada rebelião de Shaykh Said. Barkey e Fuller (1998) afirmam que esse momento é um ponto de inflexão na questão curda, pois marca o período em que o governo deixa de ignorar a questão curda e passa a tratá-la com base no uso da força, reprimindo-a. As expressões da etnia curda, como a linguagem e a cultura, foram reprimidas. Nas palavras de Barkey e Fuller (1998), os curdos teriam se tornado uma “entidade não existente”, visto que a própria mídia parou de se referir àquela população como curda. Diversas políticas de assimilação foram colocadas em prática, de modo a convencer a população curda a aceitar-se como turca, em troca ganhando direitos políticos na nova sociedade.

A questão curda tornou-se dormente por um significativo período de tempo, sobretudo dado a aceitação por parte dessa população das políticas assimilacionistas. Entretanto, com o passar do tempo, na medida em que significativa parcela da população curda ainda não se declarava como turca e o nível de desenvolvimento das províncias curdas passou a ficar para trás em relação às províncias ocidentais, floresceu um renascimento do nacionalismo curdo. Isso ocorreu a partir dos anos 1960, já no período multipartidário da Turquia, marcado pela proliferação de distintas correntes políticas, sobretudo aquelas ligadas à esquerda marxista (BARKEY; FULLER, 1998). A repressão vindoura com o golpe militar de 1980 sobre a questão curda ocorreu, portanto, sobre um terreno de já existente mobilização em torno dessa causa.

⁸ Anteriormente, os laços que uniam os curdos e os turcos eram aqueles da religião. Como o fator de legitimidade do Império Otomano era o Islamismo, ambos curdos e turcos viam-se como sunitas, parte da mesma comunidade. Foi a substituição do nacionalismo em lugar da religião que começou a diferenciar os turcos dos curdos, sendo esses primeiros a base do novo Estado-nação que Kemal buscou instituir na nova República Turca (BARKEY; FULLER, 1998).

Figura 1 – Presença curda nos territórios da Turquia, Síria, Iraque e Irã.
(Fonte: STRATFOR, 2016a)



Diante do novo contexto de repressão interna, a questão curda evoluiu ao ponto de se tornar efetivamente um problema securitário. Surgido em 1978, o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), optou por iniciar uma revolta armada contra o Estado turco a partir de 1984, buscando a separação do território curdo da Turquia. O movimento, que se declarava pan-curdo, ou seja, buscava a libertação e unificação das outras áreas curdas presentes nos outros Estados da região, instalou bases no Iraque e na Síria, de onde organizou-se para atingir alvos turcos dentro da Turquia. O ápice da violência, que representou inúmeros mortos e estados de exceção sobre as províncias curdas turcas, ocorreu ao longo dos anos 1990. Apesar do líder do PKK, Abdullah Öcalan, ter sido preso em 1999, o PKK ainda mantém bases no Curdistão iraquiano e demanda, agora, autonomia em relação ao governo central em Ancara⁹ (BARKEY; FULLER, 1998; FULLER, 2008).

Finalmente, o terceiro problema, de acordo com Fuller (2008), consiste da vilanização do Islã, interpretado como ameaça ao secularismo estatal e, portanto, gerando a impossibilidade histórica de partidos islâmicos chegarem ao governo ou nele permanecerem de maneira estável.

⁹ Com o passar dos anos e o desenrolar do conflito, a liderança do PKK teria compreendido que seria incapaz de derrotar a máquina militar do Estado turco. Depois de Öcalan ter sido preso, passou-se a buscar um acordo político dentro das fronteiras existentes da Turquia, com o líder do PKK tendo declarado que sua visão de futuro seriam áreas curdas coexistindo dentro de federações dentro dos Estados já existentes. Além disso, o PKK buscou aceitar a existência de outros movimentos políticos como representantes da causa curda, visto que, ao longo dos anos 1980 e 1990, o grupo combatia aqueles curdos que pregavam posição contrária ao uso da violência do PKK. Hoje em dia, com Öcalan na prisão, parte da guerrilha se encontra, sobretudo, em bases no Iraque, mas também em alguns pontos da Síria e da própria Turquia, além de existir apoio na Europa, havendo discordância daqueles que aceitam depor as armas e daqueles que mantêm a postura de combate através da força ao Estado turco (BARKEY; FULLER, 1998).

A partir do momento em que a religião de 99% da população passou a ser vista como problemática, para dizer o mínimo, grandes setores da população turca passaram a ver o secularismo estatal como uma forma de supressão e negação de suas escolhas religiosas, alienando-os, portanto, em relação ao Estado.

O caso mais emblemático desse problema foi o período em que Necmettin Erbakan (1995-1997) governou a Turquia sob uma plataforma eleita com base em ideias islâmicas. O então Primeiro-Ministro turco foi polêmico ao defender ideias como uma moeda islâmica unificada, a criação das Nações Unidas Islâmicas, uma OTAN Islâmica e mesmo uma versão islâmica de União Europeia, além de ter afirmado que libertaria a Turquia das mãos dos “infiéis da Europa” e de que havia “reinventado” o país (KINZER, 2008, p. 66).

Suas viagens ao Irã e a Líbia também foram polêmicas. Em relação ao primeiro destino, declarou que esse era “o começo de uma campanha pela solidariedade muçulmana global, que, ele prometia, retornaria a Turquia à posição de liderança islâmica que detinha durante os séculos em que Istambul era o trono do califado Islâmico” (KINZER, 2008, p. 68). Quando foi à Líbia encontrar Kadaffi, criou-se grande polêmica pelo fato do Primeiro-Ministro não ter respondido às acusações do líder líbio de que o lugar da Turquia não era na OTAN e de que era errado a relação turca com Israel, inclusive afirmando que os turcos estariam “sob ocupação das potências ocidentais” (KINZER, 2008, p. 69). O governo de Erbakan encerrou-se com um ultimato das Forças Armadas, em 1997, demandando sua retirada do poder sob a acusação de que estava ferindo o secularismo do Estado, no que ficou conhecido como o mais recente golpe militar da República Turca (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

De forma geral, portanto, o trabalho de Fuller (2008), demonstra que o processo de formação estatal turco gestou uma situação em que os militares, ao se apossaram do título de guardiões do legado Kemalista, acabaram tornando-se extremamente resistentes a mudanças sociais que poderiam configurar-se como ameaças aos “princípios do Estado turco” – ou seja, qualquer movimento curdo, islâmico ou mesmo de partidos de esquerda marxista-leninista. Assim, como coloca Kinzer (2008, p. 13), a elite governante da Turquia acabou se tornando “inimiga do ideal que a deu vida”: ainda que o Kemalismo tenha originalmente se dedicado a libertar a nação turca dos dogmas Otomanos, seus defensores teriam tornando o próprio Kemalismo um dogma, o qual passou a servir como ferramenta de supressão da diversidade étnica, religiosa e política dentro da sociedade. A democracia seria aceita se, e somente se, não entrasse em conflito com a ideia de secularismo e de nação – etnicamente homogênea e indivisível (KINZER, 2008).

2.2 O lugar da Turquia no Ocidente: as origens da aliança com os EUA

Conforme recém destacado, a evolução da construção do Estado turco deixou como legado uma preferência, por parte das elites do país, por aliar-se com o Ocidente em detrimento de aproximar-se do Oriente Médio. Entretanto, esse mesmo processo de reformas encabeçado por Atatürk, apesar de seus problemas, também foi responsável por despertar a atenção das elites no Ocidente. Parcela significativa de acadêmicos, sobretudo no Reino Unido e nos EUA, passaram a ver a Turquia como um modelo considerado de sucesso devido à modernização alcançada e por sua preferência do país em alinhar-se com o Ocidente.

Os escritos de Bernard Lewis traduzem de modo exemplar essa perspectiva. Tendo sido o primeiro ocidental a ter acesso aos arquivos do Império Otomano, produziu um livro, nos anos 1950, chamado *The Emergence of Modern Turkey*, cujas ideias foram adotadas e propagadas pelos países ocidentais. Essa obra narra o processo de transformação da Turquia, a qual chamou a atenção de Lewis por ter feito surgir uma democracia no estilo ocidental no Oriente Médio (HIRSH, 2004). Mais especificamente, quando, após a Segunda Guerra Mundial, ocorrem eleições e o poder é passado para o partido de oposição, Lewis afirma que tal evento é sem precedentes na história da região onde a Turquia se encontra (LEWIS, 1961).

De acordo com a visão de Lewis (1961), a criação da Turquia e da nacionalidade turca foram, na verdade, uma revolução. A ideia de nacionalidade durante o Império Otomano não era relevante, visto que os muçulmanos eram leais ao Islã. Para esse autor, a criação do nacionalismo como base do novo Estado simbolizava que a Turquia caminhava em direção à Europa e para longe do Islã (LEWIS, 1961). Além disso, Lewis (1961) afirmou que apesar da experiência da Turquia em relação à ocidentalização ser, em geral, compartilhada com vários outros países, esse processo de ocidentalização teria, especificamente, se aprofundado e se consolidado rapidamente nesse Estado. Segundo esse autor, as duas palavras que definiriam a revolução turca seriam o nacionalismo e a ocidentalização, as quais, diferentemente do resto do mundo, na República Turca não se contradiziam (LEWIS, 1961).

Como aponta Hirsh (2004), os escritos de Lewis são impregnados de uma visão positiva do Kemalismo, ideologia da qual o autor compartilha diversas crenças. De fato, essa percepção de que o Estado, ao impor uma democracia secularizada e ocidentalizada levaria a sociedade muçulmana para longe de um Islã visto como medieval e em direção à modernidade é algo ainda recente. Nos anos da administração George W. Bush, e com o desencadeamento da Guerra ao Terror, voltou-se a falar de uma “Doutrina Lewis” (HIRSH, 2004), segundo a qual uma política ocidentalizadora imposta de cima para baixo poderia servir bem à região, sendo o

Iraque um exemplo. Paul Wolfowitz, Subsecretário de Defesa da administração Bush, invocou explicitamente a Turquia como exemplo de democracia secular que fora imposta via força e que poderia ser replicada (HIRSH, 2004).

Outro escrito mais contemporâneo de Lewis, que reforça a ideia de um modelo turco, foi publicado em 1994: *Why Turkey is the Only Muslim Democracy*. Lewis (1994) pondera que, a despeito das intervenções militares ocorridas no país – que para o autor seriam parte da “cultura política local” –, o poder sempre teria voltado para as mãos civis tal como em uma burocracia laica, o que caracterizaria a Turquia como único país verdadeiramente democrático no Oriente Médio. As explicações para isso seriam de ordem política e histórica, visto que, desde o Império Otomano, os governantes locais aproximaram-se do Ocidente com o objetivo de implementar instituições similares às europeias. Além disso, por nunca ter sido colonizada, a democracia teria sido uma escolha soberana da “população” turca, e não uma imposição externa (LEWIS, 1994).

Portanto, construiu-se a percepção de que a Turquia servia para o Ocidente como um exemplo de que os outros países muçulmanos da região também poderiam abraçar uma aliança com os ocidentais e implementar sistemas políticos laicos e democráticos, aproximando-os do bloco capitalista ocidental. O “modelo turco” foi, assim, uma das características basilares para a aliança EUA-Turquia, ainda que não tenha sido o único.

Os outros motivos que levaram os governos em Washington a aproximarem-se da Turquia dizem respeito ao contexto da Guerra Fria – razões que, possivelmente, foram as primeiras a fazerem os EUA focarem sua atenção em Ancara. Fazendo fronteira com a União Soviética, a Turquia construiu-se como uma barreira de contenção dentro do contexto das disputas Leste-Oeste. Ainda que após a Primeira Guerra Mundial a Rússia tenha apoiado o movimento nacional liderado por Atatürk, no contexto da Segunda Guerra Mundial a percepção turca transformou-se. Sob Stálin, a URSS buscou expandir-se pelo Leste Europeu também em direção aos estreitos turcos de Bósforos e Dardanelos, que permitiriam ligar o Mar Negro, dominado pelos soviéticos, com o Mar Mediterrâneo de águas quentes¹⁰ (ALIRIZA; ARAS, 2012; CLEVELAND, BUNTON, 2009).

Paralelamente a isso, os EUA, sob o governo Truman, passavam a assumir uma postura de maior competição com o antigo país aliado na luta contra o Eixo. Washington reconheceu

¹⁰ As principais ações soviéticas nesse sentido que despertaram o sentimento de ameaça no governo turco foram o fim do Tratado Turco-Soviético de Amizade e Neutralidade de 1921, anulado em abril de 1945, bem como as demandas territoriais soviéticas e seu desejo de modificar a Convenção de Montreux de 1936, responsável por ditar as questões legais referentes ao uso e posse dos estreitos turcos.

que o expansionismo soviético sobre os estreitos turcos poderia ser uma ameaça a seus objetivos estratégicos, ao mesmo tempo em que o governo da Turquia percebia que, sozinho, não conseguiria conter o avanço de Moscou. Nesse contexto, Ancara e Washington reconheciam cada vez mais os benefícios de uma cooperação estratégica. Com a adoção da Doutrina Truman, os EUA forneceram, em 1948, 75 milhões de dólares em ajuda financeira à Turquia, tendo o ex-presidente estadunidense afirmado que a Turquia era “essencial para a preservação da ordem no Oriente Médio” (ALIRIZA; ARAS, 2012, p. 2) e que se a URSS dominasse a Turquia, depois a Grécia e o Oriente Médio também seriam tomados como “peças de dominó” (CLEVELAND; BUNTON, 2009). O embaixador estadunidense em Ancara, Edwin Wilson, também afirmou à época que “a defesa da República da Turquia [era] vital a defesa dos EUA” (ALIRIZA; ARAS, 2012, p. 1).

Em relação à OTAN, no momento de sua formação, em 1949, os EUA ainda não tinham certezas quanto à necessidade de participação turca na aliança militar. Aliriza e Aras (2012) afirmam que o Departamento de Estado pressionava por uma aliança diferente, envolvendo a Turquia e o Oriente Médio, enquanto a OTAN seria focada apenas na Europa Ocidental. Entretanto, com o advento da Guerra da Coreia e da participação turca no conflito, junto da primeira eleição pluripartidária no país em 1950, a percepção do governo em Washington modificou-se. Em fevereiro de 1952, a Turquia era admitida na OTAN. Além disso, em 1954 a Turquia assina um pacto de defesa contra a URSS com o Paquistão e, em 1955, forma-se o Pacto de Bagdá, unto do Iraque, Irã e Reino Unido (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Desde então, como afirmam Aliriza e Aras (2012), diversos outros acordos bilaterais foram assinados entre Washington e Ancara, principalmente através das interações que o governo dos EUA tinha com os militares turcos. Os autores afirmam que a ligação Pentágono-Forças Armadas Turcas servia como o núcleo da relação EUA-Turquia por pelo menos os 40 anos seguintes, o que demonstraria que, durante a Guerra Fria, a relação em termos securitários era predominante para Washington. Entre 1948 e 1975, a Turquia recebeu mais de 4,5 bilhões de dólares em ajuda militar dos EUA. De fato, Cleveland e Bunton (2009) afirmam que o governo turco estava disposto a alinhar-se politicamente na região com o bloco ocidental em troca dos investimentos de Washington, mesmo que isso significasse alienar os países mais próximos¹¹. Nas palavras desses autores, por essas razões a Turquia passou a ser vista como

¹¹ Exemplos dessa postura nos primeiros anos pós-Guerra Fria foram as tentativas da diplomacia turca de afastar a Iugoslávia de Tito do Movimento dos Não Alinhados, no Oriente Médio significou o apoio das posições inglesas e francesas no Norte da África, bem como ficar ao lado de Londres na crise da nacionalização do petróleo envolvendo o Irã de Mossadegh. Além disso, cabe destacar o fato de que, em 1954, a Turquia abriu seu setor petrolífero para o investimento estrangeiro ocidental (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

subserviente aos interesses do Ocidente, sobretudo no Oriente Médio (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Essa percepção securitária da necessidade da aliança com a Turquia por parte dos EUA foi o que garantiu a continuação da relação, mesmo com o golpe militar em 1960. À época, o embaixador dos EUA na Turquia afirmou que Washington trabalharia com qualquer governo turco para garantir seu comprometimento com o Ocidente – a não ser que fosse comunista (ALIRIZA; ARAS, 2012). No golpe de 1971, Harold Saunders, membro do Conselho de Segurança Nacional de Nixon, chegou a afirmar que os militares eram os “árbitros finais” da política turca e que os EUA deveriam reconhecer isso (ALIRIZA; ARAS, 2012).

Entretanto, cabe ressaltar que, apesar de estar comprometido com a segurança turca, os EUA não consultavam o país sobre grandes decisões quando essas não eram percebidas como sendo do interesse de Ancara – o que aponta para um desequilíbrio, talvez esperado, entre uma superpotência e uma potência regional. Durante a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, por exemplo o então Primeiro-Ministro turco, Ismet İnönü, afirmou que a Turquia ficaria ao lado de Washington mesmo que isso significasse uma guerra nuclear com a URSS (CLEVELAND; BUNTON, 2009). Porém, por parte dos EUA, John Kennedy trocou a retirada dos mísseis Júpiter da OTAN, localizados na Turquia, pela retirada dos mísseis soviéticos em Cuba, sem consultar Ancara. Cleveland e Bunton (2009) afirmam que esse primeiro movimento teria impactado o governo turco no sentido de ter explicitado o fato de seu país ter servido como uma peça de barganha.

Outro acontecimento que colaborou para fomentar um crescente sentimento anti-EUA, sobretudo na população turca e nos setores nacionalistas e de esquerda, mais do que no governo, foi a questão do Chipre¹². O então presidente dos EUA à época, Lyndon Johnson, chegou a enviar uma carta para o então Primeiro-Ministro İnönü afirmando que, em caso de um choque entre Grécia e Turquia, era possível que a OTAN não mais pudesse vir a proteger a República

¹² O Chipre foi uma colônia britânica até os anos 1950, com uma população grega, majoritária, e outra turca, minoritária. Na época da independência, os gregos cipriotas queriam uma unificação com a Grécia, enquanto a Turquia, sabendo que o mesmo não seria buscado em relação a ela, pleiteou o reconhecimento da participação política dos turcos cipriotas nas decisões. Em 1959, negociações resultam na República de Chipre, onde a minoria turca (20%) teria seus direitos garantidos e supervisionados pelo Reino Unido, Grécia e Turquia. Em 1960, o Chipre se torna independente, com um cipriota turco como Vice-Presidente. Entretanto, o Presidente, um cipriota grego, já em 1963 procura emendar a Constituição, ocasionando protestos por parte dos cipriotas turcos. O governo turco passou a demandar a repartição da República e uma intervenção conjunta para supervisioná-la. A violência interna estoura e, em 1964, o governo de İnönü afirma que haverá uma intervenção unilateral caso não se estabelecesse um cessar-fogo e o fim do cerco aos distritos cipriotas turcos. O presidente cipriota rejeita um cessar-fogo e se inicia uma discussão interna na Turquia para intervir no Chipre. A população e a elite majoritariamente apoiavam, por isso foi um choque quando Lyndon Johnson negou o apoio à intervenção e ameaçou não ajudar o país em caso de ataque soviético (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Turca em caso de agressões soviéticas vindouras (ALIRIZA; ARAS, 2012)¹³. Os problemas com o Chipre e a Crise dos Mísseis de fato fomentaram um fortalecimento do discurso anti-EUA por parte da esquerda e dos setores mais nacionalistas desde então. Tal posição apenas agravou-se ao longo dos anos 1960, sobretudo diante do apoio americano à Israel durante a Guerra dos Seis dias em 1967 e depois com a Guerra do Vietnã, tornando-se um fator de pressão constante para as administrações turcas e os militares que apoiavam o alinhamento com o Ocidente (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Para além da questão frente à URSS, o governo em Washington também passou a perceber o valor estratégico da Turquia não apenas como parte do bloco ocidental, mas como um ator relevante no Oriente Médio dado suas afinidades político-religiosas e proximidade geográfica. Entretanto, quando se tratava da região em sua fronteira sul, a política externa turca, em geral, era mais reticente: devido aos problemas surgidos ao longo da evolução do Estado turco, as elites tradicionais do país viam o Oriente Médio como possível fonte de ameaças dada a proeminência de populações curdas e movimentos políticos islâmicos fortes. Dessa forma, durante a Guerra Fria, a Turquia majoritariamente adotou uma política externa que se abstinha de envolver-se na região e, quando o fazia, agia de maneira a securitizar as questões locais e a desvincula-las da política de alianças Leste-Oeste.

Com o final da Guerra Fria, a aliança EUA-Turquia adentrou em uma fase de constantes ajustes devido ao esfacelamento do inimigo comum soviético. Sobretudo nesse momento, a racionalidade por trás da aliança passou a ser buscada por meio de um escopo multirregional – enfatizando-se ainda mais a questão do Oriente Médio como área onde a Turquia poderia atuar. O primeiro teste da nova aliança veio com a Guerra do Golfo (agosto de 1990 – janeiro de 1991), quando a Turquia permitiu o uso de seu território para operações militares contra o governo iraquiano (ALIRIZA; ARAS, 2012). Fuller (2008) afirma que essa foi uma maneira, em termos de lógica por parte da Turquia, de reafirmar a importância do país para a OTAN e os EUA.

De fato, quando, em julho de 1991, George H. W. Bush visitou a Turquia, afirmou que a importância turca evoluiu para além de ser “o simples flanco mais ao sul da OTAN” e que o país era “um modelo” para os novos Estados que surgiam da ex-União Soviética. Também afirmou que a Turquia havia redescoberto “seu lugar histórico como centro comercial, unindo

¹³ De fato, quando o governo turco decidiu pela intervenção no Chipre em 1974, o Congresso dos EUA impôs um embargo na venda de equipamentos militares para a Turquia. À época, a Turquia retaliou revogando o Acordo de Cooperação Conjunta de Defesa e fechando os postos de escuta voltados à URSS. Somente em 1978 o governo Carter conseguiu convencer o Congresso dos EUA a acabar com o embargo contra a Turquia (ALIRIZA; ARAS, 2012).

a Europa, Ásia e Oriente Médio”, enquanto agia como “um bastião de estabilidade” na região (ALIRIZA; ARAS, 2012, p. 5).

O governo Clinton também buscou enfatizar a aliança através dessa nova percepção para além da questão securitária. Em outubro de 1993, destacou a mudança da aliança “de uma ênfase da Guerra Fria em assistência militar para valores compartilhados e maior cooperação política” (ALIRIZA; ARAS, 2012, p. 5). Nos anos 1990, os líderes turcos apoiaram as operações da OTAN na Bósnia e Kosovo, bem como foram incentivados pelos EUA para que o país se transformasse em um “corredor energético” entre o Oriente e o Ocidente. Percebe-se, portanto, que no período posterior à Guerra Fria a questão do “modelo turco” ascendeu ao posto de uma das principais razões para a racionalidade da aliança, bem como enfatizou-se cada vez mais a importância da Turquia dentro das dinâmicas do Oriente Médio.

3 A TURQUIA E O ADVENTO DO GOVERNO AKP (2003-2010)

A chegada do AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento) ao poder, em 2002, foi um momento de mudança importante na história da Turquia. O novo partido, de raízes islâmicas, foi responsável por desencadear diversas transformações significativas na estrutura doméstica do país, bem como em sua política externa. Pode-se dizer que o AKP buscou atacar os três problemas estruturais levantados por Fuller (2008): a tutela militar, a questão curda e a forma da percepção do Islã – tendo mais sucesso em alguns destes do que em outros.

De um lado, o novo governo buscou extinguir a tutela dos militares sobre a política a fim de evitar novos golpes e, de outro, procurou comprovar a compatibilidade entre os conceitos de democracia e islamismo. A questão curda, em certa medida, também foi abordada de novas formas pelo AKP – ainda que esta tenha sido a área em que menos avanços ocorreram. As conquistas em termos de reformas políticas e democráticas, junto do sustentado crescimento econômico, fez com que a imagem do “modelo turco” já existente se fortalecesse, elevando-o a um novo patamar, visto que o governo que capitaneava tal processo tinha suas raízes no movimento islâmico. Já externamente, a política externa do AKP parecia buscar harmonizar as duas vocações – Kemalismo e Islamismo – ao buscar aprofundar a relação com a UE enquanto repactuava seu papel no Oriente Médio – procurando ser um “ator euro-muçulmano”, utilizando o conceito de Robins (2013).

Tais análises são aqui realizadas a fim de compreender, no capítulo seguinte, o contexto em que se deu a decisão do AKP em novamente reorientar a política externa turca a partir de 2011 diante das revoltas árabes. Portanto, nesse capítulo também introduziremos o modelo de análise de mudanças em política externa de Hermann (1990), com foco em algumas de suas variáveis. Além disso, o recorte temporal aqui estabelecido cobre o período de 2003, quando o novo governo chega ao poder, até 2010, antes do choque das revoltas árabes.

3.1 As mudanças domésticas do governo AKP

No dia 3 de novembro de 2002, eleições gerais ocorreram na Turquia em um contexto de crise econômica vinda ainda de 2001. Diante desse cenário, emergiu como vitorioso o novo partido que havia sido formado apenas em 2001, o AKP. Dadas as regras constitucionais turcas de que apenas partidos que recebem mais de 10% dos votos totais podem ganhar assentos no parlamento, a eleição de 2001 teve como resultado o primeiro parlamento representado por apenas dois partidos desde 1960. O AKP elegeu 363 deputados – 66% dos assentos totais –,

estabelecendo um governo de um único partido, o que não ocorria desde 1987. O outro partido a ocupar assentos – 178 do total – foi o CHP (Partido Popular Republicano), o partido mais antigo da Turquia que se considera como o herdeiro do Kemalismo, intitulado-se o “partido fundador da Turquia moderna” por existir desde a época da fundação da República (KINZER, 2008). Portanto, o AKP chegava ao poder como um governo que não precisava de coalizão para governar, colocando-o em uma posição de maior folga para implementar sua agenda política.

Antes de nos aprofundarmos em como o governo AKP buscou implementar sua agenda política, cabe introduzir a ferramenta que será utilizada para análise da inflexão na política externa turca – o modelo de Hermann (1990) – a fim de que já se aponte as variáveis desse modelo. Esse modelo procura apontar os fatores responsáveis por influenciar alterações na conduta internacional de um país – as variáveis que o autor chama de agentes primários de mudança. Essas seriam: 1) a ação do(s) líder(es), 2) a ação dos componentes da burocracia, 3) a estrutura política doméstica e 4) a conjuntura internacional. Tais variáveis são, portanto, analisadas em termos de continuidade ou mudança quando ocorre uma alteração na política externa de um país. Aplicar o modelo de Hermann (1990) no caso turco é buscar, portanto, confrontar o momento anterior (os primeiros anos do governo AKP) e posterior à mudança em 2011.

Para análise pela primeira e a segunda variável de Hermann (1990), cabe entender qual a visão de mundo do AKP, visto que tanto o líder do país quanto a burocracia turca passaram a ser moldadas pelas percepções desse partido. A história da formação do AKP em 2001, um ano antes das eleições, remonta à própria evolução do movimento político islâmico na Turquia, fortalecido desde os anos 1980 sob a liderança de Necmettin Erbakan e seu Partido do Bem-Estar (EDELMAN et al, 2015). Recep Tayyip Erdoğan e Abdullah Gül, que veio a ser o Ministro das Relações Exteriores entre 2003 e 2007 e posteriormente Presidente turco entre 2007 e 2014, criaram o novo partido após perceberem os erros do Partido do Bem-Estar, do qual fizeram parte nos anos 1990. À época, de modo geral, a visão de mundo do movimento islâmico turco incluía uma rejeição ao Ocidente e diversos de seus aspectos modernizantes – em outras palavras, práticas ligadas ao secularismo (EDELMAN et al, 2015). Quando Erbakan conseguiu montar um governo e chegar ao posto de Primeiro-Ministro, em 1995, optou por uma postura de embate direto com o establishment Kemalista, sobretudo com as Forças Armadas. Tal antagonismo levou a sua destituição em 1997 por um golpe militar (CLEVELAND; BUNTON, 2009).

Diante desse passado recente, a plataforma do AKP procurou trazer uma evolução em termos de pensamento político para tornar-se competitivo e capaz de chegar ao governo. A

convicção central adotada pelo partido e por Erdoğan era a de que democracia e Islã não eram incompatíveis – e que, inclusive, o maior desejo de grande parte dos turcos era poder desfrutar de ambos (KINZER, 2008).

Em sua campanha, em 2002, Erdoğan pregou por uma “normalização” da política, significando que “os resultados eleitorais sempre devem ser respeitados, os líderes eleitos devem ter autonomia total e os generais devem parar de tentar governar o país” (KINZER, 2008, p. 21), além de ter defendido “a coexistência e o mútuo respeito entre os vários grupos da Turquia, em vez de pretender que esse [os curdos, sobretudo] não existem” (KINZER, 2008, p. 21). O AKP também propunha uma nova interpretação do secularismo. Esse não mais devia ser entendido como a supressão das escolhas religiosas individuais, como a elite Kemalista sempre empregara, mas como a liberdade do indivíduo de poder escolher no que acredita (KINZER, 2008). “[A emergência de Erdoğan] deu aos devotos turcos, que por gerações foram mal acolhidos na vida pública, um sentimento de que eram uma parte integral e valiosa de sua nação” (KINZER, 2008, p. 58).

Ao mesmo tempo que pregava isso, porém, o AKP compreendia que para sobreviver e se estabelecer não seria prudente confrontar o establishment Kemalista de maneira direta. O próprio programa partidário do AKP é exemplo disso. Ali está destacado que esse não é um “partido islâmico” e que a preferência de valores islâmicos pelos seus membros apenas coloca o AKP em uma posição similar aos partidos cristãos democráticos europeus. Além disso, o programa enfatiza a democracia, os direitos humanos, o Estado de direito e, explicitamente, o secularismo (BOZDAĞLIOĞLU, 2008).

Nesse sentido, a criação do AKP, em 2001, foi o resultado de um processo de amadurecimento dos grupos islâmicos e sua visão em relação à democracia (FULLER, 2008). Com essa mentalidade e plataforma política, o advento do AKP ao poder marcou o que Robins (2007) chama de período de coabitação no governo turco: um partido com raízes islâmicas foi obrigado a governar junto a um aparato estatal Kemalista, que tinha o laicismo como base de sua visão de mundo (ROBINS, 2007). Fuller (2008) aponta, porém, que mais do que simplesmente coabitar, o AKP pleiteou uma tentativa de harmonizar a democracia e o Islã.

Cabe ressaltar que essa nova plataforma sobre a qual assentou-se o AKP teve sucesso porque dialogou com os anseios de uma extensa base social. O trabalho de Yilmaz (2009) aponta que, desde meados dos anos 1980, houve a ascensão de uma nova elite econômica e política na Turquia, a qual hoje estaria em seu momento de ápice e sustentando o governo AKP. Para esse autor, novos grupos sociais, com valores e objetivos próprios, emergem nas sociedades como resultado de mudanças culturais ou econômicas que, por sua vez, levam a

mudanças no sistema político e na estrutura social como um todo. No caso turco, desde os anos 1980 teria emergido esse novo grupo social que é mais conservador e religioso em termos sociais, mas que também abraça valores da democracia liberal e do livre-mercado de estilo ocidental – sendo o que Yilmaz (2009) chama de uma elite amálgama Islâmica e moderna.

Para esse autor, haveriam três distintos períodos em termos de grupos da elite governante e econômica: a elite Otomana; a elite Republicana, de 1923 até os anos 1980, cuja principal característica seria uma implementação assertiva do secularismo; e a elite de raízes islâmicas a partir dos anos 1980. Yilmaz (2009, p. 129) afirma que durante o período dominado pela elite secularista, criou-se um abismo cultural entre o centro de poder Kemalista e a periferia da Anatólia, com o governo turco governando “para o povo, a despeito do povo” devido à imobilidade social para os grupos religiosos.

O início da mudança teria se dado durante o governo de Turgut Özal, entre 1983 e 1993, quando o então líder turco abriu a economia do país e adotou diversas medidas liberalizantes, procurando, sobretudo, incentivar a exportação. Os principais grupos exportadores situavam-se na Anatólia, cujas bases sociais sempre foram mais religiosas. Com a integração da Turquia nas cadeias globais de valor via exportação, sobretudo no período pós-Guerra Fria e no espaço pós-soviético, tal parcela da população cresceu economicamente e tornou-se a “nova classe média turca” – a mesma que teria sido a base das vitórias eleitorais do AKP desde 2002 (YILMAZ, 2009).

Diante dessa nova plataforma apoiada por um novo grupo social com poder econômico, o AKP pode, portanto, buscar implementar suas ideias ao chegar no poder – temos, portanto, uma análise do conteúdo programático do líder e de grande parte da burocracia, de acordo com as variáveis de Hermann (1990). A busca pela harmonização dos conceitos islâmicos e democráticos era a busca central do AKP, procurando resolver a percepção do Islã como ameaça ao Estado – um dos problemas estruturais apontados por Fuller (2008). Entretanto, para que isso ocorresse, era necessário antes atacar o cerne dos problemas políticos turcos: a tutela militar – o que envolve duas variáveis de Hermann (1990), a burocracia e a estrutura política doméstica.

O trabalho de Kuru (2012) acerca da tutela dos militares argumenta que o poder político das Forças Armadas está baseado em privilégios institucionais. Seriam leis e precedentes que davam aos militares autonomia institucional, falta de transparência e impunidade (*unaccountability*), gerando uma situação em que os civis não tinham instrumentos legais efetivos para controlar a cúpula das Forças Armadas. Entretanto, como coloca Kuru (2012), tais privilégios não são a causa desse poder político, mas o sintoma. Para ele, o que garantiria esse

poder que se traduziu em privilégios institucionais é o apoio da elite civil em relação aos militares e a permissão daquela ao tamanho poderio desses. Tal apoio civil ocorreria porque os militares, ao longo de toda a história turca, manipularam os principais medos das elites do país, quais sejam o separatismo curdo, a ideologia comunista e, mais recentemente, os movimentos islâmicos políticos, colocando-se como os únicos capazes de manter em cheque tais “ameaças” (KURU, 2012).

Diversos foram esses privilégios institucionais construídos. A maioria dos oficiais turcos entram na Educação Superior através de instituições militares, as quais são totalmente independentes do Ministério da Educação em termos de currículo ou orçamento. As academias militares que aceitam civis também são livres da tutela do Ministério. O orçamento do Ministério de Defesa Nacional era livre de escrutínio parlamentar, diferentemente do restante das outras pastas. Em relação ao apontamento do oficialato, as próprias Forças Armadas eram responsáveis por sua autopromoção, visto que o órgão responsável por tais escolhas, o Alto Conselho Militar (YAS), era composto pelo Primeiro-Ministro, o Ministro de Defesa Nacional, 12 generais quatro estrelas e 2 almirantes duas estrelas, cada um com um voto – o que dava peso simbólico aos civis (KURU, 2012).

Em termos jurídicos, as cortes militares estavam fora do sistema judiciário civil, sendo que essas podiam julgar civis, mas nenhuma corte civil poderia julgar militares. A existência do Conselho de Segurança Nacional (CSN), criado com o golpe militar de 1960, criou um conselho de forte peso que coexistia com o Gabinete de Ministros. Composto pelo Primeiro-Ministro, Comandante das Forças Armadas, Ministro da Defesa Nacional, Ministro dos Assuntos Internos, Ministro das Relações Exteriores, Comandante do Exército, Comandante da Marinha, Comandante da Força Aérea e Comandante Geral da Infantaria, o CSN teve seu papel fortalecido com a Constituição de 1982, imposta pelo golpe de 1980, com suas recomendações tendo prioridade sobre as considerações dos ministros, além de ter capacidades para monitorar as instituições civis (KURU, 2012).

Tal situação de privilégios institucionais para os militares Kemalistas levava a um cenário em que, de acordo com Atasoy (2011), havia na Turquia uma distinção entre o “Estado” e o “governo”. O “Estado” seria considerado um ente “acima da política” e composto pelas Forças Armadas, pelo Judiciário, alguns burocratas civis do alto escalão e o Presidente; já o “governo” consistiria do gabinete advindo dos eleitos para a Assembleia Nacional. Uma vasta casta burocrática, portanto, guiava a nação de acordo com o que consideravam ser os princípios herdados de Kemal Atatürk (ATASOY, 2011)

Assuntos de segurança nacional, política externa e matérias consideradas importantes para a ideologia estatal formavam o domínio de “política de Estado”. A iniciativa governamental ficava restrita para matérias políticas como economia, infraestrutura e questões administrativas. O ativo Judiciário limitaria o espaço para manobra dos governos, mesmo nessas áreas. Portanto, os “indicados” tradicionalmente tinham mais poder frente aos “eleitos”. (ATASOY, 2011, p. 2).

Tendo como um de seus objetivos a diminuição do poder político dos militares e desse Estado profundo tutelar, Erdoğan assumiu o posto de Primeiro-Ministro e passou a utilizar a proposta de tornar a Turquia um membro da União Europeia para impulsionar reformas domésticas nesse sentido (ROBINS, 2013). Isso era possível porque, para tornar-se parte do bloco europeu, a Turquia deveria aprovar pacotes de harmonização legislativa objetivando aproximar as leis turcas do padrão da União Europeia – o que incluía garantir o controle civil sobre os militares. Assim, acreditou-se que, ao ancorar a Turquia na UE, o governo civil poderia desarmar a ameaça militar de golpe.

De fato, a aproximação com o bloco europeu serviu para alterar a estrutura doméstica do país, incluindo as relações civis-militares. Deu-se início a um processo bem-sucedido de diminuição do poder políticos dos militares. Em 2003, o parlamento turco passou um pacote de reformas que transformou o Conselho de Segurança Nacional (CSN) em um órgão genuinamente de aconselhamento, removendo sua influência sobre o governo e a burocracia e também fazendo possível ao governo apontar um civil como seu Secretário-Geral. Em 2004, outro pacote da UE aboliu as Cortes de Segurança do Estado¹⁴. O ponto culminante foi, em 2007, quando o candidato dos militares perdeu a eleição popular para presidência da República para o candidato do AKP, Abdullah Gül, mesmo sob ameaças de um novo golpe¹⁵ (KINZER, 2008).

¹⁴ As Cortes de Segurança do Estado, instituídas desde 1982 pela constituição escrita após o golpe militar de 1980, eram responsáveis por julgar os considerados “crimes contra o Estado”, cuja interpretação amplamente subjetiva já havia sido responsável por punir diversos grupos islâmicos, de esquerda e ligados aos curdos (KURU, 2012)

¹⁵ No dia 24 de abril de 2007, Abdullah Gül foi nomeado como candidato à presidência pelo AKP para o processo de eleição indireta, a ser realizado pelo Parlamento. O CHP, a oposição na Assembleia turca, porém, boicotou a votação como forma de evitar sua eleição, o que fez com que Gül obtivesse apenas o voto de 357 dos 368 deputados presentes – sendo que o necessário eram 367 votos, 2/3 da casa. Enquanto o AKP buscou argumentar que a votação ainda era válida, no dia 27, o CHP apelou à Corte Constitucional para anular a votação. Na mesma noite, os militares novamente procuraram interferir na política, postando um memorando no site das Forças Armadas afirmando que essa eleição era também uma “discussão do laicismo” do Estado e que “não deveria ser esquecido que as Forças Armadas são uma parte dessa discussão e as defensoras últimas do Estado laico”. Enquanto o governo AKP buscou verbalmente combater a ingerência militar, a Corte Constitucional decidiu receber o apelo do CHP e, pela primeira vez, o Judiciário turco anulou uma eleição presidencial na Turquia. Três dias depois novas eleições gerais foram chamadas as quais ocorreram em 22 de julho de 2007. O AKP ganhou 46% dos votos – em 2002 foram 34% – e novamente montou um governo sozinho com seus

Posteriormente, o governo, em 2010, aprovou novas legislações que acabaram com a independência das escolas militares em relação ao Ministério da Educação, o qual passou a interferir em seus currículos; encerrou-se a jurisdição que as cortes militares detinham para julgar civis e passou-se a permitir que as cortes civis julgassem militares; por fim, autorizou-se que o parlamento, através do Tribunal de Contas, passasse a sabatar o orçamento das Forças Armadas, até então blindado de controle governamental (KURU, 2012). Portanto, um dos principais problemas elencados por Fuller (2008) como estruturais à República Turca, o da tutela militar, tenha sido o mais bem-resolvido por parte do AKP.

O ímpeto de reformas do AKP, porém, não ficou restrito apenas à questão das relações civis-militares. Ainda em 2004, sob o mote da necessidade de harmonização legislativa com a União Europeia, a Constituição, que data ainda de 1982, foi emendada em diversos artigos. Por exemplo, estabeleceram-se garantias constitucionais sobre igualdade de gênero, foi abolida a pena de morte bem como a possibilidade de confisco de propriedade como pena criminal e erradicou-se o direito do Comandante das Forças Armadas de apontar membros para o Conselho de Educação Superior – o que se soma ao já mencionado fim das Cortes de Segurança do Estado (COŞKUN, 2013). Outro importante avanço em 2004 foi o de que tratados internacionais que dizem respeito a liberdades e direitos fundamentais ganharam precedência sobre a legislação nacional em caso de contradição, através da emenda do artigo 90 da Constituição, o que facilitou a implementação da Carta Europeia de Direitos Humanos e outras convenções internacionais de direitos humanos (COŞKUN, 2013).

Nos anos subsequentes, o impulso por aproximação da União Europeia diminuiu, mas algumas novas emendas foram aprovadas. Depois de resolvida a crise envolvendo a eleição presidencial de 2007, quando Abdullah Gül elegeu-se pelo AKP, uma emenda constitucional estabeleceu a votação direta para presidente no pleito seguinte – ocorrido em 2014 e que deu vitória à Erdoğan (COŞKUN, 2013). Outra vitória importante do AKP ocorreu em 2008, quando a Corte Constitucional julgou um pedido do Procurador Público-Geral pela extinção do AKP, acusando o partido de estar envolvido em atividades anti-seculares¹⁶. Com um histórico extenso de banir partidos ligados ao Islã ou ao movimento curdo, por um voto o AKP salvou-se da extinção (COŞKUN, 2013).

341 assentos conquistados. O novo Parlamento finalmente elegeu como presidente Abdullah Gül com 339 votos dos 448 que estavam presentes, mesmo sob protesto do CHP e das Forças Armadas (YILMAZ, 2009).

¹⁶ Tal pedido ocorreu após a emenda dos artigos 10 e 42 da Constituição turca, em 24 de janeiro de 2008, que extinguiu as normas que baniam o uso de véu nas universidades, liberando, portanto, tal vestimenta (YILMAZ, 2009).

Portanto, segundo Uslu (2010), pode-se afirmar que entre 2002 e a nova eleição de 2007 no contexto da crise para eleição de Gül, Erdoğan teria conseguido criar um balanço político bastante efetivo contra o *establishment* Kemalista ao perseguir as reformas demandadas pelo bloco europeu. Para além da nova classe média de valores islâmicos (YILMAZ, 2009), o AKP teria obtido significativo apoio doméstico de intelectuais liberais, bem como suporte público internacional, com Erdoğan procurando emergir através da figura de um reformista (USLU, 2010).

Esse mesmo período é chamado por Duran (2013) de “política da paciência”, visto que consistiu de uma abordagem em que o AKP empregou o processo para tornar-se membro da UE a fim de estabelecer o controle civil sobre os militares, em uma tentativa de acumular poder e apoio de diversos setores liberais sem antagonizar diretamente o *establishment* Kemalista. Essa estratégia teria cumprido duas funções: 1) legitimar os clamores por paciência por parte do AKP para com sua base eleitoral, que demandavam prontamente uma maior presença do caráter islâmico no governo; e 2) forçar uma maturação por parte das demandas islâmicas a fim de eliminar elementos antidemocráticos (DURAN, 2013).

Em 2010, outra importante reforma bancada pelo AKP foi o referendo constitucional ocorrido em setembro daquele ano. A reforma visava a alterar principalmente a estrutura do Judiciário – o que, para a elite Kemalista, era um dos últimos pilares que restavam da velha ordem pré-AKP (ALESSANDRI, 2010). Enquanto os apoiadores do AKP e grupos liberais reconheciam a chance como a oportunidade de livrar-se do sistema imposto pela Constituição de 1982, o CHP e o MHP (Partido Movimento Nacionalista) argumentavam que era uma tentativa do governo atual de dominar o Judiciário e tolher-lhe a independência (COŞKUN, 2013). Com uma participação de 77% do eleitorado, o resultado foi de 58% dos votos a favor das mudanças e 42% dos votos contrários¹⁷.

A reestruturação do Judiciário envolveu, principalmente, a Corte Constitucional e o Conselho Supremo de Juízes e Promotores. O número de juízes da Corte Constitucional aumentou de 11 para 17, os quais seriam agora apontados por diversas instituições, como o próprio Parlamento para além do Presidente, a fim de diversificar suas origens. O Conselho Supremo de Juízes e Promotores foi aumentado de 7 para 22 membros, os quais agora seriam apontados, a fim de também democratizar seus membros, pelo Presidente, Suprema Corte de

¹⁷ Segundo Ergil (2010), os principais apoiadores do AKP são os mesmos que votaram pelo sim, enquanto a base eleitoral do CHP e do MHP, o partido nacionalista conservador de direita, votou contra, ao passo que o BDT (Partido da Paz e Democracia), o partido curdo então vigente em 2010, boicotou a votação por não terem sido incluídos no pacote de reformas artigos que refletissem os anseios da população curda.

Apelações, Conselho de Estado e a Academia de Justiça da Turquia – sendo antes apontados pelo Presidente (COŞKUN, 2013). Portanto, percebe-se que o principal objetivo da reforma era criar normas legais para que mais atores pudessem apontar o alto escalão judiciário – o que, dada a predominância do AKP na Presidência e no Parlamento, fez com que a oposição acusasse o governo de procurar tomar o controle do Poder Judiciário (ALESSANDRI, 2010)¹⁸.

Com a reforma também criou-se a Instituição de Monitoramento Público, regulada pelo Parlamento e com o objetivo de investigar reclamações acerca de abusos de poder do Estado; a instituição do monitoramento judicial sobre a política de vagas do Conselho Militar Supremo; o fim da garantia de imunidade aos membros do Legislativo e Executivo em relação às suas decisões – o que acabou com a proteção daqueles militares que haviam cometido crimes durante as juntas militares (COŞKUN, 2013); além de todas as reformas já mencionadas em relação aos tribunais militares, o orçamento das Forças Armadas e o currículo das escolas militares no trabalho de Kuru (2012). Além disso, a reforma aprovou o direito à proteção de informações pessoais, direitos das crianças, direito de acesso à informação e estabeleceu discriminações positivas em relação a certos grupos sociais vulneráveis que requerem proteção especial por parte do Estado (COŞKUN, 2013).

Para Duran (2013), nesse período o AKP teria sido bem-sucedido em conseguir desfazer a hegemonia Kemalista. Gradualmente as principais instituições da antiga elite foram tomadas – primeiro a Presidência, depois o Conselho de Segurança Nacional e as instituições militares como um todo e, por fim, o Judiciário – “a última fortaleza Kemalista que servia como um mecanismo de contenção ao AKP” (DURAN, 2013, p. 99). No lugar da elite Kemalista, o AKP teria se reposicionado como o centro do sistema político turco, concentrando poder político em suas mãos e alinhando-se como o próprio futuro da Turquia. Dessa forma, em 2011, quando as revoltas árabes eclodiram, o governo turco encontrava-se muito mais livre para manobrar externamente da maneira como queria, sem preocupar-se verdadeiramente com a possibilidade de um novo golpe (DURAN, 2013). Portanto, utilizando o modelo de Hermann (1990), podemos afirmar diferenças em termos da burocracia – graças à redução do poder das instituições ligadas aos militares e aos Kemalistas – e do cenário doméstico – enfraquecimento geral desses atores políticos que até então sempre foram fundamentais na Turquia.

¹⁸ Um ponto importante que Alessandri (2010) ressalta é que, diferentemente dos pacotes legislativos de 2001-2003, quando a questão da entrada na UE foi fator decisivo para os debates, a votação em 2010 foi uma marca da polarização da sociedade turca em termos de questões majoritariamente domésticas. Sobretudo, viu-se uma polarização entre aquelas forças sociais mais ligadas tradicionalmente ao *establishment* Kemalista, votando pelo não, e a coalizão que bancava os esforços reformistas do AKP, a favor das mudanças vigentes na Turquia desde o início do século XXI.

Junta-se a esse ímpeto reformista o sucesso eleitoral e econômico do AKP. Em termos eleitorais, diferentemente do histórico turco de governos de coalizão, o AKP conseguiu vencer todos os pleitos no parlamento até agora, em 2002, 2007, 2011 e 2015¹⁹, de maneira a obter maioria parlamentar e não precisar montar coalizões para governar. Já em relação à economia, entre 2002 e 2011 a média de crescimento econômico do país foi de 6,5% a.a, chegando a ostentar taxas como 9,4% em 2004, 8,4% em 2005 e 8,5% em 2010 – o segundo maior crescimento global naquele ano (KARAĞÖL, 2013)²⁰. O PIB per capita do país também aumentou consideravelmente, saltando de um patamar de US\$ 3.492 em 2002 para US\$ 10.504 em 2012 e a inflação caiu para níveis de um dígito, o que não acontecia há décadas na história turca (KARAĞÖL, 2013).

Em termos de investimento direto estrangeiro, destaca-se o fato de que, a partir de 2002, em um contexto de alta liquidez internacional, a Turquia tornou-se um grande destino para o capital internacional. Por exemplo, entre 1950 e 2002, a Turquia recebera um total de 19 bilhões de dólares em investimento estrangeiro; já entre 2004 e 2013, o país recebeu um total de 110 bilhões de dólares (KARAĞÖL, 2013). Por fim, ainda que o nível de desemprego tenha permanecido em cerca de 10% ao longo do período, o nível de gastos sociais por parte do governo aumentou: saltou de 0,5% do PIB em 2002 para 1,42% em 2011, representando, em termos absolutos, um avanço de 1,3 bilhões de liras turcas para 18,2 bilhões.

Percebe-se, assim, que o governo AKP foi bem-sucedido em termos políticos e econômicos, sobretudo ao longo dos anos 2000, o que transformou a Turquia em um país de destaque em seu entorno regional. De fato, são esses fatores que impulsionaram o reforço e a transformação da ideia do “modelo turco”. Tal conceito ainda está ligado aquele desenhado por Bernard Lewis e reforçado ao longo da Guerra Fria, de que a Turquia seria a única democracia muçulmana e alinhada ao Ocidente. O advento do AKP, porém, modificou essa percepção na medida em que se manteve o jogo democrático e ainda se alcançou altos níveis de crescimento durante um governo de raízes islâmicas.

Destaca-se que justamente pelo AKP ser um governo com essas características religiosas, não apenas o Ocidente ressaltou o modelo turco, mas também os movimentos políticos de base religiosa no Oriente Médio como um todo – um novo diferencial para o

¹⁹ Apesar de ter obtido um resultado de minoria nas eleições gerais de junho de 2015, o governo AKP negou-se a montar uma coalizão e novas eleições foram chamadas para novembro do mesmo ano, quando o partido então conseguiu novamente colocar-se como maioria no Parlamento (YAVUZ; ÖZCAN, 2015).

²⁰ As bases dessa expansão econômica encontram-se: I) no *boom* de exportações graças à abertura de novos mercados, sobretudo no Oriente Médio graças à diplomacia de Zero Problemas com Vizinhos adotadas pela política externa turca; II) ao aumento na renda disponível à população, o que gerou um crescimento do mercado consumidor interno; e III) ao grande volume de investimentos diretos estrangeiros no país (KARAĞÖL, 2013).

“modelo turco”. Nas palavras de Kaddorah (2010), o AKP tornou-se um partido que serve de exemplo para essa região por ter suas raízes nos movimentos políticos islâmicos, mas ter conseguido desenvolver uma ideologia e programa modernos e ainda implementar suas políticas sob os constrangimentos do sistema político e legal secular da Turquia. Além disso, o governo AKP teria conseguido manter laços com o Ocidente, tanto com os EUA via OTAN e com a UE, ao mesmo tempo em que reorientou o país para o mundo islâmico.

Portanto, acreditamos que as conquistas e avanços alcançados pelo governo AKP ajudaram a atacar o problema estrutural turco da vilanização do Islã e de sua percepção como ameaça ao Estado. Ainda que setores do país ainda vissem o AKP como um partido que esconde uma “agenda secreta de islamização”, avanços ocorreram na acomodação entre uma burocracia secular e um partido de raízes islâmicas. Nesse sentido, uma das consequências principais desse processo é os ganhos em termos de política externa que esse “modelo turco” gerou. Portanto, acreditando que a esfera internacional seja ainda mais relacionada com essa variável do exemplo político da Turquia, exploraremos com mais profundidade a transformação desse conceito na sessão seguinte.

A fim de finalizar a discussão acerca da questão interna durante os primeiros anos do governo AKP, cabe agora tratar do último dos problemas estruturais apontados por Fuller (2008): a questão curda. Conforme já mencionado, desde as eleições de 2002, durante as campanhas, o AKP sinalizava pelo menos uma intenção de resolver a questão étnica no país. De fato, o ímpeto reformista dos anos iniciais do AKP serviu para expandir liberdades civis e políticas também aos curdos, ainda que direitos culturais específicos ainda não tivessem sido pleiteados (COŞKUN, 2013).

Nas eleições de 2007, após a crise para eleição de Gül, o AKP obteve uma boa votação nas províncias do leste e sudeste turco – onde concentra-se a população curda –, sobretudo devido aos diversos investimentos já feitos pelo governo central em termos de eletricidade, água e rodovias (OLSON, 2008). Além disso, durante a campanha daquele ano, Erdoğan prometeu melhorar as condições de vida da região e encontrar uma solução duradoura e radical para a questão curda – coisa que até então o governo não se debruçara sobre (EFEGIL, 2008). De fato, em 9 dessas 12 províncias, os candidatos do AKP – sendo vários de origem curda – obtiveram mais votos que os candidatos curdos que concorreram como independentes (OLSON, 2008).

O partido curdo à época, o DTP, fora fundado em agosto de 2005, mas, por ter sua plataforma política baseada no nacionalismo curdo era proibido de concorrer às eleições segundo a Constituição. Além disso, o DTP apoiava oficialmente as ações do PKK e vários de seus apoiadores possuíam laços com os combatentes curdos que agora estavam localizados nas

montanhas do norte do Iraque²¹ (OLSON, 2008). Após a eleição de 2007 e a derrota política do CHP e dos militares com a eleição de Gül, o AKP, principalmente Erdoğan, parece ter se sentido mais livre para pressionar que o DTP cortasse laços com o PKK e denunciasses o grupo como uma organização terrorista. Após a eleição de Gül como Presidente, este também viajou para o sudeste, à Diarbaquir, principal cidade curda na Turquia, onde clamou pelo fim da ligação DTP-PKK para que o Estado pudesse melhor prover serviços públicos à região. Uma delegação do TUSIAD (Associação Turca de Indústria e Comércio), maior grupo econômico do país, também visitou à região no início de 2008, com sua representante afirmando que os investimentos ali seriam realizados caso seus laços com o PKK se rompessem (OLSON, 2008).

Entretanto, o ano de 2007 foi também um momento de retomada de ataques do PKK às forças do governo turco através dos campos estabelecidos no norte do Iraque²². O número de mortes de soldados – cujos funerais eram televisionados nacionalmente – e a intensidade dos ataques levou o governo, através do Ministro das Relações Exteriores à época, Ali Babacan, a afirmar que se os ataques do PKK continuassem a Turquia realizaria operações além de sua fronteira contra os campos no Iraque (OLSON, 2008). Para além disso, em 2007, um congresso do DTP elegeu uma nova liderança, Nurettin Demirtas, o qual já havia sido preso por nove anos por apoio ao PKK, cuja posição era bastante militante e a favor do grupo combatente. De fato, as afirmações de Demirtas de apoio ao PKK eventualmente levaram à abertura de um caso contra o DTP na Corte Constitucional, levando ao fechamento do partido em dezembro de 2009 (OLSON, 2008).

Conforme será explorado na sessão seguinte sobre política externa, eventualmente o governo iniciou ataques contra os campos do PKK no Iraque o que fez com que a questão curda voltasse a ser um tema de polarização dentro da Turquia, cujo debate continuava a ser sob o viés securitário. De fato, segundo Cizre (2009), até o final do primeiro mandato, o governo AKP parecia convergir com a perspectiva militar para os curdos, chegando a ser um tipo de senso comum a “solução militar” frente ao PKK, segundo o autor. As pautas de democratização do sistema partidário turco e resolução democrática da questão curda, que eram parte do

²¹ De acordo com Efeğil (2008), o DTP considerava o PKK uma organização política que procura encontrar uma solução também política para a questão curda, que utiliza da violência como método, e que emergiu como consequência da política de negação do Estado turco em relação à identidade curda. Öcalan era considerado como o líder da nação curda e que o governo tinha de negociar com o PKK, mesmo com seu uso da violência, para que uma solução fosse encontrada, a qual deveria envolver um status de autonomia para a área curda junto do reconhecimento via Constituição dos direitos políticos e culturais dos curdos.

²² Em setembro de 2007, o PKK reiniciou seus ataques matando 12 pessoas em uma cidade da fronteira do Iraque. No mês seguinte, mais de 25 soldados foram mortos em operações do PKK envolvendo a entrada em território turco de cerca de 200 guerrilheiros através da fronteira com o Iraque. Os ataques e a dimensão das forças combatentes entrando na Turquia fez com que cada vez mais as Forças Armadas pressionassem o governo para que alguma ação fosse tomada contra o PKK no Iraque.

repertório político do AKP, ainda não haviam se materializado – talvez, segundo Cizre (2009), pelo temor durante o primeiro mandato de enfrentar os militares diretamente nessa questão.

Entretanto, no final de 2009 e ao longo de 2010, a administração Erdoğan finalmente realizou uma iniciativa denominada “Abertura Democrática”, a qual depois foi denominada como “Projeto de Unidade Nacional”, pautada sobretudo na discussão de uma nova Constituição, mais democrática, que incorporasse a proteção das minorias e a promoção de liberdades civis (ÇANDAR, 2009; YILDIZ, 2012). Tal processo foi desenvolvido domesticamente em paralelo às aberturas diplomáticas com o Governo Regional do Curdistão – a via internacional da abertura, que será analisada na sessão seguinte –, buscando encontrar um meio não militar de acabar com a insurgência do PKK e introduzindo reformas para resolver a questão curda. A perda de poder político dos militares, o sucesso eleitoral para um segundo mandato, a sobrevivência após o caso que tentou fechar o AKP e os casos que surgiram no final dos anos 2000 sobre denúncias de planos militares para derrubar o governo, parecem ter fornecido o ambiente necessário para que o partido no poder finalmente tentasse implementar uma nova abordagem para a questão curda (CIZRE, 2009).

Inicialmente, o governo AKP declarou suas intenções mais do que apresentou propostas concretas, como um pacote de medidas. Os críticos da abertura, sobretudo os setores nacionalistas como o MHP²³ e o CHP²⁴, mas também os de esquerda e liberais, afirmaram que o processo parecia ser uma iniciativa vazia de substância (ÇANDAR, 2009). De qualquer modo, para analistas como Yildiz (2012), o simples reconhecimento oficial por parte do Estado de que a questão curda existia – algo até então negado pelos governos anteriores – já foi uma abordagem bastante progressista para o contexto turco.

Os primeiros desenvolvimentos concretos da abertura vieram em outubro de 2009, envolvendo um incentivo para que os guerrilheiros do PKK entregassem. No início daquele mês, 8 membros do PKK entraram na Turquia e, depois de interrogados, foram soltos. Porém, a oposição ao

²³ Os membros do MHP, cuja base principal é o nacionalismo turco – aceitando também a característica islâmica da nação –, declararam que o AKP se tornara perigoso dada a abertura democrática, acusando o partido de fraqueza e traição. As declarações de seus apoiadores envolviam afirmações de que qualquer compromisso com os curdos seria um ganho para os separatistas, afirmando que a questão curda é uma questão de segurança, lei, ordem e terrorismo (CELEP, 2010).

²⁴ O CHP também procurou argumentar que, a despeito das premissas de que a abertura fortaleceria a coesão e unidade social turcas, essa na verdade aumentaria o risco de desintegração territorial baseada em etnias (KEYMAN, 2010). Keyman (2010), porém, ressalta que o próprio CHP, nos anos 1990, afirmara que a solução militar não resolveria a questão curda. A mudança na postura teria se dado porque, agora que o AKP alcançara sucessivas vitórias eleitorais e se fortalecia cada vez mais, o CHP precisava marcar uma postura de oposição para ter alguma chance de, no futuro, voltar a ser competitivo eleitoralmente e chegar ao governo. Portanto, como principal partido da oposição, a estratégia do CHP contra o AKP foi de representar a iniciativa democrática, relacionada à questão curda, como um risco ao regime secular constitucional e a integridade territorial do Estado (KEYMAN, 2010).

AKP conseguiu criar, sobretudo através da mídia, uma imagem de leniência por parte do governo para com o que consideravam um grupo terrorista (ÇAKIR, 2010).

O DTP, por sua vez, antes de ser encerrado pela Corte Constitucional no final de 2009, também não aproveitou a oportunidade oferecida. Quando a abertura proposta pelo governo ocorreu, o partido curdo afirmou que as negociações deveriam ocorrer diretamente com o PKK (ÇAKIR, 2010), procurando eximir-se de uma postura de mediação, o que, segundo Çandar (2009), fez com que a relevância do partido se esvaziasse frente à percepção da sociedade turca. Dessa forma, o próprio movimento curdo legal acabou distanciando-se e falhando em engajar o Estado em discussões (ÇAKIR, 2010).

Em seguida, alguns outros avanços apoiados pelo governo AKP incluíram a permissão de que prisioneiros utilizassem línguas que não a turca para falar com seus visitantes; a permissão que instituições privadas ofereçam cursos de língua e literatura curda; e o lançamento do canal TRT 6, um canal estatal em língua curda (USLU, 2010). Entretanto, questões mais básicas ligadas à própria concepção de cidadania não foram tocadas. O artigo 66 da Constituição turca continua o mesmo promulgado pela junta militar em 1982, que se baseia também na Constituição militar de 1961, e que define que “qualquer um que é ligado ao Estado turco com laços de cidadania é um turco” (KÖKER, 2010, p. 61). Portanto, a própria existência da identidade curda continuava sendo negada pelo Estado.

Com o passar do tempo, o desgaste do governo aumentou, visto que a oposição, CHP e MHP, foram bem-sucedidos em propagar a imagem da ameaça em que o AKP estaria colocando à Turquia ao negociar e aceitar o PKK. O fato de o próprio partido curdo existente também se negar a engajar-se com o governo enfraqueceu o apoio à abertura democrática. Frente a uma resistência cada vez maior de diversos setores sociais, o governo AKP breou novas iniciativas e a abertura foi esmorecendo. Portanto, podemos afirmar que as transformações domésticas bancadas pelo AKP foram bem mais sucedidas em relação a dois dos problemas estruturais apresentados por Fuller (2008) – o da tutela militar e da percepção do Islã como ameaça –, mas não em relação à questão curda.

3.2 Zero Problemas com Vizinhos: uma nova política externa turca

O governo AKP também foi responsável por introduzir significativas mudanças e inovações na atuação internacional da Turquia, sobretudo no que diz respeito a um renovado interesse pelo Oriente Médio, região com a qual o país sempre teve relutância em envolver-se. Além disso, pelo menos nesse período inicial, manteve-se boas relações de modo geral com o

Ocidente. A aproximação em paralelo dessas duas regiões foi também uma das mudanças na política externa turca.

Quando Erdoğan assumiu o posto de Primeiro-Ministro, deixou claro em discurso que sua primeira prioridade seria liderar a Turquia em direção ao posto de membro da União Europeia, o que surpreendeu a elite Kemalista (KINZER, 2008). Essa opção do governo se deu não apenas para consolidar a imagem de que o AKP era um partido “pós-Islâmico” e, portanto, pragmático, podendo seguir aquela tradição Kemalista que Robins (2007) descreve, mas também para impulsionar as reformas domésticas que diminuiriam o poder político dos militares (ROBINS, 2013). A busca pela aproximação com a Europa seria, portanto, a característica principal da primeira fase da política externa do governo AKP, entre 2003 e 2005. Para Robins (2013), esse é o período em que a “força gravitacional” europeia teria sido preponderante de acordo com seu modelo da Turquia ser um “Estado de Dupla Gravidade” conforme posteriormente mencionado.

Paralelamente, no primeiro ano do novo governo já se desenhava uma opção de autonomia em relação aos EUA e ao Oriente Médio. Diante do desencadeamento da Guerra ao Terror da administração George W. Bush e da abordagem “conosco ou contra nós”, a Assembleia Nacional turca não aprovou o pedido dos EUA de permitir que as forças americanas operassem a partir de bases na Turquia para atacar o Iraque. Foi a primeira vez que um pedido militar dos EUA era negado pela Turquia em muitos anos. Ainda assim, o governo Bush preferiu culpar a derrota como resultado de pressão dos militares, e não do novo governo recém-eleito, o AKP. Ainda assim, esse foi um ponto de inflexão importante, visto demonstrava uma certa autonomia por parte da Turquia (GERGES, 2012)²⁵.

Na medida em que a ameaça interna de golpe militar se diluía através dos pacotes legislativos, o governo AKP começou a sofrer derrotas políticas em sua relação com a UE, o que foi enfraquecendo o argumento da Turquia aproximar-se do bloco europeu. Problemas em relação ao Chipre e nas negociações de acesso à UE²⁶, fizeram com que a atração que a Europa

²⁵ Ainda assim, a aliança se restabeleceu, mesmo que o governo AKP viesse a criticar as diversas ações do governo Bush no Iraque. Essa recuperação se deveu, sobretudo, à ênfase que o governo em Washington colocava no modelo turco na *Freedom Agenda* de Bush. Em junho de 2004, Bush visitou Istambul, onde reiterou a importância dos laços turcos com o Ocidente, destacando seu papel em espalhar a democracia na região, afirmando que “devido ao caráter turco, seu sucesso é vital para o futuro do progresso e da paz na Europa e no Oriente Médio” (ALIRIZA; ARAS, 2012, p. 6). Além disso, o apoio e participação da Turquia na missão da OTAN, no Afeganistão, também serviu para mitigar os problemas causados com a invasão estadunidense do Iraque.

²⁶ Em 2004, o governo AKP revisou sua postura frente ao problema no Chipre e aceitou o Plano Annan da ONU que propunha um referendo para a criação de uma federação cipriota. Não apenas a Turquia aceitou como os cipriotas turcos votaram a favor do plano. Os cipriotas gregos, porém, votaram contra no referendo. Mesmo assim, o Chipre grego tornou-se membro da UE logo em seguida, e os cipriotas turcos ainda perderam os

exercia sobre a política externa turca fosse esmorecendo. Tal vácuo foi sendo preenchido pela “força gravitacional” do Oriente Médio, região que também era central para a nova estratégia encabeçada por Ahmet Davutoğlu e Abdullah Gül – Ministro das Relações Exteriores até 2007 (ROBINS, 2013). Entender essa estratégia e a lógica segundo a qual foi formulada é compreender, portanto, o conteúdo programático do alto escalão que ocupou a chancelaria turca nessa época – portanto, também uma análise da variável burocracia do modelo de Hermann (1990).

Ahmet Davutoğlu, acadêmico de Relações Internacionais e diplomata de carreira, serviu como assessor-chefe de Erdoğan entre 2003 e 2009, como Ministro das Relações Exteriores entre 2009 e 2014 e Primeiro-Ministro entre 2014 e 2016, e foi o responsável por criar as bases conceituais da política externa do AKP no período. Davutoğlu postulava a ideia da Turquia se tornar um “Estado Central” com “Profundidade Estratégica”. Para ele, a Turquia, durante a Guerra Fria, teria sido um país de fronteira, a borda oriental do bloco ocidental; durante os anos 1990, teria sido uma ponte entre o Ocidente e o Oriente (DAVUTOĞLU, 2008).

Entretanto, a posição turca, geoestrategicamente central, permitiria ao país que ele fosse mais do que simplesmente uma ligação entre duas áreas geográficas. Para Davutoğlu (2008), a Turquia deveria tornar-se um Estado Central, aquele que, por conter múltiplas identidades regionais – europeia e oriental –, deveria manobrar de forma ativa em várias regiões simultaneamente, sem definir-se de maneira defensiva, reativa e como pertencendo a apenas uma identidade geográfica. Deveria ter, portanto, uma ação externa ativa e criativa, com promoção de iniciativas diplomáticas em todas as regiões ao seu redor – uma clara crítica ao excesso de atenção europeu da vocação Kemalista. De fato, quando assumiu oficialmente o posto de Ministro das Relações Exteriores, em maio de 2009, afirmou que a Turquia deveria tornar-se uma “solucionadora de problemas” para contribuir com a paz global e regional, assumindo um papel mais efetivo como “país instituidor de ordem” (HALE, 2009, p. 144).

Para Aras (2009), Davutoğlu postulava a ideia de que até então a política externa turca geralmente era um desdobramento das questões securitárias internas. Procurava-se externalizar problemas domésticos, buscando no estrangeiro os inimigos ou ameaças responsáveis por questões internas – como a questão islâmica, comunista ou curda. Tal percepção deveria ser abandonada para que um novo engajamento com o entorno regional se iniciasse – deveria ser o fim do que Davutoğlu chamava de alienação dos países vizinhos (ARAS, 2009). Para esse

benefícios econômicos que o bloco europeu antes fornecia (ROBINS, 2013). Ademais, depois que, em 2005, a UE abriu as negociações para a Turquia tornar-se membro, o processo foi emperrado pelo presidente francês, Nicholas Sarkozy, que se opunha publicamente à entrada turca no bloco (ROBINS, 2013).

mesmo autor, portanto, Davutoğlu iniciaria um processo de “descobrimto” das proximidades geográficas turcas e da disponibilidade delas para o envolvimento do país (ARAS, 2009).

Essa nova abordagem de política externa pautar-se-ia pela doutrina dos “Zero Problemas com Vizinhos”, ou seja, a Turquia agiria como provedora de ordem, estabilidade e segurança em seu entorno ao engajar-se pragmaticamente com todos os atores possíveis, incentivando o uso da diplomacia para resolução de conflitos e o aprofundamento das relações econômicas como forma de criação de interdependências (DAVUTOĞLU, 2008). Como consequência, a diversificação de parcerias geraria maior autonomia para o país, garantindo o que ele chamava de “Profundidade Estratégica” (DAVUTOĞLU, 2008). Quando assumiu o posto de Ministro das Relações Exteriores, em maio de 2009, Davutoğlu

Em suma, a doutrina de Zero Problemas com Vizinhos forneceria a Profundidade Estratégica necessária para a Turquia ser um Estado Central, capaz de manobrar simultaneamente e ativamente em diversas regiões sem limitar-se a apenas uma definição identitária de pertencimento. Esse, portanto, é o conteúdo programático de política externa que mudou a Turquia nos anos 2000 e que continuaria baseando a lógica do governo AKP mesmo depois de 2011.

Nesse sentido, o foco da política externa turca passava a ser o Oriente Médio, onde o governo esperava alcançar vitórias para, mesmo com problemas frente ao bloco europeu, ainda consolidar-se como um Estado Central. O país gradualmente abandonou a política de evitar estabelecer vínculos com o Oriente Médio e foi adotando a doutrina dos “Zero Problemas com os Vizinhos” de Davutoğlu, reforçando a ideia de que a política externa turca começava a seguir a vocação denominada Islamista (DAVUTOĞLU, 2008; ROBINS, 2013). Esse foco predominantemente no Oriente Médio seria a segunda fase da política externa turca sob o governo AKP, entre 2005 e 2011 (ROBINS, 2013).

De fato, ainda em 2002, Davutoğlu já demonstrava seu entendimento acerca da centralidade e da importância da Turquia se aproximar do Oriente Médio:

A Turquia tem de estabelecer suas relações com todas as potências globais através do Oriente Médio. Em outras palavras, o Oriente Médio será o parâmetro mais importante para essa representação de Estado Central. Quanto mais influente a Turquia se tornar no Oriente Médio, maior poder de barganha ela terá frente às outras potências. Quanto mais central sua posição se tornar no Oriente Médio, mais persuasiva ela se tornará frente aos outros. (ERŞEN, 2014, online).

Diversas foram as iniciativas que apontavam para a consolidação da Turquia como ator de grande influência na região. Destacam-se dentre as várias a melhora significativa nas

relações com a Síria. Já havia sido abandonada a postura conflitiva com o país desde a expulsão do líder do PKK, Öcalan, do território, em 1999. Agora buscou-se engajar o país vizinho por canais políticos e, sobretudo, econômicos. Um acordo de livre comércio foi assinado em 2004 e implementado em 2007, o qual fez as exportações turcas para a Síria crescerem de US\$ 609 milhões em 2006 para US\$ 1,86 bilhão em 2010, enquanto as exportações sírias para a Turquia cresceram de US\$ 187 milhões para US\$ 662 milhões no mesmo período, tornando a Turquia a principal parceira comercial da Síria (PHILLIPS, 2012).

Em 2009, os dois países também assinaram um acordo para implementar uma área de circulação de turistas livre de vistos. Bashar al-Assad foi o primeiro presidente sírio a visitar a Turquia, em 2004, e desenvolveu posteriormente laços próximos de Erdoğan, tendo ambos chegado a passar as férias juntos com suas famílias (PHILLIPS, 2012). A parceria turco-síria também ajudou Assad a negociar a saída das tropas da Síria do Líbano em 2005, após o assassinato do Primeiro-Ministro libanês Rafic Hariri (PHILLIPS, 2012). Foi também o governo turco o mediador de quatro rodadas de negociações indiretas entre Israel e Síria em 2008, até que os ataques israelenses em Gaza encerrassem os canais (HALE, 2009).

A relação com o Irã também melhorou, a despeito das pressões ocidentais pelo contrário. Teerã é um dos parceiros comerciais mais importantes da Turquia no Oriente Médio, com Ancara importando cerca de 17% de todo seu gás natural através de um oleoduto ligando Irã e Turquia. O comércio total entre os dois países chegou a US\$ 10,2 bilhões em 2008, quatro vezes mais que com a Síria (HALE, 2009). Em termos políticos, os dois países também assinaram memorandos de intenção em 2007 para construção de novos oleodutos, sinalizando o apoio para a resolução pacífica da questão nuclear do Irã, e uma percepção conjunta dos problemas em relação aos curdos. Em 2010, junto do Brasil, a Turquia mediou o acordo nuclear sujeito ao Conselho de Segurança da ONU, também contrariando os interesses de aliados ocidentais, ainda que o AKP buscasse colocar o ato como uma forma de mediar a questão entre os dois lados (HALE, 2009).

No que diz respeito ao Iraque e o Governo Regional do Curdistão (GRC), o governo AKP foi responsável por importantes mudanças. O Iraque não apenas é um dos mais importantes mercados de exportações turcas – o terceiro maior no mundo –, como também no seu território ao norte localiza-se o GRC, com a presença de campos do PKK (HALE, 2009). Nesse sentido, conforme previamente mencionado, o ano de 2007 foi um marco devido à retomada de ataques em solo turco por parte do PKK. Ainda em setembro daquele ano, o parlamento turco passou lei autorizando o uso das Forças Armadas turcas para além da fronteira do Iraque a fim de destruir os campos do PKK (EFEGIL, 2008).

Desde então, o governo turco passou a pressionar os EUA, afirmando que o GRC era protegido por Washington e que, portanto, o país deveria pressionar os líderes curdos da região para pararem de apoiar o PKK (EFEGIL, 2008). Em novembro de 2007, Erdoğan viajou para Washington e encontrou-se com George Bush. Como resultados do encontro, os EUA declararam que o PKK era um inimigo comum para os dois governos; criou-se uma missão de alto nível em cooperação militar e inteligência permanentemente baseada em Ancara a fim de compartilhar dados referentes ao PKK no Iraque para a Turquia; por fim, os EUA deram apoio para os ataques turcos aos campos de guerrilheiros no Iraque. Diante da luz verde, no final do mês de novembro, ataques aéreos começaram a ser realizados contra os campos do PKK no GRC, chegando ao ponto de, em fevereiro de 2008, forças terrestres cruzarem a fronteira para o Iraque e engajarem-se em combate contra o grupo turco (OLSON, 2008).

Em paralelo ao emprego da força, o governo em Ancara engajou o governo do Iraque e mesmo o GRC em negociações para isolar o PKK. O então Presidente Abdullah Gül convidou o então Presidente do Iraque, Jalal Talabani, para ir à Turquia antes do ataque onde expôs-se os planos turcos de atacar somente o grupo guerrilheiro. Além disso, sinalizou-se a concordância em engajar-se com o GRC – a primeira vez que um governo turco fazia algo do tipo. De fato, o Representante Especial da Turquia para o Iraque foi enviado ao norte do país para negociar com o GRC e seu líder, o Presidente Massoud Barzani (EFEGIL, 2008).

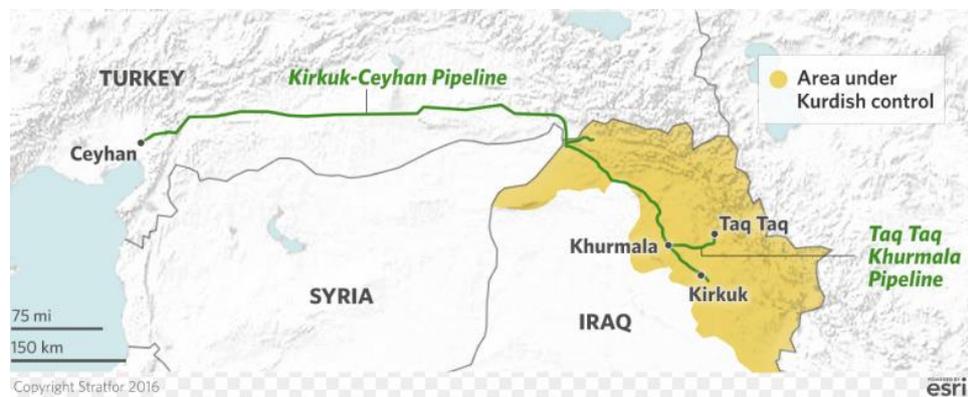
Para Efegil (2008), a Turquia teria passado a entender que sem o apoio dos curdos iraquianos não seria possível enfraquecer o PKK. A alienação do GRC empurraria a administração local para longe de Bagdá e de Ancara. Além disso, empresas turcas também poderiam adentrar no GRC em busca de vantagens econômicas caso a relação melhorasse. A ideia, portanto, era de que a criação da interdependência mútua entre a Turquia e o GRC preveniria a emergência de um Estado curdo iraquiano independente (EFEGIL, 2008). Por parte de Barzani, esse mesmo autor afirma que inicialmente o GRC rejeitou as operações militares turcas, chamando-as de agressões explícitas. Entretanto, sob forte pressão dos EUA, o líder curdo no Iraque aceitou as negociações e desde então construiu-se uma relação de interdependência econômica de fato (EFEGIL, 2008).

Barzani aproveitou-se da postura turca e, em troca do GRC permitir que a Turquia realizasse ataques aéreos contra o PKK na região das montanhas de Qandil, o governo turco teria de encorajar investimentos do país na região, sobretudo no setor petrolífero. De fato, investimentos da Turquia a partir de 2010 foram responsáveis pela criação de um oleoduto ligando os campos petrolíferos de Taq Taq e Khurmala no GRC e o porto turco de Ceyhan (Figura 2 abaixo) – empreendimento que garantiu a exportação de cerca de 600 mil barris de

petróleo por dia, o equivalente a mais de US\$ 600 milhões por mês ao GRC de Barzani, (PARK, 2012). Até 2012, o GRC era responsável por metade do total de comércio da Turquia com o Iraque, à época o segundo maior parceiro comercial turco no mundo todo (PARK, 2012). Além disso, a aproximação fez com que a Turquia abrisse um consulado em Erbil, movimento seguido pelos EUA logo em seguida (PARK, 2012). Desse modo, enquanto o PKK perseguia uma postura de enfrentamento, o GRC de Barzani optava pela criação de laços de interdependência com a Turquia em troca de colaborar para conter a militância do PKK e permitir ataques turcos contra o grupo.

Figura 2 – Oleoduto Kirkuk-Ceyhan.

(Fonte: STRATFOR, 2017a).



Por fim, no que diz respeito às relações com Israel, cabe destacar, em primeiro lugar, o reconhecimento por parte do governo turco do resultado das eleições palestinas de 2006, as quais deram vitória ao Hamas – contrariando os interesses dos aliados ocidentais e a despeito da pressão desses para que Ancara não aceitasse a votação. Ademais, o governo AKP posteriormente engajou-se politicamente com o grupo, afirmando que tal postura era novamente para servir de mediadora entre os grupos palestinos e para a questão Israel-Palestina, não significando um favorecimento ao grupo islâmico (ROBINS, 2013).

A relação da Turquia com Israel na verdade sempre fora de proximidade, algo influenciado também pela diplomacia dos EUA, a qual sempre buscou aproximar seus dois aliados. De fato, a Turquia fora o primeiro país muçulmano a reconhecer diplomaticamente a existência de Israel. Por sua vez, o *establishment* Kemalista e os militares, de modo geral, sempre favoreceram a cooperação com o governo israelense. De fato, em 1996, assinou-se dois acordos com Israel, um de cooperação e treinamento militar e outro de cooperação para a indústria de defesa (HALE, 2009).

Entretanto, a maior parte da opinião pública no país sempre fora simpática aos palestinos. Quando Israel iniciou suas ações contra os palestinos em Gaza, uma onda de

criticismo contra o governo israelense alastrou-se no país, incentivando o próprio governo turco a assumir postura mais crítica. Depois de tentativas diplomáticas frustradas para acabar com o conflito e levantar o bloqueio israelense à Gaza, Erdoğan passou a tecer pesadas críticas à Israel e, na ocasião do Fórum Econômico Mundial em Davos, especificamente contra Shimon Peres, quando abandonou o debate que ocorria acusando os israelenses de ações de barbárie contra Gaza (HALE, 2009).

O ápice da tensão entre Israel e Turquia, porém, ocorreu em 2010 e teve como resultado como resultado o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países –a total contragosto de Washington, inclusive desencadeando discussões públicas sobre a possibilidade de um abandono turco em relação ao Ocidente (ROBINS, 2013). Tal fato foi decorrência de um incidente ocorrido em maio de 2010, quando um time de operações especiais de Israel atacou uma flotilha que carregava ajuda internacional e humanitária para Gaza e que contava com civis turcos, dos quais nove foram mortos. O evento não apenas trouxe a discussão do bloqueio de Gaza à tona, mas também por ter sido um ataque ocorrido em águas internacionais e contra civis agindo sob proteção diplomática (ÖZHAN, 2010).

Para além de toda essa inédita movimentação diplomática da Turquia para com o Oriente Médio, o “modelo turco” de coabitação de um partido islâmico em uma burocracia estatal secular também passou a receber destaque internacional, conforme previamente mencionado. Diversos acadêmicos, principalmente ocidentais, passaram a vê-lo como uma possível fonte de poder brando e objeto de exemplo para os países árabes e muçulmanos. Dessa forma, os países ocidentais eram encorajados por acadêmicos e políticos a apoiar a Turquia como um possível modelo “estável e moderno” para a região (FULLER, 2008; ROBINS, 2013). Os Estados Unidos foram mais rápidos que os europeus em perceber os potenciais da Turquia em ser um modelo de governança para o mundo muçulmano, apoiando o que consideravam a prática turca do Islã (ROBINS, 2013). Segundo a percepção do governo em Washington, essa era uma forma de aliviar a visão do conflito de civilizações e possivelmente colaborar para a estabilização de uma região tão sensível (GERGES, 2012). Essa é uma mudança bastante significativa, pois representa que o principal país ocidental aliado da Turquia via com bons olhos, e até incentivava, a tradição Islamista de sua política externa, parecendo também crer que é possível harmonizar ambas as vocações turcas.

Para Kaddorah (2010), seriam sete as características do “modelo turco” que se transformaram em vantagens atrativas: 1) a estabilidade política advinda de um processo democrático real; 2) as reformas que possibilitaram a expansão das liberdades e direitos individuais; 3) o crescimento econômico do país e sua crescente rede de parcerias comerciais

no mundo; 4) uma abertura externa baseada na tolerância e no diálogo entre civilizações; 5) boas relações com todos os vizinhos e com as grandes potências; 6) o uso de sua identidade Ocidental para se engajar com a Europa e as organizações ocidentais; e 7) o envolvimento ativo no mundo islâmico com base no uso de sua identidade muçulmana. Como percebe-se, as quatro últimas características, grosso modo, podem ser agrupadas em uma política externa pragmática, que valoriza tanto parcerias ocidentais quanto muçulmanas, ao que se soma as reformas políticas, o sucesso eleitoral e o sucesso econômico durante o governo AKP.

O trabalho de Altunişik (2008) também desenvolve tais ideias e afirma que a Turquia é detentora de um significativo poder brando frente ao Oriente Médio. Esse derivaria, de um lado, da sua relevância no debate sobre reformas políticas e desenvolvimento econômico, e de outro, da sua prática de mediação como terceira parte em disputas políticas na região. O autor também argumenta que tal poder brando depende de três condições: ativos de onde emanam tal poder, vontade em emprega-lo frente a outros países, e credibilidade que sustente seu modelo.

A questão das reformas internas seria o ativo mais forte e inequívoco da Turquia. Para além das novas leis e emendas constitucionais aprovadas no período AKP, Altunişik (2008) destaca que esse é um processo que procurou ser iniciado ainda em 2001, quando o Parlamento turco reduziu os poderes de detenção da polícia e acabou com o banimento ao uso da língua curda publicamente. Destaca também que, em janeiro de 2002, um novo código civil foi aprovado, o qual aumentava consideravelmente as liberdades de associação e reunião, bem como modificou-se o código penal e a lei antiterrorista, tornando-a mais branda e menos subjetiva. Nesse sentido, as experiências com reformas na Turquia seriam vistas como fonte de inspiração, principalmente para as forças reformistas na região do Oriente Médio.

Outro ativo turco seria a própria evolução do Islã em termos de participação política, de acordo com Altunişik (2008). A chegada do AKP ao poder teria representado não apenas um amadurecimento dos movimentos islâmicos, abraçando a democracia, o secularismo e a possibilidade de alianças com o Ocidente, como teria demonstrado o potencial de coexistência entre o Islã e procedimentos democráticos²⁷. Um terceiro ativo da Turquia para esse autor seria sua prática de política externa para a região do Oriente Médio, quando se consolidou como uma

²⁷ Altunişik (2008) aponta que há um debate interessante quanto a esse amadurecimento: de um lado, há aqueles que argumentam que o AKP prova que o Islã pode se moderar e assumir o poder – o que é propagado pelos apoiadores do partido e pelos EUA; de outro lado, há aqueles que afirmam que as estruturas seculares e democráticas da Turquia, desenvolvidas ao longo de sua história, que forçaram o AKP a se moderar – sem a existência dessas instituições, um movimento político islâmico sozinho não teria se alterado. Independente de qual lado se defenda, a coexistência do AKP no aparato secular burocrático é prova da força do modelo turco.

potencial terceira parte para diversos conflitos, bem como um *hub* para comércio e fonte de investimentos para com os países muçulmanos.

Já em relação à questão da existência de vontade para propagar o “modelo turco”, Altunişik (2008), bem como Kaddorah (2010), afirma que os quadros principais do AKP buscam expandir sua experiência e influenciar outros movimentos. Diferentemente das tradicionais elites Kemalistas que relutavam em se envolver no Oriente Médio, o governo turco atual demonstra interesse em sustentar a posição de modelo. Diversos foram os discursos, por exemplo, de importantes líderes do partido, destacadamente Abdullah Gül e Erdoğan.

Nas palavras de Abdullah Gül,

O mundo inteiro aprecia a Turquia, com uma população majoritariamente muçulmana, por ter conseguido estabelecer regras e associações baseadas na democracia e numa economia de livre-mercado. A Turquia tem sido um exemplo para todo o mundo com seu sistema democrático e secular, e sua identidade cultural contemporânea. (KADDORAH, 2010, p. 115).

Dessa forma, o governo AKP teria interesse em promover sua experiência, sabendo que a emulação de seu modelo por movimentos islâmicos em outros países representaria também um aumento da influência turca na região. O mesmo Gül afirmou que “um país com uma identidade muçulmana pode ser democrático, transparente, e pode ficar confortável no mundo moderno. *Nós provaremos isso*” (KADDORAH, 2010, p. 199).

Altunişik (2008) destaca ainda que o AKP consegue dialogar e enviar mensagens tanto aos seus aliados no Ocidente quanto ao mundo islâmico. Em relação ao mundo Ocidental, a mensagem do governo turco seria a de que democracia e Islã são compatíveis e que os governos ocidentais deveriam largar seu preconceito. Destaca-se, por exemplo, o discurso de Erdoğan ainda em janeiro de 2003, na Universidade de Harvard, quando proclamou expressamente que a cultura islâmica e a democracia poderiam ser reconciliadas. Enquanto Ministro das Relações Exteriores, Gül também teria dirigido mensagem direta ao bloco europeu, afirmando que

A adesão da Turquia à UE vai significar que a Europa conseguiu alcançar um nível de maturidade a ponto de incorporar um país muçulmano em seus quadros, demonstrando que a UE defende valores e instituições comuns e não uma religião comum. A mensagem de reforma, modernidade, moderação e integração que representaria a adesão da Turquia à UE mandaria um sinal para o resto da comunidade internacional. (ALTUNIŞIK, 2008, p. 47).

Já em relação ao mundo islâmico, o AKP propagaria a mensagem de que os países do Oriente Médio devem aprovar reformas domésticas para poderem crescer e se estabilizar

politicamente (ALTUNIŞIK, 2008). Sinal disso teria sido o discurso de Gül na Conferência dos Países Islâmicos, em maio de 2003, quando enfatizou a necessidade de boa governança, transparência, responsabilidade, respeito pelos direitos humanos e integração com o restante do mundo como práticas necessárias aos países islâmicos.

Finalmente, em relação à credibilidade, Altunişik (2008) afirma que o poder brando turco advindo desses ativos seria o resultado da capacidade do país de resolver seus problemas internos. Nesse sentido, seria essencial para a Turquia evitar retrocessos em termos democráticos e políticos para manter-se como modelo político. Além disso, uma estagnação no processo de reformas e um retrocesso na entrada do país na UE também enfraqueceria a mensagem de compatibilidade entre o Ocidente e os países islâmicos. Como veremos nos capítulos seguintes, a partir de 2011, são sinais nesse sentido que vêm ocorrendo, minando a credibilidade do “modelo turco” como exemplo para a região do Oriente Médio.

De qualquer forma, podemos perceber que, em suma, o governo AKP foi responsável por diversas modificações significativas na estrutura doméstica do país desde que chegou ao poder, sobretudo em relação ao enfraquecimento do poder político dos militares e uma readaptação da forma como o Islã era visto em termos da possibilidade de um partido islâmico governar a Turquia. A questão curda, porém, foi a única que não teve tantos avanços – vindo a, inclusive, piorar nos anos seguintes como se verá nos capítulos próximos. Em relação à política externa, o governo AKP também foi responsável por reorientar a atuação internacional turca, aproximando o país do Oriente Médio enquanto postulava manter-se próximo também do Ocidente. Em conjunto, esses fatores foram responsáveis pela valorização do “modelo turco” durante essa primeira década do governo AKP.

4 AS REVOLTAS ÁRABES DE 2011 COMO PONTO DE INFLEXÃO: AS RESPOSTAS DA TURQUIA

Após as diversas transformações e reorientações ao longo dos primeiros anos de governo sob o AKP, a Turquia novamente passaria por um ponto de inflexão a partir de 2011. Isso se deveu a uma série de fatores, mas o gatilho principal foi a eclosão de revoltas árabes no Oriente Médio. Os protestos que rapidamente se espalharam pela região e que mobilizaram as massas árabes às ruas para demandar maior representatividade e melhores condições socioeconômicas foram interpretados pela nova elite turca como um sinal de possível mudança na ordem regional. Os cálculos de política externa em Ancara pareceram indicar a crença de que uma janela de oportunidade se abria para a Turquia, com a possibilidade de influenciar movimentos populares islâmicos pela região que viam no país uma inspiração em termos de modelo político.

Nesse sentido, argumentaremos que a partir de 2011 o governo turco novamente alterou a política externa do país em relação ao Oriente Médio, deixando de lado o antigo pragmatismo e cautela e adotando agora uma posição mais assertiva, buscando exercer um papel de liderança regional através da valorização de seu modelo político. Além disso, buscaremos apontar que essa mudança em política externa se deveu a esse choque externo da eclosão das revoltas árabes, mas também pelo apoio explícito dos EUA ao novo papel turco. Ainda, caberá ressaltar que essa nova atuação internacional também só foi possível porque o governo AKP conseguiu anteriormente implementar diversas mudanças domésticas e porque saiu vencedor das eleições de junho de 2011 – com uma parcela de votos percentuais e absolutos ainda maior que nas duas vitórias anteriores, fazendo o governo crer que as urnas estavam a cancelar suas políticas de até então. A fim de tecer essa argumentação, utilizaremos nesse capítulo o modelo de Hermann (1990) para alterações em política externa, utilizando suas variáveis e analisando a extensão dessa mudança.

4.1 A inflexão na política externa turca: a nova assertividade do governo AKP e o papel dos EUA

Conforme apresentado no capítulo anterior, a ferramenta aqui usada para compreensão da mudança na política externa da Turquia é o modelo de Hermann (1990), cujas variáveis são: 1) a ação do(s) líder(es), 2) a ação dos componentes da burocracia, 3) a estrutura política doméstica e 4) a conjuntura internacional. Cabe adicionar que para além da indicação das

variáveis, Hermann (1990) também classifica em diferentes níveis de profundidade as alterações de política externa. Tais níveis de mudança seriam: 1) ajustes – mantém-se objetivos e meios, mas alteram-se a ênfase em determinada política (maior ou menor intensidade); 2) mudança de programa – mantém-se objetivos, mas via outros meios; 3) modificação de objetivo – mudam-se os objetivos e, por consequência, os meios; e 4) alterações fundamentais – mudanças profundas e raras que resultam na total reorientação do país.

Em termos de análise de cada variável, o capítulo anterior foi responsável por considerar as questões de mudanças domésticas durante os primeiros anos do governo AKP já sob o prisma desse modelo. Cabe agora traçarmos o ano de 2011 como ponto de inflexão e analisar se há continuidade ou mudança em relação, especificamente, à cada uma dessas variáveis a fim de compreender o peso de cada para o processo de inflexão externa turca.

A variável “ação do líder” apresenta características de continuidade antes e depois de 2011, com a permanência da centralidade do Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdoğan e do conteúdo programático do AKP. Em termos da variável “ação dos componentes da burocracia”, classificamos como continuidade, podendo afirmar que há até mesmo uma intensificação, dada a chegada do influente Ahmet Davutoğlu ao posto de Ministro das Relações Exteriores em 2009, o que garantiu a continuidade da visão de mundo desse na ação externa turca.

Cabe ressaltar que essa continuidade pós-2011 em termos burocráticos é em relação ao período AKP e às suas reformas, as quais alteraram o processo de formulação da política externa turca. A principal diferença desse período AKP para com os governos anteriores seria justamente o maior poder das autoridades civis para seguirem suas agendas. O Conselho de Segurança Nacional não mais detinha a palavra final em política externa e segurança nacional, sendo suas decisões apenas de caráter consultivo (ÖZCAN, 2011).

Mas as novas características do processo de formulação de política externa, que continuam e se aprofundam no pós-2011, não dizem respeito apenas às relações civis-militares. Özcan (2011), por exemplo, aponta para o crescimento da influência do mundo dos negócios frente ao governo. O gabinete e o ministro agiam agora como guardiões dos interesses das empresas turcas, apoiando politicamente seus lances em leilões e negócios internacionais, com um número cada vez maior de empresários acompanhando as viagens dos representantes do país (ÖZCAN, 2011).

O estudo de Özcan e Turunç (2011) aprofunda-se sobre esse papel da elite capitalista islâmica, base eleitoral do AKP. Segundo eles, as companhias turcas foram bem-sucedidas não apenas em penetrar mercados relativamente pouco desenvolvidos nos vizinhos da Turquia no Oriente Médio, mas também em realizar lobbies frente ao governo para que esse tivesse um

maior engajamento nessa região. Organizações industriais islâmicas, como a MÜSIAD (Associação Independente de Empresários e Industrialistas) e a TUSKON (Confederação de Empresários e Industrialistas Turcos), já vinham exercendo forte pressão para que a diplomacia de Ancara fosse mais “amigável aos negócios” – o que agora teria coadunado muito bem com a visão da doutrina de Zero Problemas com Vizinhos do Ministério das Relações Exteriores de Davutoğlu.

Outro ponto de novidade na formulação da política externa turca durante a era AKP, também continuado no pós-2011, foi o papel da cooperação internacional, com a TIKA (Agência Turca de Desenvolvimento e Cooperação Internacional) tornando-se uma importante ferramenta de política externa. Segundo Özcan (2011), diversos escritórios da TIKA foram abertos no Oriente Médio e ao redor do mundo, os quais canalizavam ajuda da Turquia para uma série de projetos de infraestrutura, educação, cultura e saúde. Diversas ONGs e fundações também entraram no Oriente Médio com apoio do Ministério das Relações Exteriores, buscando fomentar uma imagem mais positiva da Turquia (ÖZCAN, 2011).

Enquanto as variáveis “ação do líder” e “ação dos componentes da burocracia” puderam ser classificados como apresentando caráter de continuidade no pré e pós 2011, a terceira variável, “estrutura política doméstica”, é classificada como apresentando mudanças. Em primeiro lugar, isso se deve porque o processo de enfraquecimento da elite Kemalista culminou em 2010 – com a reforma do Judiciário –, reforçando as mudanças já advindas das modificações na Presidência (2007) e no Conselho de Segurança Nacional. Portanto, o cenário doméstico enfrentado pelo AKP em 2011 era diferente daquele enfrentado pelo partido em 2002 quando chegou ao governo: o poder político dos militares (e dos Kemalistas como um todo) finalmente encontrava-se enfraquecido como resultado das reformas do partido governante. Portanto, quando o governo turco resolve agir de maneira diferente no Oriente Médio a partir de 2011, não mais encontra constrangimentos das instituições Kemalistas como outrora.

Em segundo lugar, há mudanças na variável “estrutura política doméstica” porque em 2011 o AKP vence uma nova eleição geral, pela terceira vez seguida, dessa vez com números até então inéditos. Em 2002, o AKP obtivera 34,28% dos votos totais, ou 10,8 milhões de votos absolutos; em 2007, o número aumentou para 16,3 milhões de votos, ou 46,6% dos votos totais; finalmente, em 2011, a porcentagem de votos para o AKP saltou para 49,9%, um total de 21,3 milhões de votos. Ou seja, em cerca de nove anos, os votos para o AKP dobraram. A única vez que um partido havia conseguido número maior em números percentuais foi na eleição geral de 1965 (ÇARKOĞLU, 2011). O resultado garantiu 327 parlamentares para o AKP, 135 para o CHP e 53 para o MHP, além de 36 independentes (ÇARKOĞLU, 2011).

Figura 3 – Resultados comparados das eleições gerais na Turquia, em 2002, 2007 e 2011, com foco no AKP, CHP e MHP.
(Fonte: CHISLETT, 2015).

Parties	2002	2007	2011
Justice and Development Party	363 (34%)	340 (46.6%)	327(49.9%)
Republican People's Party	178 (19%)	112 (20.8%)	135 (25.9%)
Nationalist Movement Party		71 (14.3%)	53 (12.9%)
People's Democratic Party			
Independents (1)	–	27 (5.2%)	36 (6.6%)
Voter turnout (%)	79.0	84.4	86.7

(1) From various political affiliations but mainly the pro-Kurdish Peace and Democracy Party.

Source: Supreme Electoral Board

Nesse sentido, o domínio eleitoral do AKP garantia no Parlamento a quase inexistência de limitações e oposição à sua agenda. De fato, essa terceira vitória do AKP, de acordo com Çarkoğlu (2011), foi responsável por satisfazer o critério do cientista político Giovanni Sartori para chamar a Turquia de um “sistema de partido dominante” centrado ao redor do AKP: o partido conquistou três vitórias eleitorais consecutivas, todas com larga margem sobre seus competidores – os quais passam a ter dificuldades eleitorais enormes para conseguir superar o partido dominante. De fato, a margem do AKP de pontos percentuais à frente do CHP, o segundo partido com mais votos, cresceu de 15% em 2002 para 25% em 2007 e 24% em 2011 (ÇARKOĞLU, 2011).

A transformação da Turquia em um sistema de partido dominante traz implicações que afetam todos os campos políticos, inclusive a política externa – e, portanto, permite a classificação desse fenômeno dentro da terceira variável de Hermann (1990). Nesse sentido, em primeiro lugar, partidos dominantes entrariam em uma tendência de se tornarem complacentes, ou seja, temem menos a vitória da oposição, tomando seu lugar como “garantido”, o que diminui seu ímpeto por mudanças ou reformas. A competição política real também deixaria de se dar apenas entre os diferentes partidos, passando a ser também muito importante as disputas internas do partido dominante. Em segundo lugar, a distinção entre o Estado e o partido dominante também passa a ser mais difícil, visto que o partido tende a estar tão entrincheirado no poder que as probabilidades de abuso de poder e corrupção aumentam.

Para esse autor, com uma oposição desarticulada, a burocracia estatal tende a cada vez mais agir como uma confirmadora das decisões do partido dominante (ÇARKOĞLU, 2011).

Como coloca Çinar (2011), o AKP parece ter garantido considerável parcela de sua popularidade graças à sua performance frente ao *establishment* Kemalista e às reformas bancadas pelo partido, bem como pelo crescimento econômico do país. Entretanto, esse mesmo autor afirma que a eleição de 2011 – bem como o referendo de 2010 – foi marcada por uma polarização muito acirrada em termos de dois discursos: pró e anti AKP. Nesse sentido, a campanha eleitoral do AKP de 2011 teria sido construída em cima de um discurso em que o partido se colocava como a única força política democrática e capaz de implementar reformas democratizantes na Turquia. A oposição era descrita como inviável ou não confiável, gerando uma situação em que o pós-eleição parecia um cenário em que o partido dominante não procurava mais dialogar com a oposição (ÇINAR, 2011). Segundo Çinar (2011), a eleição de 2011 escancarou uma postura por parte do AKP de colocar-se como o partido que detinha o “monopólio da democratização na Turquia”. De fato, tal discurso acaba por reforçar as tendências recém mencionadas por Çarkoğlu (2011) de um sistema de partido dominante²⁸.

Um último ponto vale ser ressaltado em relação aos resultados da eleição geral de 2011 e seu impacto para a variável “estrutura política doméstica”: aqueles relacionados à questão curda. A estratégia do partido curdo vigente à época, o BDP, sucessor do DTP, fechado pela Corte Constitucional em 2009, foi o de utilizar candidatos independentes. Estes receberam 2,4 milhões de votos, 5,8% do total da eleição. Entretanto, nas províncias de maioria curda do sudeste da Turquia, tais candidatos receberam quase 45% dos totais dos votos. Para Yeğen (2011), isso significa que, após ter votado majoritariamente no AKP nas eleições de 2002 e 2007, a população das províncias curdas agora voltava a votar em sua maioria nos representantes curdos. De fato, nas eleições de 2011, o AKP teria perdido, em números absolutos, votos em 11 das 16 províncias de maioria curda – por outro lado, nas outras 65 províncias de maioria turca, o AKP aumentou seu total de votos em 62 delas (YEĞEN, 2011).

De acordo com Yeğen (2011), isso se deve sobretudo a estagnação e consequente desapontamento curdo para com a Abertura Democrática proposta pelo AKP em 2010, já que o partido não conseguiu defender de maneira efetiva sua estratégia e muito menos implementar mudanças significativas para a questão curda. Portanto, pode-se concluir que, já a partir de

²⁸ Em uma campanha onde o AKP enfatizou mais seu histórico de resultados positivos nos embates contra o *establishment* Kemalista do que seus projetos e ideias futuros, Çinar (2011) aponta que o partido parecia pedir aos seus eleitores que confiassem que o que fosse possível ser entregue em termos de democratização assim seria feito. Planos e estratégias bem delineados, portanto, não estavam presentes na campanha de 2011.

2011, o apoio do eleitorado curdo para com o AKP começa a esmorecer – sendo aqui o primeiro sinal de um desencantamento que apenas se fortalecerá de 2011 em diante, ficando escancarado na eleição de 2015, como será visto no capítulo 4.

Finalmente, em relação à quarta variável de Hermann (1990), “conjuntura internacional” também apontamos mudanças. Isso se daria, em primeiro lugar e mais importante, pelo choque externo que foram as revoltas árabes de 2011, mas também por uma nova postura internacional dos EUA de Obama para com a Turquia frente à nova conjuntura regional do Oriente Médio.

As revoltas que eclodiram em 2011 consistiram de uma série de protestos populares em países árabes que clamavam por democracia e dignidade. Para Hashemi (2011), as demandas eram, em primeiro lugar, democráticas por serem impulsionadas por um desejo a nível de massa que buscava maior representatividade no poder e a substituição de elites autoritárias e corruptas, e, em segundo lugar, eram demandas por dignidade, visto rejeitarem a humilhação e degradação provenientes das péssimas condições socioeconômicas vigentes, como o alto nível de desemprego, e os longos anos de abuso da lei via repressão estatal. A força motriz de tais movimentos foram grupos populares, sobretudo de jovens, os quais detinham caráter secular ou islâmico.

Nesse sentido, uma parcela significativa da população que se mobilizava organizava-se através de grupos políticos de caráter islâmico, os quais discutiam novos modelos para seus países caso conseguissem derrubar os regimes autoritários há anos vigentes. Destaca-se, nesse sentido, partidos como a Irmandade Muçulmana, que, a despeito de terem sofrido anos com a repressão estatal, conseguiam organizar-se a nível societário de maneira muito efetiva (GERGES, 2012). Com as revoltas árabes, surgia, portanto, a percepção de uma possibilidade real de que tais grupos políticos islâmicos poderiam chegar ao poder e então implementar um regime relativamente mais aberto que seus antecessores.

Cabe ressaltar, porém, que para muitos espectadores no Ocidente essa possibilidade era vista com desconfiança. Para Hashemi (2011), entretanto, o que causava preocupação nos círculos políticos ocidentais não era a questão do comprometimento desses grupos islâmicos com valores democráticos e liberais, mas sim o comprometimento que teriam para com os objetivos estratégicos dos EUA e do Ocidente como um todo caso chegassem ao poder.

Partidos islâmicos são vistos com profunda suspeita não pela sua falta de engajamento com valores liberais, mas pelo desafio que colocam a interesses geopolíticos ocidentais de longa data no Oriente Médio, como a defesa

de Israel e dos regimes pró-Occidente na Península Árábica. (HASHEMI, p. 16-17).

O governo turco, porém, não via a movimentação desses grupos islâmicos que clamavam por democracia e dignidade com maus olhos. Pelo contrário, parecia surgir uma janela de oportunidade para a Turquia com a eclosão dessas revoltas. De fato, vários destes movimentos passavam a olhar – ou já olhavam há alguns anos – para a Turquia como um exemplo: um Estado governado por um partido islâmico com uma burocracia secular, que apresentara níveis de crescimento econômico e estabilidade política significativos nos últimos anos – a ideia do “modelo turco” (GERGES, 2012; ROBINS, 2013).

O trabalho de Bayat (2011) aponta que, de fato, os grupos políticos islâmicos que se destacavam em meio às revoltas árabes eram produtos de um processo de amadurecimento e diferenciação na trajetória do Islã político no Oriente Médio. Após anos de uma crise de legitimidade em termos de representatividade devido a esses grupos ignorarem a pauta democrática, tais atores estariam adotando uma nova forma de política religiosa, que leva a democracia a sério ao mesmo tempo em que promove valores devotos à sociedade – uma espécie de coabitação (BAYAT, 2011).

No Egito, por exemplo, há anos já vinha estabelecendo-se um debate interno na Irmandade Muçulmana entre a chamada “velha guarda” do movimento e uma “liderança jovem”, motivado sobretudo pelo desejo desses últimos de participarem do jogo político democrático, caso tivessem a chance, através de uma organização partidária. Para Bayat (2011), enquanto a velha guarda ainda se mantinha firme ao quadro ideológico de que “o Islã é a única solução”, a liderança jovem abraçava o conceito de democracia e via no AKP, explicitamente, um modelo de governança islâmico a ser seguido. Tal visão não se restringia ao Egito. Na Tunísia pós-Ben Ali, o líder do partido islâmico al-Nahda, Rashid al-Ghanoushi, abraçava o sistema democrático, rejeitava o modelo islâmico de governança e comprometia-se com valores como justiça social e o pluralismo religioso (BAYAT, 2011). Al-Ghanoushi também teria explicitamente afirmado que o governo AKP era uma fonte de inspiração valiosa (BAYAT, 2011).

Dessa forma, diante da eclosão das revoltas árabes, o governo turco passou a vislumbrar a possibilidade de se estabelecer como uma fonte de inspiração regional para o Oriente Médio através do apoio a grupos que procurassem emular o exemplo do AKP na Turquia. Somou-se a esse fator de mudança na conjuntura regional ainda outra questão: a posição dos EUA diante da Turquia no contexto das revoltas árabes, explicitamente de apoio a uma maior assertividade turca na região e de apoio ao modelo político do país.

Barack Obama havia sido eleito sobre uma campanha que prometera diminuir a presença diplomática e militar dos EUA no Oriente Médio após as invasões militares do Afeganistão e Iraque. Nesse sentido, a explosão das revoltas árabes trazia perigos de novos conflitos em que Washington poderia se envolver. Entretanto, por estar buscando não mais assumir responsabilidades securitárias sozinho no Oriente Médio, os EUA passaram a fomentar que seus aliados regionais assumissem maiores compromissos (GERGES, 2012). Dentro dessa lógica, a aliança com a Turquia ganhava especial destaque.

De fato, desde que chegou à presidência, Obama já apontava para a centralidade dessa relação: a primeira viagem internacional do novo presidente foi à Turquia, onde Obama discursou no parlamento turco e chamou a relação dos EUA com o país de “parceria modelo”. Em 2010, Obama também chamou a Turquia de “grande democracia muçulmana” e “um modelo criticamente importante para os outros países muçulmanos da região” (BARKEY, 2016, online).

Nesse sentido, como coloca Gerges (2012), Obama reconhecia na Turquia um país muçulmano, exemplo de progresso, crescimento econômico e democracia estável, e que ainda representava um símbolo de que uma parceria mutuamente benéfica entre os EUA e uma nação islâmica seria possível. Além disso, o governo dos EUA, e mesmo os outros países da OTAN, têm consciência de que nenhum entre eles possui a liberdade de manobra e força de negociação no Oriente Médio como a Turquia. Fortaleceu-se, portanto, a ideia de que a influência e exemplo turcos seriam fundamentais para a estabilização do Oriente Médio (GERGES, 2012).

Além disso, a administração Obama foi pega de surpresa pelas revoltas árabes. Inicialmente relutante em reconhecer as mudanças em curso, o governo Obama adotou uma abordagem majoritariamente reativa, tentando ajustar a política externa estadunidense frente as múltiplas crises em andamento (GERGES, 2012).

Walt (1996), já no final da Guerra Fria, chamava a atenção para o fato de que, historicamente, o medo das revoluções é um dos fatores mais importantes a moldar a atuação internacional dos EUA, gerando respostas que poucas vezes resultavam em implicações frutíferas a Washington.

Ainda que os EUA ocasionalmente fizessem esforços modestos para alcançar um *modus vivendi* com novos governos revolucionários (geralmente nos últimos estágios do processo revolucionário), ele geralmente via tais grupos com suspeita, se não aberta hostilidade, tendo procurado preveni-los de chegar ao poder em primeiro lugar e esperando remove-los de lá assim que o obtinham. Não é surpresa que as relações dos EUA com a maior

parte dos regimes revolucionários foram bastante ruins.
(WALT, 1996, p. 2).

Um dos principais fatores de dúvida na política externa dos EUA nesse momento dizia respeito à possibilidade de que os protestos poderiam ter como resultado a ascensão ao poder de partidos islâmicos nos países envolvidos pelas revoltas. Segundo o livro de memórias publicado pela ex-Secretária de Estado, Hillary Clinton, havia muitas dúvidas entre os membros do governo a respeito do papel a ser desempenhado pelos partidos islâmicos chegando ao poder. Temia-se que, assumindo governos, essas forças políticas poderiam negar-se a colaborar com os EUA e com o Ocidente – como já indicava o trabalho de Hashemi (2011) citado acima (CLINTON, 2015; KADDORAH, 2010). Ainda que, por exemplo, a ex-Secretária de Estado afirmasse confiar no governo turco, não demonstrava a mesma propensão para com movimentos islâmicos de modo geral, pressionando o Conselho de Segurança Nacional para ter cautela diante das novas situações que se desenrolavam na região, o que gerou paralisia e ambiguidade no processo decisório estadunidense (CLINTON, 2015).

É dentro desse cenário em que os EUA, de um lado, buscavam não se envolver diretamente em uma questão que pudesse se transformar em um novo conflito de larga escala, e, de outro lado, ainda não tinham uma estratégia clara de como manobrar no novo cenário regional do Oriente Médio, que o governo em Washington optou por dar larga margem de manobra para a Turquia. Diante de sua trajetória recente nos anos 2000, a Turquia parecia surgir como uma espécie de pilar de estabilidade na região, aquele no qual a administração Obama parecia poder confiar (GERGES, 2012).

Assim, os EUA não apenas apoiaram e incentivaram a ideia do modelo turco como exemplo aos movimentos regionais, como aproveitaram-se do fato de a Turquia ter vindo a assumir um papel proeminente frente à oposição síria – reforçando a ideia estadunidense de dividir responsabilidades (GERGES, 2012). Essa é uma mudança bastante significativa, pois representa que o principal país ocidental aliado da Turquia via com bons olhos, e até incentivava, a tradição Islamista de sua política externa (ROBINS 2007), parecendo também crer que seria possível a harmonização de ambas as vocações turcas.

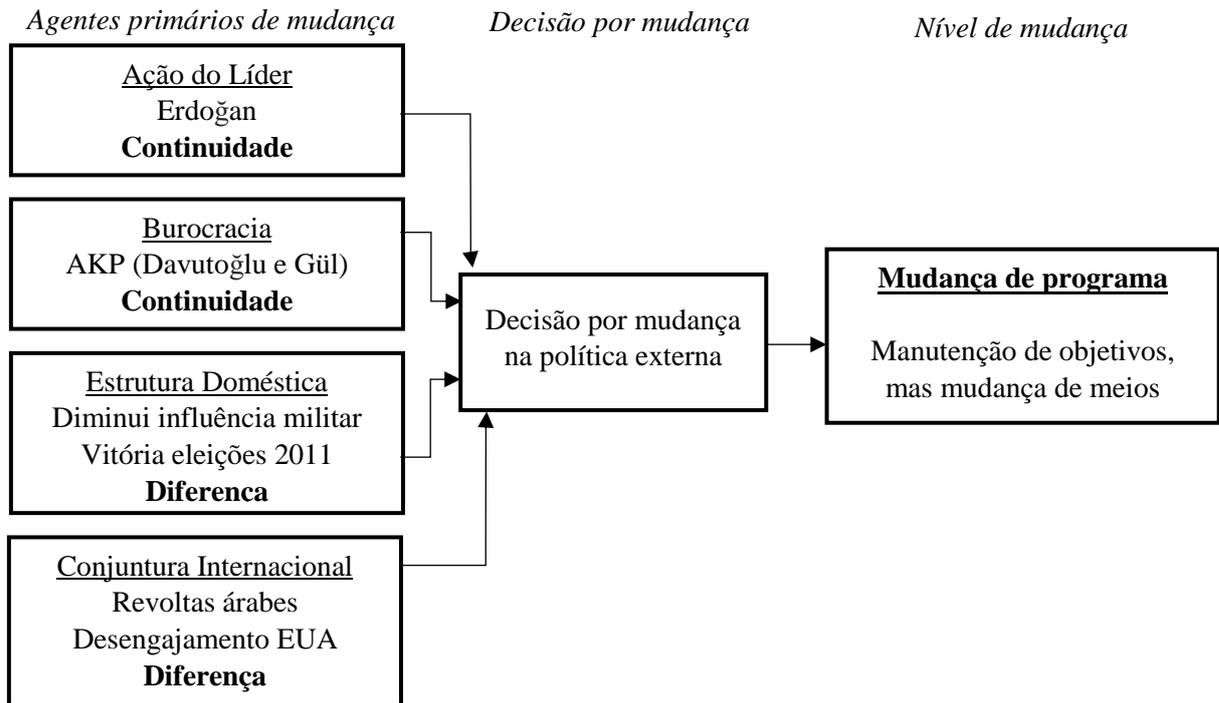
As informações até aqui apresentados são suficientes para, finalmente, aplicarmos o modelo de Hermann (1990) para o caso turco segundo suas quatro variáveis. Portanto, apontamos 1) continuidade em relação à “ação do líder” dado a manutenção da centralidade de Erdoğan; 2) continuidade – e até mesmo intensificação – em relação à “ação dos burocratas”, dado a manutenção do AKP em postos-chaves como a Presidência e o Ministério das Relações Exteriores, dando continuidade ao processo de formulação de política externa que

implementaram ao longo dos anos 2000; 3) mudança na variável “estrutura política doméstica”, visto que, de um lado, há a perda do poder político dos militares e das elites Kemalistas como um todo, fruto das reformas implementadas ao longo dos anos 2000, e, de outro lado, a construção de um sistema de partido dominante com o AKP ao centro dada sua terceira vitória eleitoral nas eleições de 2011; e 4) grandes mudanças na variável “conjuntura internacional”, em primeiro lugar pelo choque externo causado pelas revoltas árabes, que são, de fato, o gatilho para a nova política externa turca a partir de 2011, e, em segundo lugar, pela opção da administração Obama em dar total apoio às ações turcas no novo cenário regional dada a preferência dos EUA em seguir com sua tentativa de desengajamento seletivo.

Como resultado desses fatores, o governo AKP coordenou uma inflexão em sua política para o Oriente Médio. A ideia do “modelo turco” de partido islâmico e democrático em um ambiente estatal secular tornara-se um poderoso instrumento de poder brando para a Turquia diante da ebulição política e social trazida pelas revoltas árabes. Munida dessa nova confiança de que poderia ser uma fonte de inspiração e objeto de emulação, e incentivada pelos EUA, a política externa desenvolvida pelo governo em Ancara a partir de 2011 consistiu em agir de maneira mais direta e assertiva, buscando apoiar ou capitanear os movimentos regionais que poderiam implementar variações do sistema turco (GERGES, 2012; ROBINS, 2013).

Portanto, acreditamos e argumentamos que a mudança na política externa turca teria se dado no nível de “mudança de programa”: o objetivo continua a ser criar influência na região do Oriente Médio e tornar-se um Estado Central (DAVUTOĞLU, 2008), mas os meios são alterados, gradualmente abandonando a doutrina de Zero Problemas com Vizinhos e empregando uma via de ação mais assertiva, com envolvimento em conflitos ao lado de grupos que emulariam o exemplo do modelo político turco na região (Figura 4).

Figura 4 – Agentes de mudança para inflexão na política externa turca em 2011



Nas palavras do então Ministro das Relações Exteriores, Ahmet Davutoğlu, a Turquia “[iria] liderar os ventos de mudança no Oriente Médio, não apenas como uma amiga, mas como um país que é visto como articulador das ideias de mudança e de uma nova ordem” (BARKEY, 2016, online). Davutoğlu também afirmou que

Um novo Oriente Médio está nascendo. Nós continuaremos a ser os donos, pioneiros e servos desse novo Oriente Médio. Em vez de tiranias, repressões e ditaduras, a vontade do povo e a voz dos justos governarão esse novo Oriente Médio. A Turquia será a mais forte apoiadora dessa voz em todos os lugares. (ERŞEN, 2014, online).

Dessa forma, o país, que até então vinha aproximando-se do Oriente Médio de maneira cautelosa e pragmática, passava agora a dar destaque às questões envolvendo o debate sobre o seu modelo político, além de empregar uma postura de muito maior assertividade frente aos novos fatos regionais, sobretudo na Síria.

4.2 As respostas da Turquia às revoltas árabes: o debate do modelo turco e a atuação do país na Síria

A nova política externa da Turquia a partir de 2011 pautou-se na instrumentalização da atratividade do modelo turco para que o país pudesse tentar capitanear a onda de movimentos populares regionais e consolidar-se como uma espécie de liderança regional. Os trabalhos de

Kaddorah (2010) e Altunişik (2008) já foram utilizados para a discussão do que é o modelo turco no capítulo anterior – a convivência de um partido de raízes islâmicas em um aparato burocrático secular e democrático, governando de maneira bem-sucedida de modo a entregar crescimento econômico e maiores liberdades civis, o que resulta em sucessivas vitórias eleitorais.

No contexto das revoltas árabes, a atratividade do modelo turco para os grupos que demandam democracia e dignidade advém justamente do que Kirişci (2011) chama do “efeito demonstrativo” da Turquia. Para esse autor, esse efeito demonstrativo é um meio de demonstrar para outras audiências de que a democracia pode ocorrer em países muçulmanos – apontando também o caminho a trilhar. A experiência turca, portanto, dá a base de um exemplo que poderia ser adaptado (KIRIŞCI, 2011).

De fato, uma pesquisa conduzida pela Fundação Turca de Estudos Sociais e Econômicos em sete países árabes captura o sentimento popular para com esse efeito demonstrativo: 61% dos entrevistados responderam que consideram a Turquia um modelo para o mundo árabe e 63% concordaram com a declaração de que a “Turquia é um exemplo bem-sucedido de coexistência entre democracia e Islã” (KIRIŞCI, 2011, p. 36). Como também coloca Ayoob (2012, online),

Para a Turquia, a Primavera Árabe significou a reafirmação de seu próprio sucesso em termos de consolidação democrática, sobretudo no que diz respeito à diminuição do poder dos militares na esfera política. Diversos movimentos árabes por democracia declararam abertamente que a Turquia provia o modelo que eles gostariam de emular, levantando sua estatura ainda mais alto aos olhos do público árabe.

Além disso, Kirişci (2011) também aponta para o fato de que o processo de democratização turco é representado como um “trabalho em progresso” e que isso permite um diálogo maior com grupos no mundo árabe. O fato da Turquia ainda estar lutando para consolidar e aprofundar sua democracia permite que um diálogo seja estabelecido em que ambos os lados podem discutir os problemas de modo mais horizontal, o que, para esse autor, não ocorre quando o mundo árabe dialoga com o Ocidente, o qual apresenta uma visão já consolidada do que é democracia e os muçulmanos como os invariáveis “outros”, receptores do conhecimento (KIRIŞCI, 2011).

Tendo retomado a atratividade do modelo turco nesse contexto de revoltas árabes, cabe agora explorar a questão de sua aplicabilidade pelo lado daqueles que são os receptores, de um

lado, e incentivadores, do outro, do modelo político turco. Esses seriam, respectivamente, os movimentos islâmicos no Oriente Médio e o governo dos EUA.

Por parte dos grupos no Oriente Médio, a experiência do AKP seria particularmente relevante para dois conjuntos de atores. O primeiro, composto dos chamados grupos islâmicos moderados, seriam aqueles cada vez mais dispostos a jogar pelas regras do jogo democrático, que querem se engajar na política eleitoral e denunciam a violência como método. O segundo grupo seria composto pelos liberais seculares reformistas, os quais não necessariamente compartilham da ideologia do AKP ou de outros grupos islâmicos, mas que aceitam que, por esses serem o grosso da oposição aos atuais governos no mundo árabe, percebem que o Islã político é uma alternativa crível e um possível aliado para a implementação de reformas que levem seus países a sistemas mais democráticos (ALTUNIŞIK, 2008).

O trabalho de Hamid (2011), escrito quando da eclosão das revoltas árabes em 2011, traça a evolução dos movimentos islâmicos no Oriente Médio e demonstra como esses estavam propensos a seguir o jogo democrático nessa conjuntura. Esse autor aponta que, de fato, quando os principais grupos islâmicos surgiram, em geral evoluindo de braços da Irmandade Muçulmana, sua preocupação era apenas institucionalizar a *sharia*. Entretanto, a partir dos anos 1990, começaram a, cada vez mais, focar em reformas democráticas, comprometendo-se publicamente à alternatividade de poder, soberania popular e independência judicial. Hamid (2011) aponta, porém, que isso não quer dizer que os islâmicos sejam liberais, visto que em termos sociais permanecem conservadores dado o peso da religião em sua visão de mundo.

O mesmo autor afirma, contudo, que os principais grupos islâmicos demonstram flexibilidade em seus principais bastiões ideológicos. A própria Irmandade Muçulmana no Egito já havia tirado de sua plataforma política o conteúdo explicitamente islâmico. Por exemplo, em vez de clamar pela instituição de um “Estado islâmico” como outrora fazia, a Irmandade passou a defender um “Estado democrático, civil e de referências islâmicas”, sugerindo um comprometimento com a separação entre a mesquita e o Estado, ainda que não da religião em relação à política (HAMID, 2011).

A ligação entre essa “moderação” pela qual passou os movimentos islâmicos *mainstream* e o exemplo do AKP é clara. Como o próprio Hamid (2011) traz em seu trabalho, depois da deposição de Mubarak no Egito em 2011 e do estabelecimento de uma Assembleia Constituinte no país, o único membro da Irmandade Muçulmana nela presente, Sobhi Saleh, afirmou ao *The Wall Street Journal* que sua organização era “muito próxima do exemplo turco”, apontando que a Irmandade evoluíra em uma direção pragmática e moderada.

Entretanto, Kaddorah (2010) afirma que existem limites para a possibilidade de repetição do modelo turco no Oriente Médio devido aos diferentes contextos da Turquia e dos países da região. Em primeiro lugar, por décadas o Estado e sociedade turcos se acostumaram com o processo democrático e um sistema político multipartidário. A maioria dos países árabes não apenas nunca teve experiência com essas práticas de maneira livre, como é pouco provável que os atuais déspotas fossem permitir a chegada de partidos políticos populares nas burocracias e instituições estatais.

Em segundo lugar, o fator europeu teria sido uma força exógena positiva sobre o processo de reformas na Turquia, acelerando o aprofundamento das mudanças democráticas. Por outro lado, no mundo árabe, o “fator Ocidente” não tem o mesmo efeito positivo. Em diversas ocasiões, a influência ocidental foi no sentido de não permitir que um grupo islâmico, de matiz antiocidental, chegasse ao poder via uma eleição livre. Portanto, e diante das décadas de interferência e exploração estrangeira, os partidos islâmicos no Oriente Médio têm uma atitude mais crítica em relação ao Ocidente que na Turquia.

Finalmente, outro fator restritivo seria que, enquanto na Turquia o AKP trabalha dentro de um sistema burocrático secular, que constitucionalmente exclui qualquer papel da religião na vida política, os países do Oriente Médio têm no Islã fonte de parte de suas legislações. Os regimes desses países utilizam da religião e de seus símbolos muitas vezes para legitimar políticas e ganhar apoio popular – algo diferente do costume tradicional da vida política turca.

Portanto, como sintetiza Kaddorah (2010, p. 121),

[S]ob essas circunstâncias e fundamentais diferenças, a maioria dos partidos islâmicos no Oriente Médio não podem inteiramente seguir o modelo turco. Contudo, ainda que não possam seguir a ideologia formal ou o programa do AKP, permanecem interessados na experiência que demonstra que um partido islâmico pode ter sucesso governando. Também na evidência de que partidos islâmicos podem ser confiáveis e serem fonte de estabilidade para um país quando da sua chegada ao poder.

Já por parte do governo dos EUA, há interesse em promover o modelo político turco porque a Turquia, um país muçulmano, tem relações significativas com o Ocidente e faz parte de suas instituições, inclusive a OTAN, o que manda uma mensagem forte para países e partidos islâmicos de que o Ocidente pode ser uma força benéfica e cooperativa (GERGES, 2012; KADDORAH, 2010).

De fato, pode-se afirmar que com a chegada de Obama à Casa Branca, há um momento de ápice na aliança turco-estadunidense (GERGES, 2012). Para além dos exemplos já citados,

outra evidência concreta disso é que, até 2011, Obama gastou mais tempo com consultas à Erdogan do que qualquer outro líder mundial, refletindo o significado da Turquia para a nova administração (GERGES, 2012).

Porém, da mesma forma que por parte dos movimentos islâmicos no Oriente Médio há limitações para aplicação do modelo turco, os governos ocidentais também possuem certas restrições e receios para com o exemplo AKP. Em primeiro lugar, existe uma discussão, pelo menos desde a chegada do partido ao governo em Ancara, de que o AKP possa ter uma “agenda secreta” de islamização da Turquia, onde a democracia seria apenas um meio e não um fim, o qual na verdade seria a transformação cultural e societária do país (EDELMAN et al, 2015).

Em segundo lugar, não existe um consenso de que partidos islâmicos chegando ao poder no Oriente Médio significariam uma disposição desses em colaborar com os EUA e com o Ocidente. Nesse sentido, haveria o temor de que o crescimento do AKP poderia vir a fortalecer uma oposição islâmica na vizinhança que possui sentimentos e agendas antiocidentais (KADDORAH, 2010). Exemplo disso está na própria administração Obama durante seu primeiro mandato, conforme já citado, pelo fato de que Hillary Clinton demonstrava reservas em apoiar esse tipo de grupo político (CLINTON, 2015).

O livro de memórias da ex-Secretária de Estado traz evidências nesse sentido. Ainda em janeiro de 2011, no início dos protestos no Egito, em reunião do Gabinete de Crises da Casa Branca, Clinton afirmou que, como Secretária de Estado, pressionou Obama, junto do Secretário de Defesa Bob Gates, a ter cautela para com Mubarak, visto que seria importante os EUA não serem vistos como “ajudando a empurrar porta afora um parceiro de longa data” (CLINTON, 2015, p. 421). Também afirma que disse ao presidente, “tudo pode dar certo em 25 anos, mas acho que o caminho daqui até lá será bastante acidentado para o povo egípcio, para a região e para nós” (CLINTON, 2015, p. 423). Já em 30 de janeiro de 2011, Clinton afirmou no programa jornalístico *Meet the Press* que os EUA esperavam ver uma “transição pacífica e ordenada para um regime democrático”. “Meu uso da palavra ordenada em vez de imediata foi intencional” (CLINTON, 2015, p. 423).

No contexto da Conferência de Segurança de Munique, na Alemanha, em fevereiro de 2011, chegou a afirmar em seu livro:

Com todo o nosso falatório sobre apoiar a democracia, o que isso de fato significava? Segurando mais do que apenas uma única eleição. Se as mulheres egípcias vissem seus direitos e oportunidades sofrerem um retrocesso sob um governo recém-eleito, isso era democracia? [...] [O] povo na Praça Tahrir parecia não ter nenhum outro plano. Aqueles de nós que eram a favor

da posição aparentemente indigesta de uma “transição ordenada” estavam preocupados com o fato de que as únicas forças organizadas após Mubarak serem a Irmandade Muçulmana e os militares. (CLINTON, 2015, p. 427-428).

As falas de Hillary Clinton apontam no sentido de que, apesar da retórica pró-democracia, todos estavam preocupados com os resultados das eleições, sobretudo com a possibilidade da chegada de um partido islâmico ao poder no Egito. De fato, quando visitou o Cairo, em março de 2011, declarava estar preocupada com a possibilidade de a Irmandade Muçulmana chegar ao poder. Na ocasião, afirmou efetivamente: “saí preocupada com a possibilidade de eles entregarem o país à Irmandade Muçulmana” (CLINTON, 2015, p. 429).

De todo modo, cabe ressaltar que essa discussão acerca da aplicabilidade e atratividade do modelo turco busca apenas apontar as tensões e complexidades em torno da possível replicação do modelo turco. Não tendo sido exaustiva, a discussão objetivou apenas identificar questões e debates que permearam as ações turcas desde 2011. Diante disso, resta agora analisar e explicitar as ações concretas da Turquia em termos de sua política externa frente às revoltas árabes no Oriente Médio.

O contexto das revoltas árabes apresentava um cenário de grandes incertezas e volatilidade, mesmo que o governo turco visse nele uma janela de oportunidade. Desse modo, deve-se destacar que os formuladores da política externa turca tinham de reagir a uma cadeia de eventos em constante desenvolvimento, sobre os quais Ancara, no fundo, pouco controle detinha sobre. Nesse sentido, apostando que os regimes autoritários no Oriente Médio eventualmente seriam derrubados, as elites políticas turcas abraçaram inicialmente as revoltas. Porém, na prática, “grandes *trade-offs* surgiam entre a necessidade de alcançar estabilidade no curto prazo, dados os diversos laços econômicos que a Turquia desenvolvera com aqueles países, *versus* a necessidade de defender a causa democrática e as mudanças de regime” (ÖNIŞ, 2012, p. 50).

De início, o governo turco saudou a chegada das revoltas árabes e a oportunidade de reforma e liberalização política. Tanto Erdoğan quanto Davutoğlu enquadravam seu apoio às revoltas através de uma linguagem de cunho liberal, com o ex-Ministro de Relações Exteriores turco afirmando que a legitimidade das revoltas estava no contexto da luta dos manifestantes por representação política, dignidade e direitos humanos. Nesse sentido, por exemplo, tais esforços turcos de enquadrar a revoltas em termos democráticos serviam como um contrapeso ao Irã, cujo governo proclamava o início de um “despertar islâmico” no Oriente Médio, aos moldes da revolução de 1979 (DALAY; FRIEDMAN, 2013).

Quando as revoltas contra Hosni Mubarak eclodiram no Egito, entre 25 de janeiro e 11 de fevereiro de 2011, o governo turco apoiou-as desde o início, com enfáticos discursos de Erdoğan no parlamento clamando para que Mubarak deixasse o poder (GERGES, 2012). Entretanto, em relação à Líbia, por exemplo, o governo AKP foi mais cauteloso, sobretudo diante da presença expressiva de turcos nesse país e dos interesses econômicos investidos. Portanto, parecia mais relutante em dar apoio à mudança de regime e à intervenção da OTAN (ÖNIŞ, 2012).

Porém, diante da pressão dos aliados Ocidentais, sobretudo dos europeus, e temendo perder o apoio da onda dos reformistas árabes caso não se pronunciasse, o governo turco optou por tornar-se um participante relutante da coalizão para a derrubada do governo líbio (ÖNIŞ, 2012). Ao mesmo tempo, em relação à Síria, a abordagem preferida pelo governo turco foi a de pressionar o governo de Assad, com o qual havia desenvolvido bons laços durante os anos 2000, para que esse fizesse concessões aos manifestantes – sem ainda colocar-se de maneira contrária ao regime sírio vigente (ÖNIŞ, 2012; PHILIPS, 2012). Esse relativo momento de cautela ocorre paralelamente à eleição interna turca de junho de 2011, quando uma especial atenção ao cenário doméstico teve de ser dado por parte do governo AKP para que saísse vitorioso do pleito (ÖNIŞ, 2012).

De fato, o governo turco emergiu da eleição de 2011 com grande confiança, refletindo-a em um renovado ativismo em sua política externa – sobretudo em relação ao Egito e à Síria. Em seu discurso da vitória, Erdoğan afirmou:

Eu saúdo com afeição o povo de Bagdá, Damasco, Beirute, Amã, Cairo, Túnis, Sarajevo, Skopje, Baku, Nicosia e todos os outros amigos e povos irmãos que estão acompanhando as notícias vindas da Turquia com grande entusiasmo. Hoje o Oriente Médio, o Cáucaso e os Bálcãs ganharam tanto quanto a Turquia. Nós nos tornaremos muito mais ativos nos assuntos globais e regionais. Nós tomaremos um papel muito mais efetivo. Nós defenderemos, como já fizemos, os direitos em nossa região, por justiça, estado de direito, liberdade e democracia. (BISHKU, 2012, online).

Em setembro de 2011, meses após a deposição de Mubarak, Erdoğan realizou uma viagem pelas “capitais libertadas” da Tunísia, Egito e Líbia. No Cairo, onde foi celebrado por manifestantes em seu apoio, o Primeiro-Ministro turco concedeu entrevistas onde enfatizou que o Egito deveria abolir sua antiga constituição baseada na *sharia* e que a principal lição que a Turquia poderia oferecer aos árabes era a importância do secularismo (GERGES, 2012). Davutoğlu, em entrevista ao jornal *Cairo Review*, também instou que os egípcios construíssem

uma Constituição inclusiva, de caráter liberal e com proteção às minorias (DALAY; FRIEDMAN, 2013).

Os laços entre Turquia e Egito aprofundaram-se ainda mais depois da eleição de Mohammed Morsi, da Irmandade Muçulmana, para a presidência egípcia em junho de 2012. Em outubro, Morsi foi convidado a participar da convenção anual do AKP em Ancara, onde declarou que os avanços do partido eram “admirados com respeito pelo mundo inteiro” (HURRIYET, 2012, online). Em novembro, Erdoğan voltou ao Cairo, onde defendeu a política externa de Morsi de diversificar parcerias e sugeriu que uma aliança turco-egípcia garantiria paz e estabilidade no Mediterrâneo – insinuando que constrangeria a habilidade de Israel usar a força (CAGAPTAY; SIEVERS, 2015).

Já em relação à Síria, o período posterior a eleição de 2011 representa um gradativo abandono do governo turco pela preferência em pressionar Assad, até o ponto de romper com o regime sírio em setembro daquele ano. De fato, já que a relação com a Síria fora redimensionada de uma maneira positiva pelo governo AKP, o fato de o governo turco ter eventualmente abandonado a cautela e se tornado um dos principais opositores ao governo de Assad é extremamente representativo do processo de abandono da Doutrina de Zero Problemas com Vizinhos e da adoção de uma política externa assertiva, em prol de grupos na região que pudessem seguir o modelo turco.

Ainda que tenha, inicialmente, buscado convencer o governo Assad a trazer reformas internas, a Turquia desde já sinalizava seu apoio em relação à oposição, justamente com a ideia de manter seu apelo como exemplo aos movimentos. Ainda em abril de 2011, uma primeira reunião da oposição ocorreu em Istambul, organizado por uma ONG turca pelo nome “Encontro de Istambul pela Síria”. O manifesto final do encontro já clamava que Assad parasse com a violência e implementasse reformas em direção ao multipartidarismo e uma nova Constituição (ULUTAŞ, 2011). Um segundo encontro ocorreu em Antalya, cidade turca, no início de junho de 2011, chamado de “Conferência Síria pela Mudança”. Já nesse momento diferentes forças da oposição foram até a cidade para tentar unificar os diversos grupos em um corpo mais monólito – havia a presença da Irmandade Muçulmana, de cristãos, de curdos, liberais, a juventude secular, etc. Na ocasião, o tom já mudou, demandando a saída de Assad do poder²⁹ (ULUTAŞ, 2011).

²⁹ Cabe ressaltar, porém, que a maioria desses presentes eram da diáspora síria – ou seja, estavam exilados do país. Essa característica da oposição, sobretudo aquela que fora apresentada para a comunidade internacional como legítima, seguiu sendo um problema constante para os movimentos de oposição a Assad (ULUTAŞ, 2011). Nas palavras de Ulutaş (2011, p. 93), “um grande problema da oposição síria é a falta de coordenação entre a oposição dentro da Síria e aqueles no exílio. O contato da oposição exilada com os elementos de oposição que

Em julho de 2011, defecções das Forças Armadas da Síria formaram o Exército Sírio Livre (ESL), comandado por Riad al-Assad, antigo coronel do Exército. Desde então, o governo turco permitiu a operação do ESL na província de Hatay, na mesma medida em que os primeiros refugiados sírios chegavam ao território turco (PHILLIPS, 2012). Lynch (2016) afirma que assim que os refugiados começaram a entrar no território turco, a Turquia manteve uma política de fronteiras relativamente abertas, o que permitiu que a oposição transportasse bens e pessoas para as áreas que controlavam. Porém, mesmo com a formação do ESL, Landis (2012) destaca que as células de oposição no território sírio, armadas ou não, continuavam agindo de maneira independente e pouco coordenada – outro problema constante da oposição. “Os grupos de resistência na Síria se organizam localmente, dependem de voluntários civis e das defecções das Forças Armadas, e não obedecem às ordens de Riad al-Assad, ainda que clamem ser partes do ESL (LANDIS, 2012, online).

Já em agosto de 2011, enquanto Davutoğlu fez sua última viagem para encontrar Assad, grupos políticos da oposição síria já se articulavam na Turquia. No dia 23 daquele mês, formou-se o Conselho Nacional Sírio (CNS), em Istambul, oficializado no dia 15 de setembro como o órgão político unificado político da oposição³⁰. Alguns dias depois, em 21 de setembro, a Turquia oficialmente rompeu relações com o governo de Assad (PHILLIPS, 2012). Nesse contexto de piora das relações com o governo sírio, Davutoğlu constantemente afirmava que “a Turquia tencionara suas relações com Damasco para preservar suas relações com a Síria no longo prazo”, com o intuito de passar a imagem de que o país teria um importante papel para jogar em uma Síria pós-Assad (DALAY; FRIEDMAN, 2013, p. 135).

estão batalhando no território sírio é muito limitado”. Para além disso, outra questão que a oposição síria enfrentava como dificuldade era a ausência de partidos políticos fortes dado a proeminência do Ba’ath. Apesar de redes clandestinas curdas e da Irmandade Muçulmana, a maior parte da oposição consistia de ativistas, escritores e intelectuais, os quais tiveram grandes dificuldades em criar um corpo político bem organizado e com uma agenda clara (ULUTAŞ, 2011). Em relação à Irmandade Muçulmana, cabe destacar que, desde os anos 1980, o movimento era proibido na Síria e, portanto, sua liderança encontrava-se exilada.

³⁰ Novamente é digno de nota o fato de que a tendência da oposição síria em fragmentar-se continuou mesmo depois do surgimento oficial do CNS. Apesar do órgão clamar para si o título de representante da oposição unificada, as divisões e disputas internas nunca deixaram de agravar-se, impedindo a coesão do Conselho. Servindo mais como uma fachada para a recepção unificada de ajuda estrangeira, internamente diversas questões corroíam a criação de posições firmes e contundentes. Por exemplo, a questão do apoio estrangeiro via intervenção militar – como ocorrera na Líbia – era extremamente polêmica. Diversos grupos não apoiavam que isso pudesse ocorrer, enquanto os principais líderes do Conselho pregavam a necessidade desse tipo de intervenção (LANDIS, 2012). Lynch (2016, online) descreve o CNS da seguinte forma: “irremediavelmente fragmentado internamente, penetrado pelas disputas das potências regionais, excessivamente focado em atrair uma intervenção militar ocidental, e desconectado das realidades no terreno sírio”. Esse mesmo autor continua: “O único poder real do CNS era sua habilidade para atrair e distribuir recursos advindos da comunidade internacional, deixando-o extremamente dependente. Essa dependência o transformou inteiramente em uma criatura de intervenções competitivas e guerras *proxy*. O que parecia indecisão era, geralmente, o resultado da intensa pressão turca, saudita e catari sobre os membros do CNS”.

Nesse sentido, o governo turco percebeu que só a retórica não seria suficiente para convencer Assad e que, para atingir seus objetivos de política externa na região, seus meios precisavam ser alterados. O país precisaria apoiar diretamente a oposição ao governo, entrando definitivamente junto a um dos lados do conflito. A maneira inicial escolhida para dar suporte à oposição foi um avanço em termos de assertividade diplomática, enquanto era mantida a operação do ESL e do CNS em solo turco (PHILLIPS, 2012). De fato, a Turquia passou a apoiar o plano da Liga Árabe, entre novembro de 2011 e janeiro de 2012³¹, e, posteriormente, o Plano Annan, ao longo de 2012, os quais falharam em prevenir a escalada e militarização do conflito. Paralelamente a isso, o governo turco impôs sanções econômicas ao regime, juntando-se aos esforços dos EUA e do bloco europeu (PHILLIPS, 2012).

A falha das iniciativas diplomáticas e a inabilidade da oposição de articular-se de maneira efetiva acabou levando o AKP a inaugurar uma fase ainda mais assertiva de sua política em relação à Síria ao longo de 2012: o governo turco passou a trabalhar com seus aliados ocidentais e com outros países da região, como Arábia Saudita e Catar³², para estabelecer uma rede de apoio e suporte material direto aos rebeldes sírios³³. Recursos militares e financeiros eram enviados até o território turco, dentro do qual haveria uma distribuição encoberta para os grupos de oposição dentro da Síria através das fronteiras da Turquia – pelas quais também foi facilitada a entrada de pessoas que fossem lutar no conflito sírio (BANDEIRA, 2013; COCKBURN, 2015).

Há, assim, uma escalada dentro do governo turco da posição favorável a derrubar o regime Assad através de meios militares – desde que pelas mãos da oposição síria (PHILLIPS, 2012). De acordo com Phillips (2012), a Turquia, junto do Catar e da Arábia Saudita, com o

³¹ Em novembro de 2011, o Ministro das Relações Exteriores do Catar, Hamed bin Jassem, anunciou a suspensão da Síria da Liga Árabe e, em janeiro de 2012, procurou transformar o apoio da Liga Árabe por uma intervenção em um mandato do Conselho de Segurança da ONU. Jassem apresentou o caso da Liga Árabe em uma sessão do Conselho, mas o veto conjunto de Rússia e Síria impediram qualquer decisão. Lynch (2016) afirma que essa falha nas Nações Unidas levou muitos sírios e seus apoiadores regionais a abandonar a esperança em opções diplomáticas, optando, em vez disso, pela militarização do levante e uso da força.

³² A lógica por trás do objetivo das petromonarquias do Golfo de derrubar Assad está ligada à disputa dessas com o Irã, sobretudo a Arábia Saudita. Antes das revoltas árabes, o governo sírio era o único aliado árabe da República Islâmica do Irã, formando, junto com o Hezbollah, um “eixo de resistência” à Israel e à hegemonia estadunidense na região de modo geral. Como coloca Lynch (2016, online), “um grande desafio a Assad iria seriamente inclinar a balança de poder regional contra o Irã, mais do que qualquer outro fato concebível”.

³³ É digno de nota a colocação feita por Lynch (2016, online) acerca do apoio estrangeiro à oposição contra Assad: “Isso [o apoio estrangeiro à oposição] não significa que a revolta síria foi a criação oportunista de potências estrangeiras, como afirma Assad e seus apoiadores. Potências estrangeiras se aproveitaram da revolta, apoiaram-na e amplificaram seus esforços, e a empurram em direção da militarização. Mas elas não criaram um movimento de protestos reais motivado precisamente pelas mesmas motivações e aspirações encontradas em outros lugares da região em 2011”.

apoio da CIA, estabeleceu uma base de operações conjuntas em Incirlik, Adana, para tentar coordenar os rebeldes.

Além disso, na esfera global, após China e Rússia vetarem, em 4 de fevereiro de 2012, uma resolução no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) contra Assad, Hillary Clinton clamou pela criação de uma coalizão de “amigos da Síria” para coordenar suas ações multilateralmente fora do âmbito da ONU. No dia 24 de fevereiro, o Grupos Amigos da Síria é estabelecido pela primeira vez em Túnis, na Tunísia, enquanto a segunda reunião do grupo ocorreu em Istambul, no início de abril de 2012, quando decidem reconhecer o CNS como representante legítimo do governo sírio (PHILLIPS, 2012). O grupo passou a colaborar com a já mencionada rede de apoio material à oposição síria.

“A partir de Istambul, [o Grupo de Amigos da Síria] comandava a distribuição de suprimentos vitais – fuzis Kalashnikov, metralhadoras BKC, foguetes propulsores de granadas e munição – oriundos dos arsenais de Kadaffi, na Líbia, do Qatar e da Arábia Saudita e transportados pelo serviço de inteligência da Turquia para os rebeldes e mercenários nas fronteiras da Síria”. (BANDEIRA, 2013, p. 390).

Bandeira (2013) complementa:

“Diversas cidades, entre as quais Antakya, ao longo da fronteira da Turquia com a Síria, converteram-se em *bazaar* de material bélico, onde os rebeldes compravam armamentos de *shadowry intermediaries*, negociantes de armas do Qatar, da Arábia Saudita e do Líbano, em uma atmosfera caótica, difícil de identificar identidade ou partido que pertenciam”. (BANDEIRA, 2013, p. 407).

Porém, essa entrada de recursos advindos do exterior acabou gerando uma situação em que estruturas de autoridades diversas passavam a se formar e a crescer dentro da síria – geralmente de maneira independente do ELS. Grupos capazes de adquirir recursos advindos do exterior não necessariamente se coordenavam e garantiam uma oposição unificada ao governo de Assad (HADDAD, 2012). Lynch (2016) afirma que os fluxos em larga escala, nem sempre coordenados, que chegavam já no início de 2012, garantiram que a fragmentação da oposição continuaria. Para ele,

O processo não coordenado de armar os grupos rebeldes significava que cada grupo tinha um incentivo de proteger seu acesso às suas fontes de poder e de se alinhar no grau necessário a ideologia e objetivos de seu patrão regional. A transferência de armas previsivelmente acelerou a destrutividade e a intensidade da guerra, com cada fase do conflito subindo um degrau na escalada de violência. A Síria se tornou um impasse, mas um impasse

dinâmico que se tornava cada vez mais mortal e destrutivo em vez de uma acomodação relativamente estável em frentes de batalha. (LYNCH, 2016, online).

Haddad (2012) adiciona que as fontes de apoio estrangeiro incluíam empresários e/ou grupos de interesse locais, regionais e internacionais que proviam dinheiro e suporte material, mas que “muitas vezes o dinheiro [era] fornecido por fontes que não sab[iam] exatamente para qual parte da oposição, ou onde no país, seu apoio est[ava] direcionado” (HADDAD, 2012, online). Essa proliferação de grupos, cada vez mais armados, também teve como resultado uma retórica por parte de Assad que passava a retratar a oposição como uma insurreição armada financiada por estrangeiros com o objetivo de desestabilizar a Síria segundo o interesse de potências externas (HADDAD, 2012).

É importante ressaltar que, apesar da montagem desse apoio internacional à oposição, o governo turco, de modo geral, posicionou-se de maneira contrária e bastante crítica a uma intervenção ocidental na Síria aos moldes da Líbia e da ocupação anglo-americana no Iraque. Ao mesmo tempo, o governo turco constantemente afirmava que não poderia se manter em silêncio diante da violência perpetrada pelo governo Assad (CEBECI; ÜSTÜN, 2012). Em março de 2012, Erdoğan chegou a afirmar que uma “zona tampão” estava entre uma das opções sendo examinadas, a qual somente seria implementada caso obtivesse apoio da ONU e da OTAN, e que aplicar-se-ia a somente uma parte do território sírio. De todo modo, tal proposta não recebeu respaldo nesse momento do conflito sírio (CEBECI; ÜSTÜN, 2012).

Em outubro daquele ano, em uma sessão secreta, o parlamento turco aprovou um pedido de Erdoğan que autorizava, por um ano, o uso das Forças Armadas turcas em países estrangeiros – o que o governo turco afirmou servir apenas como uma dissuasão ao governo sírio, e não uma declaração de guerra ou uma provocação (PHILLIPS, 2012). No mesmo mês, Erdoğan também afirmou que a Liga Árabe e a ONU que seriam as instituições responsáveis por decidir sobre uma zona tampão na Síria e que a Turquia não agiria unilateralmente (PHILLIPS, 2012).

Naquele momento, como colocam Cebeci e Üstün (2012), faria pouco sentido para a Turquia tomar uma iniciativa militar unilateral na Síria, justamente porque o governo turco ainda não percebia nenhuma séria ameaça direta advinda do conflito. Conforme veremos no capítulo seguinte, isso mudará com a obtenção de autonomia por parte dos curdos sírios – portanto também mudando a disposição turca de agir unilateralmente na Síria.

De fato, com o desenrolar da crise na Síria, a política turca passou a encontrar problemas que atestariam seus limites – os meios empregados pelos turcos não pareciam ser suficientes para alcançar seus objetivos propostos. Em primeiro lugar, diferentemente do esperado, o

governo de Bashar al-Assad não se encontrava perto do colapso (LYNCH, 2016). Como coloca Lynch (2016, online),

No final de 2012, a revolta síria fora consumida pelos estágios iniciais da lógica de uma guerra *proxy*. Nessas situações, cada escalada em favor de um lado tende a desencadear uma resposta dos apoiadores do outro lado – nunca o suficiente para vencer, sempre o suficiente para manter o conflito acontecendo”.

Além disso, as forças da oposição síria encontravam-se cada vez mais marcadas pela presença de jihadistas, resultado do apoio e incentivo saudita a tais grupos e ao processo de facilitação de entrada destes através das fronteiras turcas (BANDEIRA, 2013; COCKBURN 2015). Ainda que a maior parte do apoio viesse de financiadores e patrocinadores estatais, campanhas públicas em larga escala feitas para angariar fundos para os grupos rebeldes sírios também tiveram um papel importante para a radicalização da insurgência. Em todo o Golfo, várias organizações islâmicas organizaram eventos públicos de caridade; os sírios expatriados no exterior também se organizavam para conseguir apoio. Lynch (2016) afirma que, ainda que inicialmente o foco dessas campanhas tenha sido assistência humanitária, com o tempo alterou-se na direção de apoiar os grupos armados.

A Síria logo se tornou a causa central de um movimento popular islâmico crescentemente sectário e extremista. [...]. Onde os EUA procuravam por evidências de moderação [para fornecer apoio], a maioria dos apoiadores no Golfo privilegiavam os que demonstrassem maior autenticidade islâmica e sucesso militar [...]. Os cataris, turcos e sauditas não eram particularmente exigentes sobre quem armavam, desde que lutassem bem. (LYNCH, 2016, online).

O governo turco, portanto, realizou, sem dúvidas, uma inflexão bastante importante a partir das revoltas árabes em 2011. A política externa para o Oriente Médio deixou de ser pautada pelo pragmatismo e cautela da Doutrina de Zero Problemas com Vizinhos, passando a prevalecer uma assertividade até então inédita, sobretudo através da busca de um papel de liderança regional dado o modelo político turco.

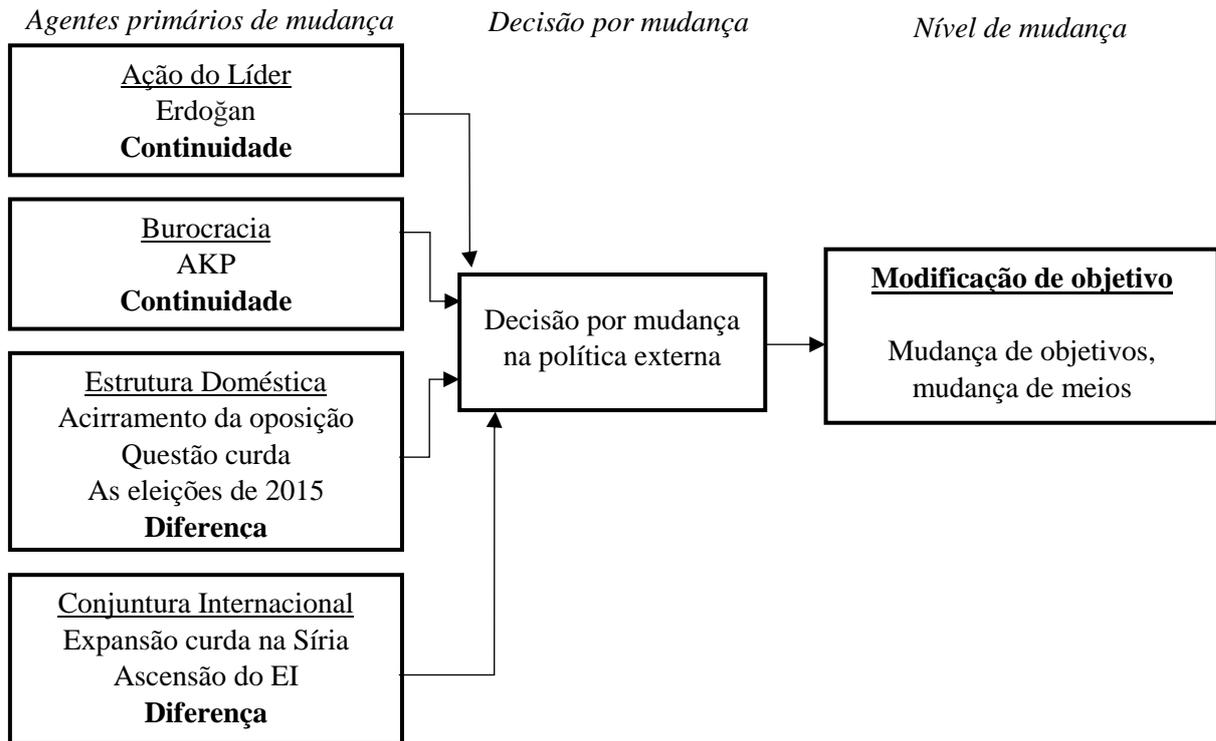
5 A AUTONOMIA CURDA NA SÍRIA E A ASCENSÃO DO ESTADO ISLÂMICO: AS ADAPTAÇÕES NA POLÍTICA EXTERNA TURCA

Ainda que a nova política externa turca a partir de 2011 tenha buscado atingir uma espécie de liderança regional para a Turquia, o governo turco logo se confrontou com uma série de questões que atestaram os limites do país. Se não bastasse a dificuldade em derrubar Assad e a crescente radicalização da oposição síria, o governo turco ainda viria a ter de lidar com a ascensão do Estado Islâmico, a obtenção de autonomia por parte dos curdos na Síria e o acirramento das questões domésticas até então latentes. Como resultado, em uma questão de poucos anos, tornou-se explícita a necessidade de readaptar mais uma vez a política externa turca.

Para analisar tal processo, utilizaremos novamente o modelo de Hermann (1990) a fim de identificar as variáveis que levaram a essa adaptação, que ocorre de maneira clara a partir de 2015. Argumentaremos que, novamente, mudanças na conjuntura internacional foram fundamentais para explicar tal adaptação: a principal delas é a obtenção de autonomia por parte dos curdos na Síria, sendo também importante a ascensão do Estado Islâmico. Tais mudanças teriam criado uma nova fonte de preocupação securitária para o governo AKP, a qual se somou a uma estrutura doméstica distinta, modificada desde 2011 no sentido do avanço da oposição contra o governo e uma maior polarização do país acerca da questão curda – conforme demonstra a Figura 5 abaixo.

Destacaremos que foi a ligação da questão doméstica curda com a questão curda na Síria – a articulação entre interno e externo – o mais importante fator para a mudança que ocorreu a partir de 2015 na política externa da Turquia. O gatilho explícito para essa nova alteração foi a eleição de junho daquele ano, quando houve a primeira derrota doméstica do AKP e a primeira vitória parlamentar de um partido curdo. Desde então, a soma desses diversos fatores resultou em uma atuação internacional turca que mais enfatiza questões de segurança e não mais seu modelo político, e que prioriza na esfera internacional os problemas advindos da guerra na Síria, sobretudo aqueles ligados à questão curda.

Figura 5 – Agentes de mudança para inflexão na política externa turca em 2015



5.1 Tabuleiro doméstico: o acirramento da oposição ao governo AKP

Em termos domésticos, o período entre o ano de 2013 e a mudança pela qual passou a política externa turca em 2015 testemunha o acirramento da oposição ao governo AKP, não apenas por parte da tradicional oposição, geralmente representada pelo CHP e MHP, mas também por parte do movimento Hizmet, antigo aliado do AKP, e, mais tarde, por parte significativa dos curdos desapontados com as promessas de paz do governo. Nesse sentido, esta primeira sessão buscará descrever os principais eventos ocorridos durante o período: a nova tentativa de um processo de paz com os curdos, os protestos de 2013, o início dos confrontos com o movimento Hizmet e, por fim, as eleições de 2014, locais e para Presidente.

Ressalta-se que as mudanças ocorridas ao longo dos primeiros dez anos do AKP permaneceram vigentes – a burocracia continuava comandada pelos civis eleitos e não mais pela antiga elite Kemalista; um resultado positivo para o governo. Já as transformações aqui narradas afetaram de maneira diferente o cenário doméstico turco, agora em um sentido negativo para o AKP: de um lado, o governo, que até então sofria pressão mais por parte dos antigos Kemalistas, passa agora a enfrentar uma sociedade civil mais polarizada e confrontar um antigo aliado islâmico, o movimento Hizmet. Além disso, fica claro que as tentativas do AKP de resolver a questão curda por outro meio que não o uso da força fracassaram.

Porém, a despeito desse cenário doméstico muito mais tencionado, a burocracia continuou nas mãos do AKP, sendo ainda mais dominada pelo papel do líder, Erdoğan, que gradualmente afastou e marginalizou nomes antes poderosos do partido, como Gül e Davutoğlu, resultando em uma centralização do poder ao redor de si. Ou seja, argumentaremos que o ambiente doméstico, em relação ao período de 2011, é agora mais negativo para o governo, mas que ainda assim ocorre uma centralização e fortalecimento institucional da figura de Erdoğan – o que, para a política externa, resulta em um processo de decisão também mais centralizado.

De início, cabe apontar a nova tentativa do governo AKP de desenvolver um processo de paz em relação à questão curda, que se desenvolveu, sobretudo, ao longo de 2011 e 2013. Esse novo experimento do governo veio na esteira da Abertura Democrática, a qual, conforme já explicitado, não teve resultados significativos, mas que fora um ato distinto daqueles praticados por todos os governos anteriores. Conforme aponta Ensaroğlu (2013), a abordagem estatal sempre fora de confrontar a questão curda, principalmente o PKK, de maneira securitária, combatendo o terror “de baixo para cima” dos grupos guerrilheiros via um terror “de cima para baixo”, legitimando tortura, sequestros, desaparecimentos e inúmeros assassinatos como medidas contra terroristas. A Abertura Democrática do AKP já fora, portanto, um primeiro rompimento nesse sentido e um pioneirismo em lidar com a questão curda através de uma abordagem mais social, econômica e política.

A nova tentativa do AKP envolveu, inicialmente, negociações secretas entre a Agência Nacional de Inteligência (MIT, em turco), principalmente na figura de seu diretor, Hakan Fidan, e representantes do PKK, com o apoio de seu líder Abdullah Öcalan – mesmo ainda na prisão –, que ocorreram em Oslo. Foi a primeira vez que o governo turco se engajou em negociações diretas com o PKK e Öcalan na história do país, ainda que de maneira secreta (ENSAROĞLU, 2013; VILLELLAS, 2013). Essa aproximação, contudo, gerou polêmicas em partes da burocracia, sobretudo quando houve o vazamento de atas das negociações para a imprensa e membros da polícia e do Judiciário tentaram emitir um mandado de prisão contra Hakan Fidan e outros diretores da agência de inteligência, em fevereiro de 2012.

Porém, o vazamento das negociações, segundo Ensaroğlu (2013), não gerou grande furor nacional. Pelo contrário, parecia que, pela primeira vez, quebrara-se a percepção de que negociações diretas entre o PKK e o Estado seriam algo extraordinário ou danoso, reconhecendo-se que esse era o melhor método das duas partes em conflito compreenderem as demandas um do outro. Apesar disso, o governo, ainda temendo a reação popular, afastou-se das negociações em Oslo, com o próprio PKK reiniciando ataques contra alvos turcos. Somente no final de 2012, em dezembro, que negociações diretas foram reestabelecidas, agora em solo

turco, com Erdoğan tendo explicitamente avisado que o governo turco estava disposto a dialogar com Öcalan. Essa era a primeira vez que o governo turco publicamente reconhecia Abdullah Öcalan como interlocutor para negociações de paz e como uma figura central para milhões de curdos na Turquia – mais um rompimento em relação ao histórico de governos turcos. Era o início do que o governo chamou de “Processo de Reconciliação” (VILLELLAS, 2013).

Com as novas negociações, agora não mais secretas como foram as de Oslo, o Ministério da Justiça permitiu, pela primeira vez, que dois parlamentares do BDP, o principal partido curdo ainda vigente à época, Ahmet Türk e Ayla Akat, se encontrassem com Öcalan em 3 de janeiro de 2013, na ilha de İmralı, onde o líder do PKK está preso. Até então, a política do governo era de isolamento total para Öcalan. Durante o mesmo período, o governo turco também libertou um grupo de antigos prefeitos curdos que já cumpriam pena há mais de três anos em Diyarbakır por supostos laços com o PKK. Além disso, o parlamento turco aprovou uma lei que permitia que a defesa legal de um réu fosse feita em sua língua natal – uma demanda antiga dos curdos. Esses eventos foram seguidos pela visita a İmralı de um segundo grupo de deputados do BDP, em 23 de fevereiro daquele ano. Tais deputados depois viajaram à Europa, onde encontraram-se com as redes curdas no exílio para passar a mensagem do desejo de Öcalan de iniciar um processo de paz (ENSAROĞLU, 2013; NYKÄNEN, 2013).

O líder do PKK, paralelamente, enviou cartas – permitidas por parte do governo – aos membros do grupo nas Montanhas de Qandil, no Iraque, sobre o mesmo assunto. Além disso, durante as celebrações de Newroz, o ano novo curdo, em 21 de março de 2013, teve uma mensagem histórica sua lida na cidade de Diyarbakır. O discurso de Öcalan afirmava:

Nós chegamos a um ponto onde as armas devem se silenciar e as ideias e a política devem falar. Nós vamos nos unir frente aqueles que tentarem nos dividir. De agora em diante, um novo período se inicia, onde a política, e não as armas, assumirá o primeiro plano. É chegada a hora de os elementos armados retirarem-se para fora do país. (ENSAROĞLU, 2013, p. 15).

Dias depois da mensagem de Öcalan ter sido lida, a liderança do PKK nas Montanhas de Qandil declarou um cessar-fogo. Um novo período parecia iniciar-se para a questão curda na Turquia.

As negociações entre Öcalan e o governo AKP previam um plano baseado em três passos. Em primeiro lugar, um cessar-fogo; em segundo lugar, a retirada dos militantes armados do PKK do solo turco, que deveria ser acompanhado, por parte do governo, de uma série de arranjos e mudanças legais e constitucionais que normalizasse o PKK na vida política turca –

ou seja, que o grupo e o movimento curdo como um todo pudesse ser legitimamente representado no jogo democrático. Segundo Gunter (2014), as demandas curdas envolviam: a soltura de 5 mil ativistas curdos não violentos das prisões; a melhora das condições de vida de Öcalan; a introdução da educação em língua curda para os curdos pelo Estado; a redução da barreira de 10% de votos para que um partido entrasse no parlamento; a expansão de liberdades civis relacionadas a direito de organização e de expressão; o fim da listagem, por parte do governo, do PKK como uma entidade terrorista. Por fim, o terceiro passo envolveria o desarmamento final do PKK e a entrada do grupo no jogo político democrático (NYKÄNEN, 2013).

Ainda que o processo de paz tenha sido iniciado depois de experiências como a Abertura Democrática, cabe questionar porque exatamente no início dos anos 2010 que essa nova tentativa ocorreu. Nesse sentido, Villellas (2013) e Nykänen (2013) afirmam que o contexto regional era um forte incentivo para que o governo turco buscasse uma solução doméstica da sua questão curda, visto que na Síria, diante da guerra civil que se construía, os curdos daquele país, os quais possuem vínculos com o PKK, passavam a ganhar autonomia e mais poder político, o que causava temores no governo AKP acerca de um possível transbordamento – conforme será explorado na sessão seguinte. Nas palavras de Nykänen (2013, p. 88)

A explosão de violência na vizinha Síria em 2011 que resultou em uma sangrenta e prolongada guerra civil entre os apoiadores de Assad e as forças de oposição, trouxe a possibilidade de uma região autônoma curda na Síria. As prioridades dentro do governo turco começaram a mudar de uma mudança de regime em Damasco para prevenir a formação de um Curdistão sírio. Uma região autônoma curda na Síria, junto do Governo Regional do Curdistão no Iraque, significaria que duas regiões oficialmente reconhecidas como curdas flanqueariam o sudeste da Turquia – também curdo –, provendo inspiração, apoio e recursos para que os curdos turcos também realizassem seu sonho de autonomia.

Outro fator relevante para o processo de paz ter sido tentado é a questão eleitoral. Conforme já mencionado no capítulo anterior, as eleições gerais de 2011 viram uma queda na parcela de curdos votando no AKP – com perda de votos em 11 das 16 províncias de maioria curda (YEĞEN, 2011). Portanto, além da questão regional – que não é excludente –, o AKP pode ter tentado negociar com o PKK de forma a procurar reverter essa tendência de perda de votos curdos antes das eleições locais e presidenciais de 2014. Como coloca Tezcür (2013), no mínimo, o AKP procurava reconstituir sua imagem de partido “de paz e reconciliação” perante os olhos curdos. Além disso, com o apoio curdo, depois o AKP poderia ter mais eleitores para

tentar aprovar uma nova constituição ou o sistema presidencialista que há anos o partido já discutia (TEZCÜR, 2013).

De qualquer forma, mais uma vez, a evolução desse processo de paz na prática não resultou no que parecia ter sido prometido. Logo depois de ser lançado, já em 2013, o processo de paz encontrava-se paralisado – vindo a acabar oficialmente em julho de 2015, conforme será analisado adiante. As promessas do AKP em relação aos curdos mais uma vez não foram completas. Mas por que esse processo estancou?

O PKK oficialmente decretou o início da retirada dos guerrilheiros armados da Turquia em 15 de maio de 2013. Mas já em setembro, Erdoğan acusava o PKK de não estar cumprindo suas promessas, afirmando que, depois do cessar-fogo, apenas 20% dos guerrilheiros na Turquia haviam saído do país, com a maioria sendo crianças, idosos ou deficientes físicos (GUNTER, 2014). Da parte do governo, o “pacote democrático”, lançado por Erdoğan em 30 de setembro de 2013, não trouxe nenhuma das reformas significativas demandadas pelo movimento curdo em termos de normalização do PKK. Os direitos concebidos envolviam: o estabelecimento de escolas privadas para educação na língua curda; a restauração dos nomes em curdo das cidades dessa região; a permissão da caligrafia de letras curdas em documentos de identificação; e a permissão das campanhas políticas serem feitas em língua curda.

O PKK afirmou que o pacote foi lançado pelo governo AKP sem nenhuma consulta com o movimento curdo. Isso, por exemplo, é o que levou Gunter (2014) a afirmar que o início do processo de paz, mais do que sua concretização, parece ter sido o objetivo do AKP, visto que iniciar as negociações garantiria uma boa imagem aos curdos, ao mesmo tempo em que ainda não significava concessões que alienassem os nacionalistas turcos que votavam no AKP. Já no final de setembro, como consequência, o PKK anunciava o fim de sua retirada da Turquia, acusando Ancara de não ter cumprido sua parte nas reformas democráticas.

Além disso, na esfera parlamentar, o AKP procurou estabelecer uma comissão parlamentar para que o processo de paz recém-iniciado fosse discutido e propostas implementadas. O CHP e o MHP, porém, responderam com críticas ao processo de paz e anunciaram que não participariam de nenhuma comissão – esvaziando a tentativa de o Parlamento poder participar da questão, em um claro sinal de desaprovação por parte desses partidos para com a possibilidade de paz com o PKK (ENSAROĞLU, 2013).

Porém, mais do que qualquer coisa, é possível que tenha sido a eclosão das revoltas populares, em junho de 2013 na Turquia, que fez minguar o processo de paz. A partir desse momento, as tratativas com o PKK foram marginalizadas pela preocupação do governo em dar conta de controlar a nova situação. A prioridade, portanto, parecia deixar de ser os curdos e sim

a estabilidade do governo frente a uma oposição mais acirrada. Logo em seguida, em dezembro de 2013, quando o confronto político entre o governo e o movimento Hizmet tornou-se explícita, o processo de paz já surgia como uma probabilidade remota.

Em junho de 2013, a onda de manifestações que ficou conhecida como os Protestos de Gezi, por terem se iniciado no Parque Gezi, em Istambul, marcou uma inflexão em termos da polarização e oposição ao AKP. Ainda que o gatilho tenha sido uma manifestação contrária à construção de um shopping em um parque na maior cidade turca, a repressão policial aos revoltosos levou a um adensamento no número de cidadãos protestando. Tão logo o movimento cresceu, as revoltas assumiram um tom contrário ao governo AKP como um todo, que se alastrou para outras cidades do país, permanecendo com força por mais de três semanas.

Diversas análises procuraram explicar os protestos de Gezi, mas acreditamos que o trabalho de Ete (2013) seja o que melhor compreende e analisa sua formação e objetivos buscados, sendo, portanto, este aqui utilizado. Como afirma esse autor, durante a duração total dos protestos, a composição das pessoas nas ruas mudou, bem como suas motivações e justificativas. O que causou tamanho adensamento, afirma ele, é claro: o uso excessivo da repressão policial para conter um protesto que, inicialmente, detinha uma pauta muito mais ambientalista. Porém, a tensão social liberada nesse ato esconde raízes mais profundas, as quais são resultados de mais de uma década do AKP no poder. Depois de ter consolidado uma base eleitoral mais ou menos estável e fiel, uma parcela significativa da população mostrava-se descontente com suas políticas e, de acordo com Ete (2013), sentindo-se mal representada pelos partidos vigentes. Portanto, os protestos de 2013 só podem ser entendidos sob o pano de fundo de “uma oposição política disfuncional e de um partido governante dominante” (ETE, 2013, p. 18).

Ete (2013) argumenta que é fundamental, portanto, analisar a composição social dos protestos. O primeiro grupo que compôs os protestos consistia daqueles manifestantes iniciais que foram ao Parque Gezi devido, principalmente, à excessiva repressão policial, os quais eram os mais diversos em termos de composição política. Neste grupo estavam incluídos diversos setores liberais e de esquerda, que antes apoiaram o AKP em suas reformas contra o *establishment* Kemalista, mas que agora viam-se preocupados com o conservadorismo social – devido ao crescente foco na religião de diversos membros desse partido – e crescente autoritarismo de Erdoğan³⁴.

³⁴ De acordo com pesquisas de opinião feitas à época, apenas 10% dos manifestantes que estavam no Parque Gezi afirmavam estarem ali por questões ambientais. 90% demonstrava insatisfação com o discurso autoritário e as

Já o segundo grupo consistiria de segmentos sociais que facilitaram a propagação dos protestos pelo país, sendo esse constituído, principalmente, por membros do CHP. Esse grupo, mais do que realizar demandas por maior participação democrática, ressentia-se dos avanços realizados pelo AKP nos últimos anos. Para Ete (2013), esse é o grupo responsável por transformar os protestos, inicialmente espontâneos, em uma ação política organizada voltada contra o governo AKP. Assim, ainda que o descontentamento com o AKP e a maneira crescentemente autoritária de Erdoğan estivesse presente nos primeiros dias, foi somente quando esse segundo grupo juntou forças que essa mensagem se tornou a motivação dominante dos protestos, sequestrando as motivações originais para transforma-los em um episódio de mobilização anti-AKP (ETE, 2013). Em outras palavras,

É possível argumentar que os protestos consistiram daqueles que não aceitavam a mudança na balança de poder política e aqueles que, a despeito de terem apoiado o AKP no desmonte do regime tutelar Kemalista, não gostariam que o novo sistema político fosse inteiramente montado ao redor do AKP. (ETE, 2013, p. 21).

Esse apontamento de Ete (2013) é especialmente relevante pois, a partir de então, um novo tipo de oposição crescia frente ao AKP. Para além das tradicionais elites Kemalistas já marginalizadas do poder e que viam seu principal partido, o CHP, com dificuldades de vencer eleições, organizou-se grupos progressistas, liberais e de esquerda, que temiam os excessos do partido no poder. Portanto, a possibilidade de um novo sistema político ser erguido – tanto em termos de uma nova Constituição ou da adoção do Presidencialismo – somente ao redor dos valores do AKP agora tornava-se um problema para setores que foram contrários ao Kemalismo³⁵. Segundo Ete (2013), a ironia desse momento é que aqueles tradicionais opositores do AKP, que a ele se opunham devido ao seu sucesso em democratizar o país até

atitudes repressivas de Erdoğan, e 85% concordava que havia uma crescente interferência por parte do governo nas vidas dos cidadãos turcos (ATAY, 2013).

³⁵ De fato, sinais de crescente autoritarismo e moralização da vida pública já ganhavam espaço nesse terceiro mandato do governo AKP. Restrições à liberdade de expressão e repressão a jornalistas começavam a abafar vozes dissidentes. Novos decretos e discursos moralizantes pareciam indicar que o governo procurava interferir em questões privadas dos cidadãos. Por exemplo, uma advertência que havia sido emitida há pouco tempo contra um casal que se beijava no metrô de Ancara provocara protestos e reclamações nas redes sociais, bem como um decreto que limitou a quantidade de álcool a ser vendida no país (GÖLE, 2013). Erdoğan publicamente afirmava que não queria na Turquia uma “juventude bêbada” e que o lugar de se ingerir bebidas alcólicas era dentro de casa – demonstrando a proeminência de valores islâmicos no discurso público. Quando da advertência ao casal que se beijava em Ancara, o líder turco afirmou que “não imagi[nava] nenhuma mãe querendo ver sua filha nos braços de um homem” (ATAY, 2013, p. 41). Além disso, durante os protestos, a linguagem de Erdoğan também enfureceu setores progressistas. Constantemente o líder turco se referia aos manifestantes como marginais, criminosos, escória e bêbados, sem negar-se ao uso excessivo da força (GÖLE, 2013). Erdoğan pintava os manifestantes sempre de uma maneira “indecente”, afirmando sempre que 50% da população estava do seu lado e era para eles que seu governo fazia o que fazia.

então, agora ganharam espaço ao vocalizar suas demandas em um léxico que também demandava mais democracia.

Se não bastasse ao governo AKP o desafio de uma oposição energizada e a estagnação do processo de paz com os curdos ao longo de 2013, no final do ano o movimento Hizmet, antigo aliado do partido no poder, deflagrou abertamente um combate político a Erdoğan e seus aliados. Esse processo teve início em 17 de dezembro de 2013, quando a polícia turca levou mais de 50 pessoas em custódia em múltiplas operações. Três dos indivíduos detidos eram filhos de ministros do governo AKP, fato que caiu como uma bomba na cena política turca, dando início a uma longa série de acusações de corrupção contra Erdoğan e o AKP, as quais até hoje não foram bem resolvidas (ÖZHAN, 2014). As acusações envolviam um esquema de lavagem de dinheiro criado para driblar o regime de sanções iraniano, envolvendo milhares de dólares em propina para os Ministros de Economia, Interior e Assuntos Europeus, bem como o CEO do banco estatal Halkbank. Além disso, investigava-se projetos de infraestrutura superfaturados em Istambul, com foco nos Ministérios de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, bem como uma construtora cujos donos eram próximos de Erdoğan (EDELMAN et al, 2015).

Erdoğan prontamente acusou o movimento islâmico Hizmet, liderado por Fetullah Gülen, que mora nos EUA desde 1999, como estando por trás das operações, as quais teriam sido realizadas como uma forma de deslegitimar e derrubar o governo AKP, segundo o líder turco (ÖZHAN, 2014). O Hizmet, também chamado de Movimento Gülen, emergiu como um movimento religioso no final dos anos 1970, focando sua atenção sobretudo em questões educacionais ao longo dos anos 1980. O grupo priorizava a criação de universidades particulares que promovessem seus valores nos alunos formados. O Hizmet fornecia, além dos estudos, habitação para estudantes de classes mais baixas, bem como cursos preparatórios para a admissão nas universidades públicas e privadas a preços muito baixos. Assim, nos anos 1990, milhares de estudantes se preparavam ou se formavam através das redes de ensino do Hizmet (ÖZHAN, 2014).

Em contrapartida, o movimento Hizmet buscava angariar pessoas para seu grupo, que pregava uma filosofia islâmica pacífica e de coabitação entre as religiões. Além disso, incentivava que seus membros, sobretudo os que entravam na universidade, se formassem e adentrassem em postos ligados à imposição da lei – polícia e Judiciário – e nas Forças Armadas, para influenciar de dentro para fora tais instituições (ÖZHAN, 2014). De fato, ao longo dos anos, o movimento Hizmet instalou-se com muita força na polícia e no Judiciário turco, sobretudo por terem sido aliados do AKP por muito tempo, o que fazia com que esse movimento

de ocupação por parte de grupos islâmicos em postos chaves da burocracia estatal fosse incentivado pelo governo (ÖZHAN, 2014). Nas palavras de Yavuz e Koç (2016, online),

Quando o AKP chegou ao poder em 2002, o movimento de Gülen se mostrou disponível para o novo partido a fim de ajuda-los a governar o país e melhorar a imagem do AKP como um grupo muçulmano moderado. Os membros do Hizmet foram apontados para posições de governo fundamentais a fim de impedir qualquer tentativa de golpe por parte da elite Kemalista ainda na burocracia contra o governo eleito. [...] O movimento desencadeou diversas operações, usando de maneira bem-sucedida a polícia e o Judiciário para ajudar o AKP a desvendar crimes de seus oponentes Kemalistas.

Apesar dessa colaboração inicial, os dois aliados eventualmente entraram em conflito. Desde início, questões ideológicas dividiam o AKP e o Hizmet. Esse último sempre foi um movimento extremamente favorável ao Ocidente. Em relação à política externa, divergiam quanto ao papel do Oriente Médio. O Hizmet sempre postulou uma política pró-Israel e anti-Irã, desconfiada dos movimentos islâmicos de massa da região, além de defenderem uma postura econômica neoliberal de abertura de mercados (KAVUZ; KOÇ, 2016). Além disso, o movimento Hizmet identifica-se muito com setores nacionalistas turcos, defendendo veementemente a indivisibilidade da nação, o que significava oposição aos movimentos de abertura com os curdos. Tanto a Abertura Democrática quanto o processo de paz não foram vistos com bons olhos pela liderança do Hizmet (ÖZHAN, 2014).

O início do distanciamento com o AKP se deu em 2010, quando Erdoğan rompeu relações com Israel e Fethullah Gülen passou a criticar a postura confrontacionista do governo frente a Tel Aviv. Em 2011, o primeiro conflito público entre o governo e o Hizmet ocorreu, quando diversos membros da polícia – ligados ao Hizmet – foram acusados de estarem tentando utilizar escutas ilegais para gravar conversas de Erdoğan. Como represália, o governo decidiu fechar cursos preparatórios para a universidade do Hizmet, os quais eram fonte de renda e local de recrutamento para o movimento (KAVUZ; KOÇ, 2016). Para Edelman et al (2015), o movimento teria sido um claro e transparente ataque ao Hizmet, que o interpretou como o primeiro passo de Erdoğan para sufocar o movimento e encerrar sua influência na Turquia. O passo seguinte do conflito teria se dado em fevereiro de 2012, quando o Hizmet teria sido responsável por vazar informações sobre as negociações do MIT com o PKK, em Oslo, e depois por tentar emitir um mandato de prisão contra Hakan Fidan (ÖZHAN, 2014).

Portanto, as operações de dezembro de 2013 foram o mais novo grande passo na escalada de tensões entre o AKP e o Hizmet, as quais foram transmitidas através de uma extensa cobertura midiática de grupos ligados ao Hizmet, sobretudo pelo grande jornal Zaman. Erdoğan

respondeu à crise política removendo os ministros implicados nas investigações e decretando estado de emergência ao enquadrar a questão como “segurança nacional”, já que o líder turco acusava o Hizmet de estar tentando dar um golpe judiciário contra o governo eleito democraticamente (KAVUZ; KOÇ, 2016). Nessa situação, Erdoğan removeu seguidores do Hizmet de posições chaves na polícia e no Judiciário – cerca de 70% da força policial foi forçadamente aposentada ou suspensa (KAVUZ; KOÇ, 2016).

Em meio a esse contexto, o Hizmet realizou outro movimento. A polícia turca, no dia 1º de janeiro de 2014, parou caminhões da MIT que estavam levando supostamente ajuda humanitária para a Síria e procurou prender os agentes da agência de inteligência turca sob o pretexto de que, na verdade, eram armamentos que estavam sendo enviados para o conflito sírio (ÖZHAN, 2014). O Hizmet utilizou o fato para argumentar que o governo turco estava favorecendo grupos jihadistas dentro da guerra na Síria (EDELMAN et al, 2015).

Além disso, inúmeras conversas gravadas envolvendo Erdoğan e seu filho foram divulgadas para a mídia por parte do Hizmet no mês seguinte, as quais depois foram tornadas ilegais por terem sido gravadas sem o consentimento e a autorização do poder Judiciário responsável. De qualquer forma, o conteúdo das gravações mostrava conversas entre Erdoğan e seu filho, Bilal, nas quais o líder turco falava sobre grandes quantidades de dinheiro a serem escondidas ou retiradas de sua residência (EDELMAN et al, 2015).

O governo AKP respondeu aos novos movimentos do Hizmet aprovando duas leis bastante importantes que impactaram fundamentalmente a política turca. A primeira delas permitia censurar e monitorar a Internet, com o órgão regulador nacional ganhando poderes para demandar que provedores online bloqueassem qualquer conteúdo considerado pelo órgão como violação de privacidade. Apesar de alguns pontos da lei terem sido vetados pela Corte Constitucional em 2015, permaneceu a necessidade dos provedores online manterem registros de todas as atividades de usuários por dois anos e de fornecerem tais informações quando solicitadas pelo governo (EDELMAN et al, 2015). Além disso, uma outra lei expandiu os poderes da MIT ao mesmo tempo em que a protegeu de investigações. A agência de inteligência passou a poder conduzir operações em nome da segurança nacional, permitindo inclusive gravar conversas telefônicas e demandar acesso a informações para qualquer organização ou instituição, pública ou privada. Além disso, os agentes da MIT também passaram a ser protegidos de investigações, obrigando que qualquer caso contra um agente fosse movido para uma corte especial, além de ter sido criado penalidades para qualquer meio jornalístico que realizasse investigações sobre as atividades secretas da MIT (EDELMAN et al, 2015).

Nesse contexto, é diante dos protestos de 2013 e das operações desencadeadas pelo movimento Hizmet que as eleições seguintes do calendário eleitoral turco passaram a significar ainda mais para o AKP. Elas seriam os testes sobre a capacidade de o governo continuar existindo e um voto de confiança à Erdoğan. Em relação à primeira delas, as eleições locais de março de 2014, Özhan (2014, online) aponta,

As eleições locais de 30 de março se tornaram muito mais que eleições locais ordinárias. A agenda política do país havia mudado dramaticamente. O principal partido de oposição [...] cedeu lugar para o movimento Hizmet depois de dezembro de 2013. Nesse ponto, o CHP parou de ser o principal partido de oposição para se transformar em uma plataforma para todos aqueles que queriam acertar contas com o governo. O movimento Hizmet sinceramente acreditava que as operações de dezembro poderiam trazer o fim do governo de Erdoğan [...]. Ele certamente não seria capaz de sobreviver às alegações de corrupção.

Entretanto, o resultado das eleições surpreendeu a todos. O AKP recebeu 41,3% dos votos totais e o CHP apenas 26,45%, enquanto o MHP recebeu 17,76% e o BDP, juntamente do novo partido curdo formado, o HDP (Partido Democrático do Povo), recebeu, em conjunto 6,19% (ETE, 2014). Das 30 metrópoles, cuja população consiste em 77% de todos os eleitores, 18 foram vencidas pelo AKP e seis para o CHP. O MHP e o BDP ganharam, cada um, em três. O AKP também venceu em 30 dos 51 municípios restantes, enquanto o CHP obteve 7, o BDP também 7 e o MHP obteve 5. No nível subprovincial, o AKP ganhou 670 de 970 prefeituras (ETE, 2014). No total, o principal partido de oposição, o CHP, recebeu menos de 10% dos votos em 1/3 do país, e menos de 20% em ¼ dele. O partido ainda obteve porcentagens de menos de 1% em algumas prefeituras do sudeste curdo (ETE, 2014).

Outro fator digno de nota foi o comparecimento eleitoral: a porcentagem de eleitores foi de 76,4% na disputa parlamentar de 2002, 74,1% na eleição local de 2004, 81,6% na eleição parlamentar de 2007, 83,2% nas eleições locais de 2008, 87% nas parlamentares de 2011 e, agora, 89,4% na eleição local de 2014 (ETE, 2014). Para Ete (2014), isso significa que a disputa de poder em vigor entre o governo eleito e o *establishment* burocrático – Kemalista e Hizmet – perpassou os limites de uma disputa entre elites e mobilizou as massas.

O resultado das eleições surpreendeu pela capacidade do AKP se blindar diante da crise política instaurada, também reforçando o sentimento de incapacidade da oposição. Özhan (2014) argumenta que a vitória do AKP foi fruto de uma estratégia de campanha que soube muito bem colocar as demonstrações de 2013 e os movimentos do Hizmet como tentativas de golpe – algo muito sensível para o público turco, que recém livrara-se da tutela militar. Özhan

(2014) também argumenta que esse resultado significou que a elite Kemalista, dominante até uma década atrás, agora perdera lugar nas batalhas de poder na Turquia, tornando-se espectadora frente à disputa mais intensa entre o AKP e o Hizmet, esse que antes o CHP também considerava como um oponente.

O estudo de Ete (2014), por sua vez, alega que 70-75% dos eleitores turcos tende a votar de acordo com suas preferências ideológicas, com o restante votando com base em suas expectativas e necessidades diárias. Portanto, a maior parte do eleitorado turco ainda consistiria de um público leal aos partidos que representam suas ideologias, com apenas um quarto dele mais propenso a transitar entre os partidos, o que criaria um *status quo* bastante resiliente.

Para Ete (2014), isso se deve ao fato de, historicamente, as elites Kemalistas terem tentado impor um projeto de nação que foi refutado por parte da população através da valorização de uma política identitária – seja baseada na religião islâmica ou na etnia, curda ou turca. Nesse sentido, para esse autor, a principal divisão entre os eleitores turcos ainda consistiria no apoio ou resistência a quem é visto como os representantes do projeto de nação Kemalista – sendo o CHP o primeiro caso e o AKP o segundo. Isso resulta em uma situação em que o AKP tem apoio nacional por conseguir atrair curdos e turcos religiosos, enquanto a ênfase do CHP no secularismo, do MHP no nacionalismo turco e do BDP no nacionalismo curdo faz com que suas bases eleitorais permaneçam regionalizadas e fragmentadas – com possibilidades de mudança apenas se esses três últimos partidos mudassem suas plataformas políticas de modo a tornarem-se mais capazes de dialogar com questões importantes à maioria da população (ETE, 2014).

De qualquer forma, apesar da nova polarização e crescente ataque por parte da oposição – mesmo depois dos resultados da eleição de março de 2014 – o AKP obteve mais uma significativa vitória na eleição presidencial de agosto daquele ano, a primeira em que os turcos escolheram diretamente seu Presidente. Três candidatos concorreram: Erdoğan, pelo AKP, Ekmeleddin Ihsanoğlu, indicado conjuntamente pelo CHP e pelo MHP, e Selahattin Demirtaş, candidato curdo do HDP. Vale aqui ressaltar que o BDP fora dissolvido pela Corte Constitucional em julho de 2014, sendo desde então o HDP o único partido curdo. De todo modo, de acordo com Aydın (2014), a eleição foi marcada por uma campanha em que todos os candidatos procuraram conquistar o centro eleitoral – sem nenhuma posição extremamente secularista ou nacionalista curda. Nem o MHP nem o CHP escolheram um membro do seu partido, tendo apontado Ihsanoğlu, um intelectual islâmico conservador e ex-Secretário Geral da OCI (Organização para a Cooperação Islâmica) – mudança bastante significativa para o CHP. Demirtaş também concorreu abraçando a identidade turca e ideias liberais *mainstream*, o

que atraiu eleitores para além da base curda, quase dobrando o número de votos que o partido curdo tivera nas eleições locais (AYDIN, 2014).

Para Aydin (2014), para além do fato de Erdoğan ter feito sua campanha com base na ideia de que fora o responsável por acabar com a tutela militar, com fazer a economia turca crescer e por expandir a infraestrutura e rede social, os outros dois candidatos falharam em se oferecer como opções viáveis para remodelar o sistema turco. Nenhum deles enfrentou as principais questões políticas e nenhum deles criticou diretamente as atividades do Hizmet, ponto que chegou a ser colocado por Ihsanoğlu como algo “não importante” (AYDIN, 2014). Com um comparecimento de 74,13% dos eleitores, Erdoğan foi eleito com 51,79% dos votos, transformando-o no primeiro Presidente eleito diretamente pelos turcos, com Ahmet Davutoğlu passando a assumir o posto de Primeiro-Ministro. Também é digno de nota o fato de que o HDP obteve quase 10% dos votos, sucesso ainda sem precedentes para um partido curdo – número a aumentar ainda mais nas eleições parlamentares de 2015 (AYDIN, 2014).

De qualquer forma, mais do que procurar explicar as razões pelas quais o AKP saiu vitorioso depois da crise política que se sucedeu ao longo de 2013 – objeto de pesquisa que por si só garantiria outro trabalho –, procurou-se através dessa narrativa dos fatos analisar a mudança pela qual o cenário doméstico turco passou entre 2011 e o final de 2014. Utilizando o modelo de Hermann (1990), podemos afirmar que as variáveis “ação do líder” e “burocracia” mantiveram-se demonstrando continuidade, visto que Erdoğan continuou ocupando o posto de líder turco e a burocracia, a despeito dos confrontos com o Hizmet, continuou ocupada pelo AKP, sobretudo no que diz respeito ao Ministério das Relações Exteriores, o posto mais importante para essa análise de mudança em política externa.

Por outro lado, houve, sem dúvidas, um acirramento por parte da oposição, sobretudo graças aos protestos de 2013 e o embate aberto pelo Hizmet contra o AKP. Com isso, argumentamos que, ainda que essa oposição não tenha sido o suficiente para derrotar o governo, esse sentiu-se pela primeira vez, em anos, ameaçado. Além disso, demonstrou estar menos disposto a dialogar com a oposição, principalmente nos momentos mais distantes das eleições. Isso teria criado um governo mais dependente de sua base, os “50%” que Erdoğan frequentemente comenta, e menos tolerante com opiniões contrárias, ao mesmo tempo em que agora passava a ver ameaças mais reais à sua manutenção no poder.

Veremos agora como o tabuleiro internacional modificou-se, até o ponto em que o cenário externo encontrou-se com o interno através da questão curda, levando a uma mudança em 2015 na política externa, depois da primeira derrota eleitoral do AKP, nas eleições parlamentares seguintes.

5.2 Tabuleiro internacional: a questão curda na Síria e o Estado Islâmico

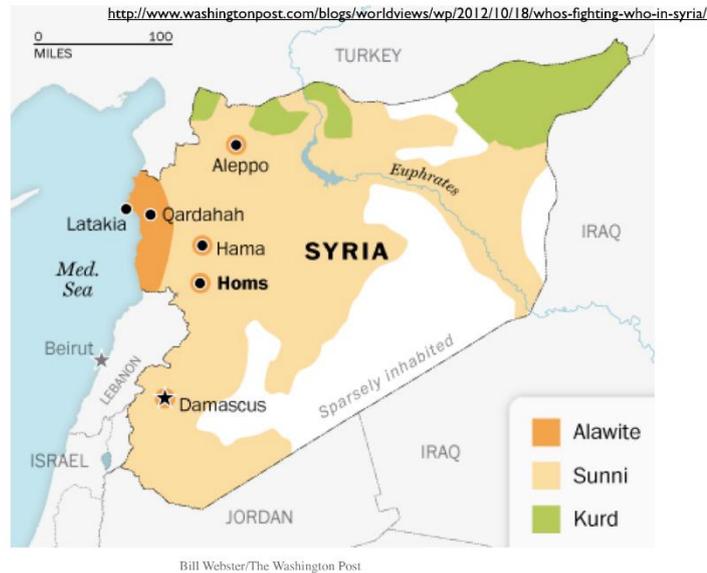
Ao passo em que a situação doméstica turca ia gradualmente sendo modificada, podemos afirmar que o cenário internacional do Oriente Médio evoluiu de maneira mais rápida em direção a uma instabilidade centrada ao redor da guerra da Síria – o que afetou profundamente seus países vizinhos, incluído a Turquia. De fato, foi com o desenrolar desse conflito que a política externa turca enfrentou problemas que atestaram seus limites, fazendo com que fosse cada vez mais difícil para o país manter-se no rumo de uma pretensa liderança regional baseada em seu modelo político, como fora buscado em 2011. Dois choques externos, mudanças na variável “conjuntura internacional” do modelo de Hermann (1990), foram os principais acontecimentos que evidenciariam essas limitações da política externa turca: de um lado, a autonomia e expansão dos curdos na Síria, e, de outro, a ascensão do Estado Islâmico (EI).

De acordo com Lawson (2014), passados três anos de conflito na Síria, mudanças cruciais já haviam ocorrido. Destaca-se, em primeiro lugar, o que esse autor chama de uma “virada etno-sectária”, onde questões étnicas e religiosas passaram a ser politizadas e instrumentalizadas pelos atores envolvidos no conflito em grande intensidade. Em termos sectários, o autor dá destaque para o crescimento dos grupos extremistas islâmicos dentro do conflito, principalmente a al-Nusra e, posteriormente, o próprio EI. Em relação às questões étnicas, o que despontou foi a obtenção de autonomia da população curda da Síria no norte do país – uma das mudanças que mais afetou o governo na Turquia.

Assim como na Turquia, há na Síria uma população curda que também teve problemas com o governo central ao longo dos anos – cerca de 1,5 milhão de habitantes, o equivalente a 7% da população síria total (Figura 6). Depois que o PKK foi criado e que iniciou sua campanha militar contra o governo em Ancara, Öcalan instalou-se no território sírio para atacar o território turco através de bases que existiam com a conivência de Hafez al-Assad (PAASCHE, 2015). Como, à época, os governos da Turquia e da Síria enfrentavam problemas diplomáticos e políticos, ligados tanto à Guerra Fria quanto ao uso compartilhado de águas do Rio Eufrates, Hafez al-Assad permitia que a guerrilha curda turca ali se instalasse como forma de capitalizar sobre o movimento e pressionar o governo em Ancara. Öcalan, entretanto, em contrapartida, não podia defender ideias que pregassem movimentos “pan-curdos” de forma a não incentivar que os curdos na Síria pudessem se levantar contra Damasco e se unir a uma guerrilha no estilo do PKK (PAASCHE, 2015).

Figura 6 – Populações alauíta, sunita e curda na Síria.

(Fonte: KHAZAN, 2012).



Foi ao longo dos anos 1990 que o PKK, através dessas bases na Síria, conseguiu criar laços com a população curda local. O próprio Abdullah Öcalan residia no norte do território sírio e dali comandava a insurgência contra a Turquia. Somente em 1998, quando o governo turco ameaçou intervir militarmente na Síria, que Damasco obrigou o PKK a sair de seu território, passando, então, a reprimir o movimento curdo novamente na região. Entretanto, graças aos laços que foram criados à época, o PKK secretamente estabeleceu, em 2003, um braço sírio do grupo, chamado de Partido da União Democrática (PYD). No ano seguinte, em 2004, um levante curdo encabeçado pelo PYD ocorreu, levando à criação de um braço armado, as Unidades de Proteção Popular (YPG). O episódio, porém, foi duramente reprimido por Damasco (ICG, 2013).

A despeito da prisão de diversos de seus membros e de o partido ter sido oficialmente banido, o PYD continuou organizando-se de maneira encoberta no norte do país, principalmente através da criação de Comitês Locais Populares, que eram responsáveis por atividades específicas nas áreas curdas. Os líderes do PYD, entretanto, fugiram para o Governo Regional do Curdistão, no norte do Iraque. É importante destacar que a liderança do PYD sírio, sobretudo seu líder, Salih Muslim, abrigou-se no norte do Iraque, mantendo contato com os guerrilheiros do PKK turco lá estabelecidos (BARFI, 2016; ICG, 2013).

De todo modo, quando, no final dos anos 1990, Öcalan foi expulso da Síria e preso na Turquia, passou a modificar suas ideias em relação ao PKK e o movimento curdo regional. Gradualmente, Öcalan abandonara a ideia de separar-se territorialmente da Turquia e fundar uma república socialista curda, passando a pregar a ideia do “Confederalismo Democrático”

(PAASCHE, 2015). De acordo com essa ideia, o questionamento territorial do Estado-nação não necessariamente estaria mais em pauta, mas buscar-se-ia autonomia política para que os curdos pudessem aplicar suas próprias concepções democráticas de organização social. Essas incluíam, em tese, uma estrutura burocrática de maior poder de base – ênfase em democracia direta –, igualdade absoluta de gênero e uma abordagem multiétnica e multi-religiosa. Não apenas o PKK passou a discutir as novas ideias propagadas por Öcalan, como também o PYD na Síria (PAASCHE, 2015).

A situação envolvendo o PYD e a Turquia, porém, mudou desde que a guerra na Síria se iniciou. A partir do momento em que o governo turco adentrou no conflito sírio ao lado da oposição, apoiando-a militar e diplomaticamente, o governo Assad, a partir de julho de 2012, optou por retirar a grande maioria de suas Forças Armadas do território curdo no norte do país. O movimento foi feito sabendo que a consequente autonomia dessa população traria problemas e preocupações ao governo AKP, criando-se, assim, uma forma de Damasco pressionar os turcos por sua posição na Síria, utilizando-se mais uma vez da causa curda contra Ancara (GUNTER, 2015).

A partir daquele momento, as YPG, representando os interesses do PYD, tomaram os prédios governamentais, bem como as estações de gás e petróleo – ou seja, o sistema público na região jamais colapsou, simplesmente agora passou a ser encabeçado por membros do PYD (ICG, 2013). As YPG também passaram a funcionar como o Exército da região curda, controlando as fronteiras das áreas administradas pelo PYD, bem como a fronteira com o Curdistão Iraquiano e parte da fronteira com a Turquia. Criaram-se também nas cidades novas unidades de polícia – as *Asayish* –, responsáveis por manejar *checkpoints* urbanos, estradas e rodovias, bem como fornecer segurança aos prédios públicos (PAASCHE, 2015).

Desde então, ainda que o governo turco tenha mantido sua postura de apoio à oposição contra Assad, surgiu uma nova preocupação em termos de como engajar o PYD sírio. Para Ancara, considerou-se ser necessário conter possíveis transbordamentos dos ideais do PYD e, mais do que tudo, evitar que a autonomia do grupo curdo possibilitasse a instalação de bases do PKK na Síria, através das quais o grupo turco poderia atacar a Turquia (GUNTER, 2015). Ainda em julho de 2012, Erdoğan alegou que Assad propositalmente entregara o controle das províncias do norte ao PYD, visto que o regime jamais tomou qualquer ação no sentido de tentar recuperá-las, tendo também afirmado que a Turquia possuía o direito inalienável de intervir militarmente no país caso o PKK estabelecesse bases no território sírio (ICG, 2013).

No dia 25 de julho de 2013, em meio a relatos de que o PYD estava prestes a declarar algum tipo de autonomia política oficial no norte da Síria, o governo turco publicamente

convidou Salih Muslim, líder do PYD, para que viesse a Istambul negociar. Davutoğlu, então Ministro das Relações Exteriores, declarou que o governo turco esperava três coisas em relação ao PYD sírio: que não cooperassem com o regime de Assad, que não formassem uma entidade política com bases étnicas ou religiosas, e que não se engajassem em atividades que colocassem em risco a segurança da fronteira turca (GUNTER, 2015). Durante as negociações, o líder do PYD procurou assegurar a Turquia de que a demanda por administração autônoma na Síria não seria uma busca por independência e que, portanto, não deveria ser considerada como uma ameaça pelo governo turco (GUNTER, 2015).

Ainda assim, em novembro de 2013, o PYD declarou oficialmente sua autonomia na chamada região de Rojava, proclamando, inclusive, uma carta de moldes constitucionais³⁶, enfatizando o secularismo e a igualdade de gênero, a qual foi aprovada pela população local em janeiro de 2014. O governo em Ancara não apenas negou-se a reconhecer o movimento, como condenou-o, vendo-o como um insulto às demandas securitárias turcas (GUNTER, 2015).

A declaração de uma Rojava autônoma pelo PYD baseou-se, na verdade, numa experiência de governança efetiva³⁷ desde que as forças de Assad se retiraram da região e no

³⁶ A proclamação de Rojava criou uma região composta por três cantões – as divisões administrativas locais: Afrin, Jazira e Kobane. A carta constitucional enfatizava a federação descentralizada baseada em cantões, o secularismo e a igualdade de gênero (KNC, 2014). Esses cantões que constituem Rojava foram pensados como uma forma de descentralizar o processo de tomada de decisões e a implementação de práticas administrativas – buscando implementar o princípio do Confederalismo Democrático de Öcalan de que as decisões devem ser tomadas pelo povo de baixo para cima, dando preferência para a autogestão daqueles que vivem na própria região decidirem a legislação que os afetará (KNC, 2014). Como o próprio documento do *Kurdistan National Congress* (2014, p. 13) coloca: “No sistema de cantões, as decisões são transferidas ao menor nível possível. O povo tende a se tornar mais diretamente envolvido no processo de tomada de decisão e a credibilidade do sistema é aumentada. Cada cantão em Rojava tem sua própria constituição, seu governo, seu parlamento, suas cortes, suas leis e municipalidades, os quais devem, é claro, ser compatíveis com os princípios da Carta da Autonomia Democrático de Rojava. Cada cantão desfruta de um alto grau de autonomia administrativa e Liberdade de tomada de decisão. Eles tem controle independente sobre seus sistemas educacionais e serviços sociais, e cada um tem sua própria Asayish (polícia) e Forças de Defesa Popular (YPG) e Forças de Defesa Femininas (YPJ)”.

³⁷ Com a retirada de Damasco do norte do país, principalmente da província de al-Hasakah, o PYD passou a ter de governar e oferecer serviços para uma população de mais de um milhão de pessoas, que envolviam não apenas curdos, mas também árabes e turcomenos. Nesse sentido, como Paasche (2015) aponta, diferentemente do PKK na Turquia, que nunca conseguiu administrar territórios no país, o PYD passou a ter sua primeira experiência efetiva de implementação do chamado “Confederalismo Democrático” na Síria. O PYD estabeleceu parlamentos nas cidades dominadas, aceitando partidos de oposição, estabelecendo uma polícia – a Asayish – para além das YPG, e teve de conciliar demandas de uma população tanto urbana quanto rural. Tais distinções entre o PKK e o PYD tornam-se importante na medida em que, para a Turquia, a principal ameaça do grupo curdo na Síria estaria justamente nos laços que possui com o grupo turco. Paasche (2015) em seu trabalho demonstra que, ainda que o PKK e o PYD sejam fortemente interligados, eles não são a mesma organização. De fato, ambos os grupos compartilham de um entendimento político similar baseado nos escritos de Öcalan e alguns indivíduos possuem trânsito por entre os dois movimentos. Além disso, as YPG são treinadas pelo PKK, visto que o grupo turco tem experiência em combate, o que demonstra que há laços e presença física do PKK na Síria. Entretanto, o PYD, ao governar uma área etnicamente heterogênea, ainda que de predominância curda, onde existe um parlamento e uma oposição organizada em partidos, seria muito mais pragmático e menos resolutivo em apoiar o uso da força por parte do PKK contra Ancara. Essa visão, de distinção entre PKK e PYD,

combate que as YPG vinham travando contra grupos radicais islâmicos, como a al-Nusra e, posteriormente, o EI. Já em outubro de 2013, as YPG expulsaram a al-Nusra das áreas ao redor de al-Hasakah e, no mês seguinte, avançavam sobre cidades como Azaz, Jarabulus e Tal Abyad, próximas da fronteira turca³⁸ (GUNTER, 2015).

Mas foi, entretanto, a partir do combate posto ao EI a partir de 2014 que a situação de Rojava passou por uma inflexão. Desde a ascensão do EI e a tomada de Raqqa, na Síria, e, sobretudo, de Mosul, no Iraque, os EUA passaram a privilegiar o combate ao grupo radical islâmico sobre outras questões do conflito sírio, como a derrubada de Bashar al-Assad (COCKBURN, 2015). Entretanto, a administração Obama não estava disposta a enviar forças terrestres convencionais para combater o EI diretamente. Em vez disso, o governo em Washington montou uma coalizão que iniciou combates aéreos, em agosto de 2014, e passou a incentivar que grupos que se encontravam no teatro do conflito impusessem ao grupo extremista o ônus do combate terrestre (COCKBURN, 2015).

É nesse contexto que os EUA perceberam no PYD e nas YPG, que também enfrentavam o grupo extremista, um aliado em potencial e uma das forças terrestres mais efetivas no combate ao EI. Além disso, a própria capital do EI, Raqqa, se encontra próxima às áreas curdas de al-Hasakah (GUNTER, 2015). Isso gerou tensões muito significativas entre o governo turco e seus aliados da OTAN: mesmo sendo parte da aliança militar, por exemplo, a Turquia negou-se a participar da coalizão³⁹ montada pelos EUA e a ceder sua base aérea em Incirlik, próxima ao território sírio e que, portanto, facilitaria a logística dos ataques (COCKBURN, 2015). O atrito entre os aliados ocidentais e o governo crescia na medida em que ficava claro que as preocupações de Ancara diziam respeito não só ao EI, mas também aos curdos.

A crescente parceria entre Washington e as forças curdas materializou-se concretamente a partir de setembro de 2014, quando o EI cercou a cidade síria de Kobane, na fronteira com a Turquia. Foi a partir desse momento que os EUA expandiram as operações da coalizão para a Síria, apoiando as unidades curdas em Kobane, únicas forças terrestres ainda a sustentar a

entretanto, não é compartilhada pelo governo turco, e também não é aceita entre todos os acadêmicos e estudiosos da área, como demonstrado no trabalho de Kanat e Ustun (2015).

³⁸ É importante destacar que, em março e abril de 2014, o comandante das YPG passou a conclamar aos curdos de dentro da Turquia que colaborassem para o esforço de combate contra os grupos radicais islâmicos, o que preocupou ainda mais o governo AKP ao flertar com a ideia de um movimento curdo transfronteiriço (GUNTER, 2015).

³⁹ Oficialmente, o governo turco afirmou que não poderia participar da coalizão montada em agosto, visto que, desde junho, quando o EI capturara Mosul, diplomatas turcos estavam sendo mantidos reféns pelo grupo e que a entrada de Ancara no combate poderia fazer com que esses fossem assassinados. Entretanto, já em setembro, os reféns foram libertados através de negociações e mesmo assim a Turquia continuava a não tomar parte na coalizão (COCKBURN, 2015).

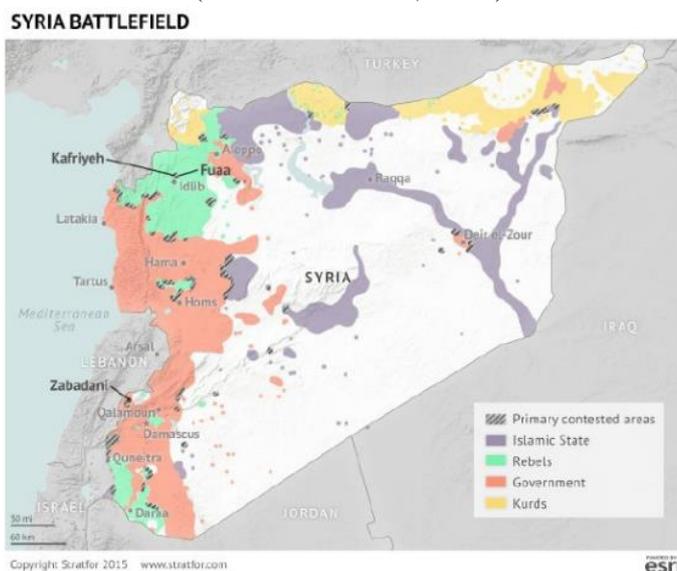
cidade (GUNTER, 2015). Ancara, por sua vez, pouco fez para colaborar na batalha e ainda criticou a ação estadunidense de apoiar as forças curdas (PARK, 2015).

A defesa bem-sucedida de Kobane contra o EI entre 2014 e 2015 provou-se extremamente significativa e desde então o governo em Washington passou a prover os curdos sírios com apoio militar, sobretudo em relação ao compartilhamento de inteligência de alvos⁴⁰ (BARFI, 2016). Para o governo turco, entretanto, concretizava-se um de seus grandes temores: os curdos na Síria demonstravam sua força ao combater o EI e, assim, recebiam apoio político e material de Washington, um governo aliado de Ancara e também membro da OTAN. Temia-se que, como consequência, a derrota do EI no futuro trouxesse ao PYD a legitimação por parte de Washington aos seus ganhos territoriais.

Além disso, depois da vitória em Kobane, as YPG empreenderam novas campanhas militares pelo território norte sírio, conseguindo, entre maio e julho de 2015, tomar uma série de cidades entre os cantões de Kobane e Jazira, principalmente Tell Abyad. Esse sucesso militar permitiu que esses dois cantões, antes separados fisicamente pela presença de grupos extremistas como o EI, fossem unificados, criando uma faixa contínua de território controlado pelo PYD na fronteira turca (LOWE, 2016). Restava, agora, apenas a região entre as cidades de Jarabulus e Azaz, sobre controle do EI, a oeste do Rio Eufrates, separando o cantão de Afrin do resto de Rojava.

⁴⁰ Desde que concretizou a vitória sobre o EI em Kobane e ao longo de sua expansão territorial em 2015, o PYD vem promovendo uma narrativa que, segundo Lowe (2016), enfatiza o esforço curdo como uma “resistência heroica” pela sobrevivência da minoria curda contra extremistas, principalmente o EI – o que dialoga com os objetivos ocidentais, sobretudo dos EUA. Rojava teria sido estabelecida, nesse sentido, como uma forma de autodefesa contra um cerco de diversos inimigos perigosos, e agora ofereceria proteção à população que ali vive. Lowe (2016) também aponta que a narrativa do PYD enfatiza o autogoverno de Rojava como uma alternativa democrática, popular, secular, com igualdade de gêneros no centro de um Oriente Médio cada vez mais radicalizado. O fato de reconhecer como línguas oficiais nos cantões o árabe e o aramaico, além do curdo, bem como as religiões cristã, yazidi e alauítas, além do Islã, também é propagado como símbolo de uma região que prega a tolerância étnica e religiosa (LOWE, 2016).

Figura 7 – Controle territorial na guerra síria, em julho de 2015.
(Fonte: STRATFOR, 2016b).



As Figuras 7, acima, e 8, abaixo, demonstram a evolução do território sob controle curdo – a Figura 7 é de antes das ofensivas ao redor de Tell Abyad, enquanto a Figura 8 é de dezembro de 2015, já demonstrando a faixa contínua de território. A Figura 9, abaixo, também aponta para a expansão do PYD/YPG no norte sírio ao longo da evolução do conflito.

Figura 8 – Controle territorial na guerra síria, em dezembro de 2015.

(Fonte: STRATFOR, 2015b).

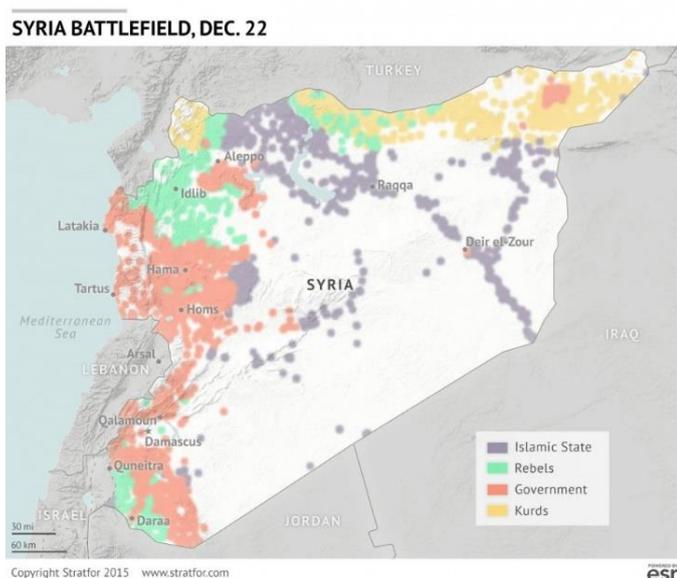
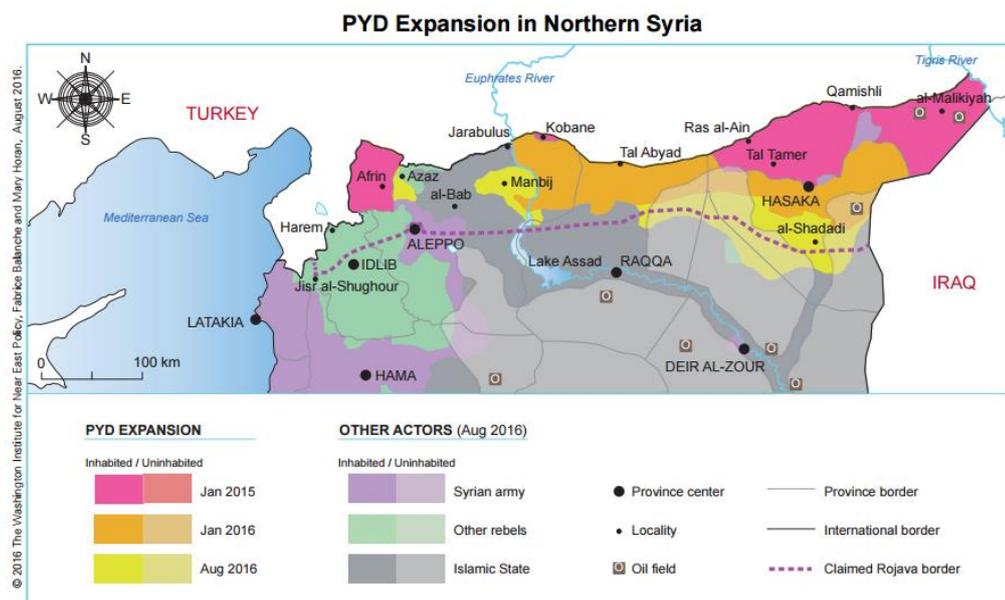


Figura 9 – Evolução da expansão do PYD no norte da Síria.
(Fonte: BALANCHE, 2016).



Dessa forma, com o novo foco dos aliados ocidentais da Turquia recaindo sobre o EI, somado à expansão do PYD na Síria e sua crescente parceria com Washington, o governo em Ancara perdeu capacidade de manobra, não sendo mais capaz de pautar uma agenda regional como planejara logo após a eclosão das revoltas árabes, em 2011. A Turquia passou adotar uma postura mais ambígua e defensiva, incapaz de desenvolver uma nova estratégia frente ao cenário em rápida mutação na Síria – o que se somava à instabilidade doméstica de 2013 e as eleições de 2014.

A situação veio a mudar somente na metade de 2015, em julho, quando a Turquia finalmente assumiu uma nova estratégia, ajustando sua política externa de forma a diferenciar-se daquela buscada a partir de 2011. O governo AKP decidiu por enfrentar declaradamente e abertamente o que concebia como suas duas ameaças no momento – o PKK e o EI. Tal mudança teve como gatilho a primeira derrota eleitoral sofrida pelo AKP, a qual explicitou a que ponto a ligação da questão curda doméstica e internacional haviam se entrelaçado.

5.3 O encontro do doméstico com o internacional: as eleições de 2015 e a nova inflexão na política externa turca

As eleições parlamentares de junho de 2015 tornaram-se um divisor de águas para o governo AKP, que, como resultado, alterou a política externa do país e parte importante da base eleitoral do partido. Pela primeira vez desde que chegara ao poder, o governo AKP perdeu

maioria no parlamento, conseguindo apenas 40,9% dos votos totais, o que levou a 258 assentos de um total de 550 – menos da metade. Além disso, o partido ligado ao movimento curdo pela primeira vez alcançou o fato histórico de ultrapassar a barreira de 10% de votos necessários para que entrasse no parlamento. O HDP recebeu 13,1% dos votos, conquistando 80 assentos no parlamento⁴¹ (YAVUZ; ÖSCAN, 2015). Além disso, o CHP garantiu 25% dos votos, levando 132 assentos, e o MHP 16,3%, também ganhando 80 assentos. Para Erdoğan e o AKP, a eleição representou uma derrota significativa, sobretudo depois de Kobane; não apenas os curdos na Síria haviam pleiteado um espaço legítimo na luta contra o EI, como também o partido curdo turco chegara ao parlamento na Turquia – tirando votos que antes, em sua maioria, eram direcionados ao AKP.

Depois do resultado, um governo de coalizão não se formou entre o AKP e os outros partidos. O MHP e o HDP são partidos de polos ideológicos opostos, o que negava uma coalizão entre eles – e ambos haviam feito uma campanha contrária ao AKP⁴². Da mesma forma, os rivais AKP e CHP não dialogavam para formar uma coalizão (ÇARKOĞLU; YILDIRIM, 2015). Portanto, novas eleições tiveram de ser convocadas para novembro de 2015.

Para vencer o novo pleito e consolidar a posição doméstica, o governo AKP teria de optar por uma nova estratégia, a qual moldou-se ao mesmo tempo em que o cenário doméstico turco ia se alterando, passando a ser marcado por questões securitárias. No dia 20 de julho, apenas seis semanas depois da eleição, um ataque terrorista em Suruç matou 34 ativistas que estavam enviando ajuda humanitária para Kobane, o qual o governo afirmou ter sido cometido pelo EI. Nos dois dias seguintes, o PKK em novos ataques matou quatro soldados turcos, com o grupo afirmando que fora o Estado turco que permitira o ataque do EI (COŞKUN, 2015). A partir de então, o conflito entre o PKK e o governo turco voltou, com a mídia cobrindo o conflito extensivamente, agravando as preocupações securitárias do público (ÇARKOĞLU;

⁴¹ Cabe lembrar que a campanha do MHP se construiu em cima de um resultado já importante alcançado durante a eleição presidencial de 2014, quando Selahattin Demirtaş alcançara 9,8% dos votos, muito próximo da barreira parlamentar dos 10%. Além disso, a estratégia buscada pelo HDP nas eleições de junho foi construir uma coalizão diversa de eleitores sobre uma plataforma que enfatizava temas liberais e reformistas, com um tema anti-Erdoğan (YAVUZ; ÖSCAN, 2015). De fato, a campanha eleitoral do HDP teve como slogan “Nós não deixaremos você se tornar um Presidente”, uma clara mensagem ao desejo do líder turco mudar o sistema político do país para o Presidencialismo (COŞKUN, 2015).

⁴² A atitude do MHP durante as negociações sobre uma possível coalizão fez com que ficasse conhecido como o “partido do não”, tornando-se alvo de críticas por estar evitando responsabilidades durante um período crítico para o país. De fato, ao longo da campanha para as eleições de junho de 2015, o partido teve uma plataforma bastante anti-AKP. O MHP afirmava que o governo, em relação aos curdos, traçava uma política de concessões, afirmando que o AKP transformara uma questão de terrorismo em uma questão de identidade. Além disso, chegavam a afirmar que o governo estaria gradualmente dando espaço para a extinção da Nação Turca. Durante as negociações para uma possível coalizão, o MHP afirmou que nenhum outro partido aceitava suas demandas, as quais incluíam a integridade indivisível do Estado e seu território, a consolidação da estrutura política unitária e a moral na política (BALCI; BEKIROĞLU, 2015).

YILDIRIM, 2015). Em outubro, o maior ataque terrorista da histórica turca ocorreu em Ancara, contra um protesto que pedia o fim do conflito com o PKK. 102 pessoas morreram, incluindo políticos do HDP, e mais de 400 ficaram feridas. Erdoğan conseguiu de maneira bem-sucedida pintar o contexto de insegurança crescente como resultado da falta de um governo de partido único (ÇARKOĞLU; YILDIRIM, 2015).

O AKP também soube utilizar-se de uma crescente desconfiança para com o PKK e a postura que o HDP adotou uma vez no parlamento. Já desde o fim do cerco em Kobane, em 2014, o PKK havia reiniciado alguns atentados contra alvos policiais e de lideranças curdas contrárias ao grupo no sudeste da Turquia. Após sua vitória eleitoral, o HDP, entretanto, foi reticente e recusou-se a repudiar veementemente as ações violentas cada vez mais recorrentes dos ataques do PKK, grupo que, para Yavuz e Öscan (2015), encontrava-se exageradamente confiante dada a conquista do HDP. Além disso, diversos municípios governados pelo HDP chegaram a declarar autonomia frente à Ancara depois de junho, recusando-se a trabalhar com o governo central e repassar impostos – para desespero dos olhos dos nacionalistas turcos (YAVUZ; ÖSCAN, 2015). Diversas áreas no sudeste turco e na fronteira com a Síria se transformaram “em terra de ninguém, onde nem o Estado turco nem o sírio tinham muito controle, com guerrilhas curdas e islâmicas andando livremente entre a fronteira” (YAVUZ; ÖSCAN, 2015, p. 76)

O AKP, diante da situação, alardeava a piora na situação securitária do país, culpando principalmente o HDP por não conseguir controlar o PKK, pintando-o como “braço político do terrorismo”. De fato, para muitos eleitores de esquerda que votaram no HDP, o partido agora parecia ser puramente a frente política do PKK (YAVUZ; ÖSCAN, 2015). O AKP buscava, assim, também deslegitimar a ideia de que, a partir do momento em que os curdos fossem representados no parlamento através do HDP, o PKK não teria motivos para continuar realizando ataques – argumento que de fato foi muito utilizado pelo partido curdo até que chegasse ao parlamento e que, então, se provou errado⁴³ (COŞKUN, 2015). Além disso, parecia haver uma clara desconexão entre o PKK e o HDP, apesar desse último sempre ter procurado

⁴³ A campanha do HDP na eleição de junho enfatizou veementemente que assim que o partido conseguisse adentrar no Parlamento, a paz poderia ser estabelecida e que o PKK encerraria o conflito armado. Afirmava-se que um partido curdo forte como o HDP era a única forma de controlar o PKK (COŞKUN, 2015). Portanto, uma vez no Parlamento, ao não se distanciarem do PKK e não criticarem suas táticas terroristas, o HDP se deslegitimou. De fato, a estratégia do HDP no Parlamento continuou sendo de confronto com o AKP, com seus deputados afirmando que poderiam até trabalhar com o MHP, mas jamais com o AKP. A retórica nacionalista curda, combinada com os ataques do PKK, alimentaram tensões e mobilizaram eleitores ao redor do AKP (YAVUZ; ÖSCAN, 2015).

afirmar que poderia conter o grupo armado. Em diversas situações, o PKK humilhou publicamente o papel do HDP, enfraquecendo-o⁴⁴ (COŞKUN, 2015).

Nesse contexto, como apontam Çarkoğlu e Yildirim (2015, online),

A agenda política no país alterou-se dramaticamente entre junho e novembro, beneficiando consideravelmente o AKP. Mais de metade dos eleitores em pesquisas responderam que viam questões econômicas como o problema mais importante nos meses antes das eleições de junho. O terrorismo e a segurança nacional estavam apenas entre um a cada 10 entrevistados, e aqueles que apontavam a questão curda como um ponto importante na agenda estavam entre um a cada 20 pessoas. Antes das eleições de novembro, a agenda modificou-se. A presença do terrorismo triplicou nas respostas. Junto com a questão curda, o terrorismo tornou-se o tópico de maior preocupação – um a cada três eleitores. [...] A instabilidade política também passou a se tornar uma preocupação de um a cada 10 entrevistados. [...] [Portanto], a proeminência do terror e da segurança nacional e da instabilidade política parecem ter crescido às custas de questões sociais e econômicas.

Quando as eleições de novembro de 2015 ocorreram, a Turquia encontrava-se definitivamente marcada pela guerra contra o EI e contra o PKK. O AKP, que nas eleições anteriores sempre procurara cortejar os curdos para receber seus votos, passara a adotar um tom nacionalista e assertivo, focado em retomar os votos dos nacionalistas turcos às custas dos votos curdos – os quais o partido já considerava perdidos para o HDP (YAVUZ; ÖSCAN, 2015). Nesse período, Erdoğan declarou o fim da abertura curda, tendo acusado o HDP e o PKK de agirem de má fé. Além disso, o líder turco capitaneou a alteração na política externa vigente desde 2011 – conforme será melhor analisado logo a seguir. Grosso modo, colocou-se definitivamente contra o EI, mas também retomou o combate ao PKK dentro do país como parte da coalizão antiterrorista global (YAVUZ; ÖSCAN, 2015).

Cabe aqui também ressaltar que, depois de uma disputa dentro do AKP entre Erdoğan e Davutoğlu envolvendo questões de poder internas do partido, o ex-Ministro de Relações Exteriores foi marginalizado ao perder a disputa para o Presidente turco. Na mesma direção,

⁴⁴ Diversas declarações feitas pelos membros do HDP eram desacreditadas pelo PKK localizado no Iraque. Por exemplo, quando Demirtaş afirmou que não entraria em parceria com o AKP em nenhuma circunstância, líderes do PKK, como Murat Karayilan, afirmaram que isso era um ato infantil e que o HDP deveria se adequar ao novo balanço de poder surgido após junho de 2015. Já quando um parlamentar do HDP disse que aceitaria negociar, outro líder do PKK, Duran Kulkan, declarou que o HDP estava procurando tornar-se um partido da ordem vigente, desacreditando-o e apontando um constante embate entre o PKK e o partido curdo. Tais embates possivelmente ocorreram pelo temor por parte do PKK de que o HDP se sobrepusesse ao grupo armado como principal representante do movimento curdo na Turquia. Dessa forma, como maneira de manter-se em destaque e em uma posição de predominância na questão curda, o PKK tentava demonstrar que era independente e mais forte que o HDP (COŞKUN, 2015).

também foi em novembro de 2015 que assumiu como o novo Ministro das Relações Exteriores, Mevlüt Çavuşoğlu, mais alinhado com Erdoğan e representando uma centralização ainda maior do líder turco nas decisões de política externa – e não mais a influência direta de Davutoğlu nesse ministério (KEYMAN, 2017).

Analisando agora a implementação prática dessa estratégia nova, em julho de 2015, menos de um mês após a derrota na eleição, a Turquia finalmente cedeu aos EUA, juntando-se à coalizão contra o EI, permitindo o uso da base aérea em Incirlik e também iniciando ataques aéreos na Síria. Paralelamente, decretou oficialmente o fim do cessar-fogo que tinha sido estabelecido com o PKK, desde 2013, retomando efetivamente a guerra contra o grupo. Dessa forma, o governo turco decidiu como estratégia enfrentar simultaneamente as duas principais ameaças por ele percebidas – EI e PKK (YAVUZ; ÖSCAN, 2015).

Segundo a análise de Yavuz e Öscan (2015), tais mudanças tiveram como resultado a migração de votos de grupos nacionalistas turcos, os quais antes tendo votado no MHP, agora viam no discurso do AKP um sinal de estabilidade e segurança. Da mesma forma, até grupos liberais e de esquerda que, tendo antes votado no HDP, passaram a desconfiar de sua ligação com o PKK e migraram para o AKP. Como resultado desse novo discurso nacionalista e de um HDP balançado pelos novos ataques do PKK, a eleição de novembro de 2015 garantiu ao AKP 49,49% dos votos, quase 4,6 milhões a mais que em junho, obtendo 317 assentos no parlamento – de novo a maioria para governar sozinho. Enquanto isso, o HDP caiu para apenas 10,75% dos votos, pouco acima do mínimo necessário para entrar no parlamento, levando 59 assentos. O CHP manteve 25,31% dos votos, 134 assentos, e o MHP caiu para 10,75%, com 40 assentos (YAVUZ; ÖSCAN, 2015). Essa queda nos votos do HDP e do MHP reforçam a ideia de que foram eleitores desses partidos nas eleições de junho de 2015 que passaram a votar, em sua maioria, no AKP em novembro⁴⁵.

⁴⁵ Como colocam Yavuz e Öscan (2015), a vitória de novembro foi interpretada pelo AKP como um mandato pela estabilidade. Tais autores apontam que as quatro principais razões para mudança dos eleitores foram: 1) o medo, decorrente dos novos ataques do EI e do PKK contra alvos civis e do governo; 2) uma piora na situação econômica nos meses sem um governo estável, diferentemente do sucesso econômico dos anos AKP; 3) a percepção de irresponsabilidade e incompetência dos partidos de oposição, sobretudo o MHP que recusou uma coalizão e o HDP por não repudiar o terrorismo do PKK; e 4) a falha de intelectuais oferecerem alternativas ao AKP.

Figura 10 – Resultados comparados das eleições gerais de junho e novembro de 2015.
(Fonte: YAVUZ; ÖSCAN, 2015).

	June Elections			November Elections		
			Seats			Seats
AKP	18,867,411	40.9%	258	23,673,541	49.49%	317
CHP	11,518,139	25.0%	132	12,109,985	25.31%	134
MHP	7,520,006	16.3%	80	5,691,737	11.90%	40
HDP	6,058,489	13.1%	80	5,145,688	10.75%	59
Others	2,199,198	4.7%	0	1,322,429	2.5%	0

Diante dessa explicação doméstica do novo cenário turco e da retomada do governo de partido único do AKP, podemos nos debruçar com mais cautela sobre a alteração na política externa capitaneada pelo governo turco em 2015. Em relação às variáveis do modelo de Hermann (1990) para analisar essa mudança, conforme já explicitado, temos uma continuidade em relação à “ação do líder” e “burocracia”, mas diferença na “estrutura doméstica” e “conjuntura internacional” – sendo essa última representada pela presença de duas consideradas ameaças ao sul da fronteira turca: o PYD e o EI. Nesse contexto, foi a eleição de junho de 2015 o gatilho que fez com que a nova conjuntura levasse o governo turco à uma alteração na forma de atuação internacional. Classificamos como uma mudança de política externa no nível de “modificação de objetivo”, visto que desde então mudaram-se os fins buscados, deixando de lado a liderança regional pautada pelo modelo político do país, passando a focar-se na contenção das ameaças assim interpretadas pelo governo AKP.

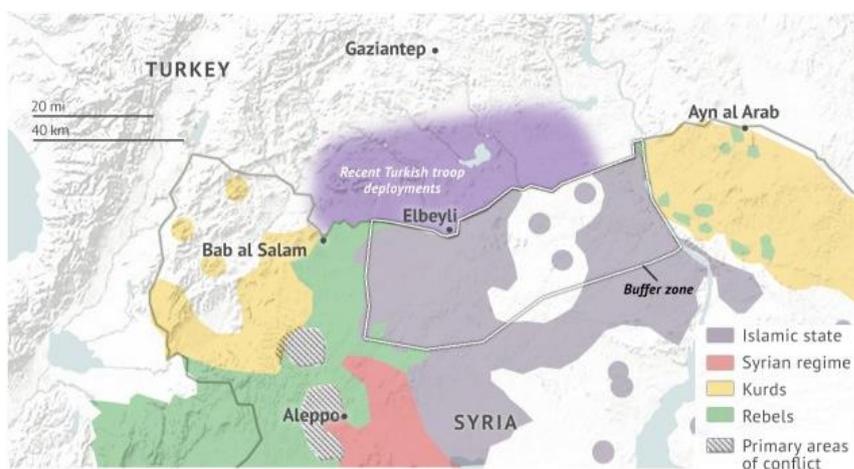
Em termos concretos, o principal resultado dessa alteração é que a letargia com que Ancara encarava os novos desafios na região foi rompida, passando-se a assumir uma postura confrontacionista e assertiva novamente, agora em relação ao embate contra o PKK e o EI. De fato, essa nova estratégia do AKP traduziu-se, sobretudo, em duas principais ações: primeiro, pleiteou-se a implementação de uma “zona tampão” na Síria, ainda em 2015; depois, frente à avanços do PYD em 2016, a Turquia realizou sua primeira intervenção militar terrestre direta em solo sírio – um marco para o país que desde o fim do Império Otomano abstinha-se de envolvimento diretos terrestres no Oriente Médio.

Em relação à proposta da zona tampão, ainda em julho de 2015, tão logo Ancara decidiu por combater o EI e o PKK e juntar-se à coalizão dos EUA, o governo turco passou a pleitear junto à OTAN o estabelecimento de uma região 40km para dentro da Síria, a partir da fronteira turca, que poderia servir para agrupar a oposição contra Assad e reassentar os refugiados do conflito. As Forças Armadas turcas seriam as responsáveis pela criação e manutenção da zona, desde que contassem com o apoio militar da aliança militar e com a imposição de uma zona de exclusão aérea sobre o território (BERNARD; GORDON; SCHMITT, 2015).

A despeito da explicação oficial, a escolha do traçado para a imposição da zona tampão mostra que essa também serviria ao propósito de conter a expansão curda – uma das principais ameaças percebidas pelo governo desde então. A presença de forças turcas entre os cantões orientais de Jazira e Kobane e o cantão ocidental de Afrin seria um empecilho concreto para evitar o surgimento de uma região curda unificada pelas mãos do PYD, conforme é evidenciado na Figura 11 abaixo.

Figura 11 – Proposta de zona tampão turca na Síria e regiões curdas.

(Fonte: STRATFOR, 2015a).



O plano turco, entretanto, não recebeu apoio da OTAN, visto que essa também teria que tomar parte na aplicação da zona aérea, o que poderia ser visto como uma ação unilateral de demonstração de força. Além disso, em setembro de 2015, em menos de dois meses da entrada da Turquia na coalizão e da ideia da zona tampão voltar a ser debatida, o governo russo, aliado de Assad, iniciou ataques aéreos na Síria – o que poderia, agora, envolver a OTAN em problemas com Moscou.

A entrada da Rússia no conflito de fato breiou por hora os planos intervencionistas turcos e tornou mais complexa a equação para que a Turquia pudesse manobrar externamente. A situação tornou-se ainda mais tensa em 24 de novembro de 2015, quando os turcos derrubaram um caça russo, levando a um declínio nas relações bilaterais entre Moscou e Ancara. Em fevereiro de 2016, o Ministro de Defesa russo teria formalmente acusado a Turquia de estar preparando uma invasão militar na Síria, fazendo com que, uma semana mais tarde, o Primeiro-Ministro Russo, Dmitri Medvedev, alertasse os turcos que uma intervenção por forças estrangeiras na Síria poderia desencadear uma guerra mais ampla – um claro sinal à Turquia e à OTAN (MUFTI, 2017).

Se não bastasse esse tencionamento, os russos também passaram a flertar com o PYD, para o temor turco. Um membro do Parlamento russo alertara que Moscou tinha capacidade de

prover o PKK e o PYD com mísseis portáteis individuais, sendo que, em 13 de maio de 2016, um helicóptero Cobra da Turquia foi efetivamente derrubado por um desses mísseis, disparado por um membro do PKK (MUFTI, 2017). Além disso, o HDP e o PYD souberam aproveitar-se de tal oportunidade geopolítica. Tanto Demirtaş, pelo HDP, quanto Salih Muslim, pelo PYD, visitaram Moscou em dezembro de 2015, tendo reuniões com o governo russo, as quais levaram à abertura de uma representação oficial do PYD na capital russa em fevereiro de 2016 (MUFTI, 2017).

Ao mesmo tempo em que a situação com a Rússia piorou, a relação com os EUA seguia tensa, visto que esses também mantinham a cooperação com o PYD na luta contra seu inimigo comum, o EI. Ainda no início de 2016, relatórios da Agência de Inteligência turca revelaram que duas bases aéreas dos EUA estavam em construção nos cantões curdos, ao leste. Além disso, em fevereiro de 2016, fotos foram publicadas de forças especiais americanas em território curdo, utilizando em seus uniformes a insígnia do PYD (MUFTI, 2017). A situação fez com que Erdoğan publicamente questionasse a aliança com os EUA, perguntando se a administração Obama estaria agora fazendo parcerias com terroristas. O líder turco, posteriormente, seguiu afirmando que os EUA não mantinham suas promessas para com a Turquia em relação à contenção do PYD, com Erdoğan chegando a firmar que seu governo não poderia mais contar com ninguém e que teria de perseguir seus interesses por si próprio (MUFTI, 2017).

Efetivamente, ainda que as tensões com a Rússia e com os EUA tivessem impedido à aplicação do plano turco de criar uma zona tampão, o AKP não abandonou sua estratégia. No dia 24 de agosto de 2016, a Turquia de fato agiu de maneira autônoma e realizou sua primeira intervenção militar terrestre direta na Síria em resposta aos avanços do PYD nesse território – a chamada Operação Escudo do Eufrates (MUFTI, 2017). O ponto de inflexão ocorreu depois do PYD atravessar para o leste do Rio Eufrates e tomar a cidade síria de Manbij, duas semanas antes, avançado em direção à conexão dos cantões curdos do leste com aqueles do oeste – avanço que pode ser notado na Figura 9, exposta anteriormente (DICLE, 2016; GURCAN, 2016).

Para Mufti (2017), a intervenção turca ocorreu em um contexto em que o governo em Ancara percebia não haver mais nenhuma perspectiva de coordenação significativa com a administração Obama, prestes a encerrar. Portanto, adotando uma postura pragmática e autonomista, o governo AKP preparou o terreno através de um *reset* com a Rússia. Erdoğan enviou uma carta de desculpas pela derrubada do caça russo à Moscou em 27 de junho de 2016, levando à uma melhora imediata nas relações. Depois, tendo sobrevivido à tentativa de golpe

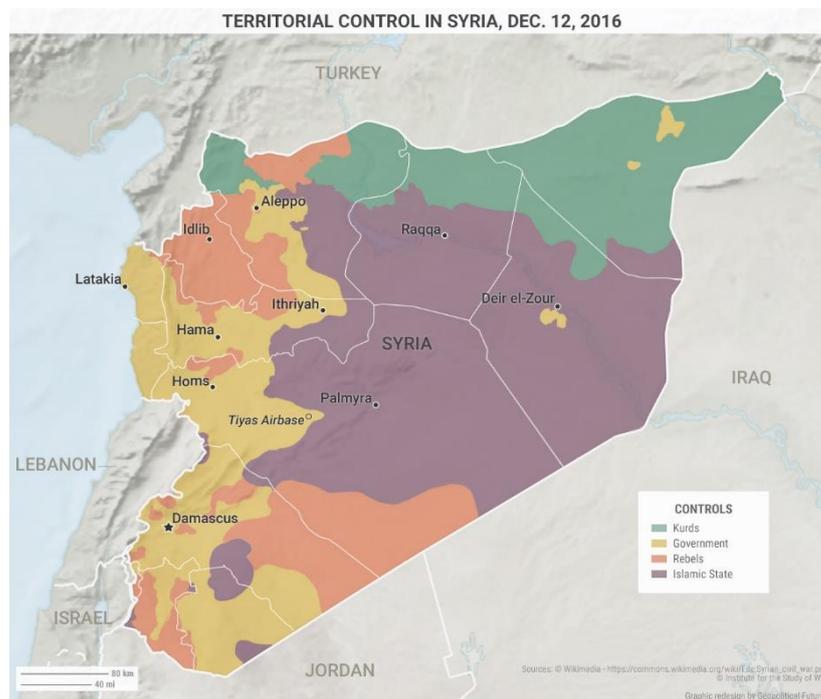
em julho de 2016⁴⁶, o Presidente turco foi à Moscou, em 9 de agosto, onde negociou com Putin. Diversas análises, como aponta Mufti (2017), apontam para que esse foi o momento em que Erdoğan avisara e negociara a Operação Escudo do Eufrates com os russos – possivelmente afirmando que em troca de poderem bloquear a expansão curda no norte sírio, os turcos se comprometeriam a não avançar contra as posições ao norte controladas por Assad.

Dessa forma, utilizando forças especiais e veículos blindados e com a ajuda de mais de mil soldados do Exército Sírio Livre (ESL), o governo turco expulsou da cidade síria de Jarabulus, na fronteira da Turquia, forças do EI. A proposta da zona tampão de 2015 estava sendo posta em prática. Com a operação militar, o grupo radical islâmico perdeu a última cidade que ainda estava sob seu controle ao longo da fronteira turca. A operação turca avançou até a cidade de A'zaz, criando uma barreira concreta entre os cantões curdos e Afrin no oeste e Kobani no leste (DICLE, 2016; GURCAN, 2016). Tal avanço pode ser percebido na Figura 12, abaixo, que aponta para a distribuição de forças no território sírio no final de 2016. A cor vermelha, representada como rebeldes, no norte da Síria é composta de forças do Exército Sírio Livre e de soldados da própria Turquia.

⁴⁶ No dia 15 de julho de 2016, uma tentativa de golpe foi posta em prática por oficiais das Forças Armadas, ligados ao Hizmet. Os militares procuraram cercar importantes pontes, estações de televisão, aeroportos e o quartel da polícia em Istambul, utilizando, inclusive, caças para bombardear o Parlamento e a Agência de Inteligência Nacional em Ancara. O Presidente turco, um dos alvos da tentativa de golpe, conseguiu escapar do hotel onde estava de férias em Marmaris, que também fora alvo dos golpistas. Erdoğan, já tendo escapado, utilizou-se da rede nacional e da Internet para avisar sobre a tentativa de golpe e convocou a população para ir às ruas, que de fato o fez. Avistava-se em Istambul massas colocando-se contra os tanques e os soldados golpistas. 240 pessoas morreram naquela noite, mas o golpe foi evitado – algo inédito na histórica turca; e algo que Erdoğan soube utilizar muito bem para impulsionar sua popularidade e decretar, mais uma vez, o fim dos golpes militares no país. Até hoje está sendo debatido se os militares ligados ao Hizmet agiram de maneira autônoma ou sob ordens do líder do movimento nos EUA, Fethullah Güllen. De qualquer forma, Erdoğan demanda a extradição de Güllen para que seja julgado na Turquia, enquanto o governo dos EUA afirma que o fará somente quando Ancara prover provas de que, de fato, ele esteve envolvido na tentativa de golpe, visto que o governo americano teme que o líder do Hizmet possa não receber o processo jurídico adequado devido à sua ferrenha oposição ao Presidente turco. Como resultado da tentativa de golpe, Erdoğan utilizou-se desse pretexto para limpar da burocracia e das universidades todos aqueles que ainda eram ligados ao Hizmet, realizando, portanto, um expurgo em larga escala que liquidou a oposição ao seu governo dentro dos círculos burocráticos, solidificando ainda mais o controle do AKP e de Erdoğan sobre essas instituições. Mais de 120 mil juízes, professores, policiais e empregados públicos foram suspensos ou demitidos, com outros 40 mil presos (SALT, 2016; YAVUZ; KOÇ, 2016).

Figura 12 – Controle territorial na guerra síria, em dezembro de 2016.

(Fonte: SHAPIRO, 2016).



Nota-se que, ainda que a estratégia turca tenha combatido o EI, a investida contra Jarabulus – que estava há muito tempo controlada pelo EI – só ocorreu quando o PYD tomou Manbij. Nesse sentido, a Operação Escudo do Eufrates foi, oficialmente, uma intervenção militar não apenas para expulsar o EI da fronteira turca, mas também para enviar um sinal às unidades curdas de que sua expansão não seria permitida pelo governo em Ancara. Nas palavras do Ministro de Relações Exteriores turco, Mevlüt Çavuşoğlu, “Nosso objetivo é expulsar o Daesh [EI] da nossa fronteira. Mas as forças das YPG [...] devem se retirar para o Leste do Rio Eufrates. Se não o fizerem, a Turquia fará o que for preciso” (GURCAN, 2016, online).

O governo em Washington, pego de surpresa pela ação turca e coordenação com a Rússia, procurou ainda exercer algum tipo de controle e resolveu então prover apoio aéreo às forças turcas enquanto essas tomavam Jarabulus. Para Mufti (2017), o principal objetivo dos EUA dentro dessa situação passou a ser evitar um confronto total entre a Turquia e o PYD, cujo líder, Salih Muslim, avisara pelo Twitter que o governo turco “adentrara em um pântano onde seria derrotado”. Para isso, não apenas o então Vice-Presidente dos EUA, Joe Biden, esteve presente na Turquia quando Erdoğan decretou o início da Operação, como o líder americano declarou que o PYD deveria recuar para o leste do Eufrates caso não quisesse perder o apoio dos EUA – ameaça que, na verdade, nunca se concretizou, nem mesmo com a administração de Donald Trump.

Tendo explicitado os principais contornos da nova política externa turca a partir de 2015, cabe realizar uma última e breve análise de suas características antes da finalização desse trabalho. Nesse sentido, o trabalho de Keyman (2017) traz um exame dessa alteração em 2015, comparando-a com o período anterior, entre 2011-2015 – aproximando-se, portanto, do próprio objetivo dessa dissertação.

Segundo esse autor, há, de fato, “um *reset*” em 2015, o qual envolve uma ruptura em vez de continuidade com o que ele chama de Era Davutoğlu, qual seja o período entre 2002-2015. A política externa capitaneada desde então por Erdoğan e o novo Ministro, Çavuşoğlu, baseia-se numa ênfase muito maior das capacidades militares turcas, com foco em seu poder duro (*hard power*) em vez de seu poder brando (*soft power*) – o modelo político – como sempre fizera Davutoğlu (KEYMAN, 2017).

De acordo com a análise de Keyman (2017), essa mudança é, em grande medida, a forma escolhida pelo governo turco de responder a um ambiente externo muito mais negativo para a atuação da Turquia – ou seja, dialogando com a ideia de que a variável “conjuntura internacional” de Hermann (1990) de fato passou por mudanças significativas. Diferentemente do período entre 2002-2010, quando o ambiente da Guerra ao Terror dos EUA possibilitou uma proatividade turca que mesclava Islã, democracia e secularismo, com destaque para a atratividade de seu modelo político, o período inaugurado pelas revoltas árabes viu nascer um ambiente externo mais inseguro para a Turquia. O país não pode – e nem tentou – ficar imune ao tabuleiro de disputas que as revoltas se tornaram.

A forma como essas evoluíram, porém, com a perpetuação e radicalização das guerras na Síria e no Iraque, junto do surgimento do EI e a interferência da Rússia, fez com que desafios securitários novos surgissem para Ancara. Para Keyman (2017), o impacto dessas crises foi multiplicado e acentuado por duas questões domésticas: primeiro, o fortalecimento do PKK graças ao PYD – quando o externo se encontrou com o interno –, e, posteriormente, reforçando a nova política externa, a tentativa de golpe de julho de 2016. Essa nova política externa a partir de 2015, portanto, seria a forma escolhida para lidar com esse novo ambiente de crises e ameaças à segurança do país, conforme percebidas pelo governo AKP (KEYMAN, 2017).

A estratégia escolhida, já narrada aqui em termos empíricos, seria, de acordo com Keyman (2017), definida por três principais pilares, distintos daqueles da Era Davutoğlu: proatividade seletiva; ênfase no poder militar; definição clara de prioridades. Em relação ao primeiro ponto, os primeiros quinze anos do governo AKP testemunharam um engajamento global da Turquia – uma proatividade multidimensional (KEYMAN, 2017), com o país discutindo e participando de diversos fóruns globais e realizando investimentos diplomáticos e

econômicos nas mais diversas regiões do globo. Hoje, a proatividade turca estaria focada no tabuleiro do Oriente Médio, sobretudo na questão da Síria.

Além disso, a ênfase no poder brando foi substituída por uma ênfase nas capacidades militares do país como forma de responder às ameaças securitárias por ele enfrentadas. O trabalho de Mufti (2017) corrobora tal ponto: uma pesquisa feita em 2016 em alguns países do Oriente Médio concluiu que, antes vista em grande auto estima por todos os países árabes, agora a Turquia sofrera um declínio em termos de perspectivas favoráveis em todos os países onde a pesquisa foi conduzida. Apesar do declínio generalizado, apenas na Jordânia e no Líbano o país ainda era bem-visto por mais de 50% da população. Já no Iraque e no Egito, 70% da população agora via a Turquia com maus olhos (MUFTI, 2017). Há, portanto, uma erosão das credenciais do modelo político turco dada à nova agressividade do país na região e sua ênfase nas capacidades militares. Como coloca Keyman (2017), o papel da Turquia passou a ser mais percebido em termos securitários que em termos de economia, cultura, identidade ou democracia.

Por fim, o país passou a ter uma clara escolha de prioridades em sua política externa, deixando de lado o que Keyman (2017) chama de globalização ativa dos primeiros anos do governo AKP. Agora, o mais importante era assegurar a segurança do governo e a integridade territorial do país – postura bastante distinta, sobretudo em termos desse último ponto, do início da Era AKP. A ênfase agora recai sobre questões de segurança e negociações envolvendo as potências com poder de influência no destino da região – Rússia, Irã, Arábia Saudita e EUA. As prioridades ocuparam o espaço, portanto, de um ativismo generalizado no palco global (KEYMAN, 2017).

Diante dessa abordagem analítica e dos fatos empíricos aqui narrados, parece não haver dúvida que há uma inflexão muito significativa a partir de 2015. A Operação Escudo do Eufrates é o maior símbolo desse novo momento da política externa turca, mais autônoma e assertiva militarmente.

De fato, após o controle das primeiras cidades no norte sírio, a Operação moveu-se contra a cidade de al-Bab, então ainda no controle do EI, localizada entre os cantões de Kobani e Afrin, lugar estratégico para que a Turquia prevenisse a conexão curda. Paralelamente a isso, em 22 de novembro de 2016, uma corte turca emitiu um mandado de prisão contra Salih Muslim, o líder do PYD. Se não bastasse isso, uma série de negociações entre turcos, russos e iranianos – sem os EUA – levaram à evacuação das forças rebeldes da cidade síria de Aleppo em dezembro de 2016, a qual depois foi tomada pelo regime de Assad. Como aponta Mufti (2017), o ano de 2016 se encerrou com claras demonstrações do pragmatismo e da autonomia

turca: enquanto a Operação Escudo do Eufrates avançava contra al-Bab e o EI, erma aviões da Rússia que estavam ajudando na conquista da cidade. Não há mais clara evidência dessa nova atuação internacional turca a partir de 2015 que essa situação na Síria recém-descrita.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como proposta compreender por que a Turquia alterou sua política externa a partir de 2011 para o Oriente Médio diante das revoltas árabes e do novo contexto internacional que se descortinava. Além disso, procuramos analisar de que maneira a atuação internacional turca modificou-se nesse momento, procurando perceber quais eram os objetivos buscados pelo governo AKP desde então. À medida que o trabalho se desenvolveu, percebeu-se que, além de 2011, o ano de 2015 também testemunhou mais uma significativa alteração na política externa da Turquia, fazendo com que especial atenção também fosse dada a esse momento.

Dessa forma, os objetivos aqui propostos foram cumpridos enquanto verificou-se as hipóteses elencadas no início desse trabalho, sobretudo através das análises produzidos no capítulo 4 e 5. Ademais, o especial foco na questão da relação com os EUA enquanto se analisa o nível internacional, bem como o foco na questão curda ao jogar luz sobre os níveis regional e doméstico, mostrou-se acertado, na medida em que pareceu-se comprovar o peso desses pontos específicos no total das variáveis que agiram para mudar a política externa turca.

Quando se analisou o período de 2011, destacou-se o peso que os EUA deram, traduzido em apoio à Turquia para que ela agisse mais livremente na região de maneira a assertivamente apoiar grupos que poderiam emular seu modelo político. Portanto, buscamos comprovar a hipótese de que a alteração na política externa de 2011 ocorreu devido a mudanças na variável “conjuntura internacional”, sendo o principal gatilho para tanto a eclosão das revoltas árabes, mas sendo possível graças ao procurado desengajamento dos EUA do Oriente Médio e consequente apoio aos aliados locais para que assumissem responsabilidades regionais. De maneira clara, essa nova política externa a partir de 2011 também só foi possível graças às reformas que o governo AKP implementou ao longo de sua primeira década no poder, sobretudo o dismantelamento da tutela militar, que consolidou o poder nas mãos dos governantes eleitos. É nesse novo cenário que o modelo político turco, reforçado pelas vitórias eleitoras e reformas democráticas do AKP, junto do crescimento econômico do país, se transformou na base de sustentação da pretensa liderança regional buscada a partir de então no Oriente Médio.

Já no período de 2015, ficou extremamente claro que o ponto fundamental a preocupar o governo AKP era a questão curda, sobretudo quando os ganhos do PYD na Síria – ao lutar contra o EI e se aproximar dos EUA – encontraram os ganhos do HDP no tabuleiro doméstico turco com a eleição de junho de 2015. Portanto, procuramos demonstrar que, novamente,

alterações na variável “conjuntura internacional” – quais sejam a autonomia curda na Síria e a ascensão do EI – forçaram a um *reset* naquela política buscada desde 2011. Surgia um cenário externo agora adverso – não mais propenso à influência turca como quando as revoltas árabes estouraram – em paralelo a um contexto doméstico onde o AKP, depois de mais de uma década, começava a ver sérias ameaças à sua manutenção no poder. Dessa forma, o governo turco optou por uma nova estratégia cuja tradução em política externa consistiu em uma atuação centrada em questões securitárias, com foco no poder militar do país – e não mais em seu modelo político – e procurando priorizar a resolução dos problemas advindos da guerra na Síria, sobretudo a questão curda – tanto externa, referente ao PYD e o EI, quanto interna, referente ao PKK.

Referente a esses dois pontos principais apontados – relação com EUA e questão curda –, percebemos que em 2011 a problemática dos curdos ainda era tratada de maneira inovadora pelo AKP, com a Abertura Democrática e depois o Processo de Reconciliação. Dessa forma, à época, o principal peso sistêmico e regional para a nova atuação turca foi a excelente relação com o governo Obama e o apoio de Washington para que a Turquia agisse livremente no novo Oriente Médio. Essa relação, contudo, sublimou e perdeu peso na política externa turca na medida em que desavenças passaram a ocorrer – quando da ascensão do EI e da autonomia curda. Os dois aliados, membros da OTAN, passaram a divergir quanto às principais ameaças a serem enfrentados: enquanto Ancara priorizava o controle ao PYD, Washington focava suas atenções em lutar contra o EI. Dado o desenrolar do conflito e o crescente poder de manobra curdo, em 2015 é a questão curda que mais importa para a Turquia – a ponto de marginalizar e alienar de seus cálculos de poder as pressões de Washington. O resultado foi que, para lutar contra o que considerava sua principal ameaça, o governo AKP não hesitou em confrontar e discordar dos EUA por inúmeras vezes, preferindo agir de maneira autônoma.

Cabe também apontar que o período analisado traz importantes constatações no que tange à estrutura política da Turquia. Como apresentado desde o início dessa dissertação através do trabalho de Fuller (2008), três sempre foram os problemas atravessados pelos governos e sociedade turca. O primeiro deles dizia respeito à tutela dos militares sobre a política – e, grosso modo, da elite Kemalista como um todo –, ao passo que o segundo consistia da percepção do Islã como ameaça à República Turca, e o terceiro dizia respeito à resolução da questão curda no país.

Percebemos que o governo AKP teve mais sucesso em atacar o primeiro problema destacado e, de certa forma, o segundo. As reformas empreendidas pelo novo governo foram capazes de dismantlar os privilégios institucionais que as Forças Armadas detinham, diminuindo a capacidade prévia desses atores de influenciarem nas decisões dos governos

eleitos. O *establishment* Kemalista, portanto, teve de dar lugar a proeminência das decisões civis, que passaram a ser os reais formuladores e implementadores das políticas governamentais – algo que não ocorria antes na política turca. Paralelamente, essas reformas, junto do crescimento econômico do período, levaram às sucessivas vitórias eleitorais do AKP, fazendo com que o partido que representa o *establishment* Kemalista não mais consiga atrair eleitores suficientes para vencer eleições. Há, assim, um cenário diametralmente oposto entre quando o AKP entrou no poder e agora: contemporaneamente, esse é o partido central no sistema turco, diferente do passado, quando o centro nevrálgico da política no país era a elite Kemalista.

Por outro lado, ao assumir o governo e aceitar as regras do jogo democrático e o pilar da República Turca, o secularismo, o AKP também gradualmente desmantelou a imagem de que um partido islâmico traria fim às credenciais democráticas e republicanas do país. De fato, uma parcela significativa da população turca finalmente se viu representada em seu governo – o que, junto dos sucessos do AKP, explica o continuado apoio de seu eleitorado fiel. Entretanto, cabe apontar que a evolução da cena doméstica turca, com o governo AKP cada vez mais reprimindo seus opositores e diminuindo a capacidade dos atores de expressarem livremente suas opiniões e vocalizarem discordâncias ao governo, faz com que a democracia no país esteja sendo abalada. Ressalta-se, contudo, que é o autoritarismo e a repressão do governo, e não suas credenciais islâmicas, que vem manchando o modelo político turco, até então extremamente bem quisto na região e no mundo.

Finalmente, no que tange o problema estrutural da questão curda, vimos que esse é o ponto que não conseguiu ser resolvido pelo AKP, ainda que em seus primeiros anos tenha sinalizado o oposto. Suas primeiras eleições e vitórias democráticas demonstravam o apoio curdo ao partido e a esperança de que as promessas de Erdoğan de uma resolução pacífica e democrática desse antigo problema podiam se concretizar. De fato, as iniciativas iniciais do AKP foram um rompimento em relação às abordagens dos governos turcos anteriores. Nunca antes na história do país um governo eleito havia publicamente afirmado que a questão curda era um problema, muito menos havia procurado criar uma estratégia de negociações e ampliação dos direitos dos curdos, a qual chegou a envolver negociações com o líder do PKK pelo seu desarmamento e participação na vida política da Turquia.

Entretanto, diante das falhas e dificuldades desse processo de paz, somados à um cenário doméstico permeado pelas manifestações de 2013 e do combate aberto com o Hizmet, a guerra na Síria e a consequente autonomia dos curdos desse país fez com que o ineditismo das abordagens do AKP fosse revertido. Quando o PYD mostrou-se capaz de ser um aliado importante aos EUA, conquistando territórios e lutando contra o EI, o movimento curdo como

um todo fortaleceu-se, incluindo o PKK e o HDP. As vitórias curdas na Síria e o estagnado processo de paz na Turquia, de um governo cada vez mais acusado de corrupção, levou ao marco histórico de um partido curdo ser eleito ao parlamento turco – quando o governo AKP pela primeira vez perde sua maioria para governar. Esse foi o gatilho necessário para o AKP oficialmente reconhecer os curdos como a maior ameaça que o país enfrentava, fazendo com que, desde então, a estratégia para com a questão curda voltasse a ser a velha fórmula da repressão e combate armado. Depois de tantas transformações, o final do ano de 2016 demonstrou um governo AKP extremamente engajado na luta com o PKK e o PYD, chegando mesmo a dialogar com setores das Forças Armadas que antes eram os antigos antagonistas ao AKP.

Em relação às vocações de política externa, conforme apresentados pelo trabalho de Robins (2007) no início dessa dissertação, vemos que, de fato, a tradição Islamista hoje é predominante em relação à tradição Kemalista. O alinhamento automático com os EUA, o sentimento de pertencimento exclusivo ao Ocidente e o não envolvimento com o Oriente Médio cederam lugar de maneira bastante definitiva na atuação internacional turca. Em seu lugar, consolidou-se uma atuação condizente com a teoria da tradição Islamista: o pragmatismo tornou-se a palavra de ordem, com a Turquia sabendo manobrar muito bem entre as demandas e necessidades do Ocidente, da Rússia e do Oriente Médio. Não mais definiu-se a identidade do país como pertencente a uma só região, passando a se reconhecer a importância da Turquia no Oriente Médio. Mais do que isso, o governo turco pareceu definir que é através de uma atuação relevante nessa região que a Turquia poderia ter maior voz no cenário global – como há muito já pregava Davutoğlu.

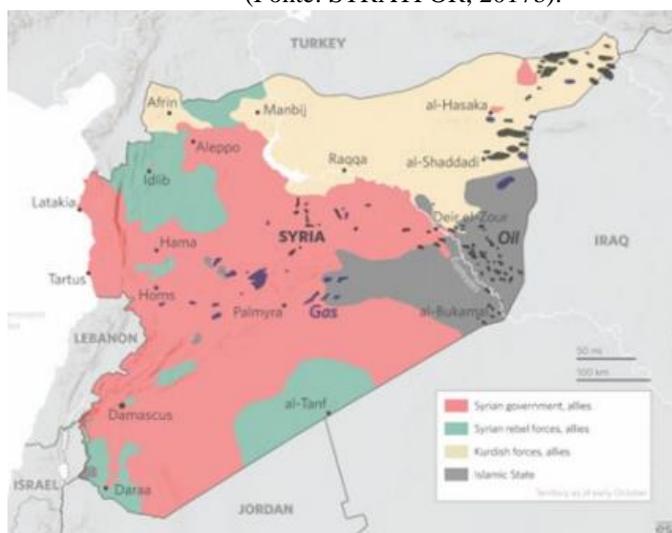
Novamente, ainda que os fatos aqui descritos e estudados tenham sido observados através de uma noção de processo, optamos por encerrar as análises próximo do fim do ano de 2016. Não apenas esse foi o ano em que se iniciou a Operação Escudo do Eufrates e a primeira intervenção militar direta turca na Síria, marco da atuação internacional turca a partir de 2015, como é o momento em que se encerra a administração Obama. Acreditamos que cabe analisar com mais cautela de que maneira esses dois novos fenômenos vão interagir no Oriente Médio: a nova administração Trump e a assertividade militar inédita turca na região.

Da mesma forma, mais ainda que a interação da nova postura da Turquia com o governo Trump, é a questão curda que mais demanda futuros estudos e análises. Ficou claro através dessa dissertação que essa é a variável fundamental na formulação da política externa turca, em termos de maiores ameaças compreendidas pelo governo. Da mesma maneira, o movimento curdo, compreendido como dinâmica transnacional, tende a ser fundamental nas definições

futuras acerca da ordem e estabilidade no Oriente Médio, sobretudo na Síria. Portanto, melhor compreender os diferentes segmentos do movimento curdo, dentro da Turquia, da Síria e do Iraque, e como esses interagem entre si e com as potências regionais extrarregionais, faz-se mister para compreender também o futuro da região.

Os acontecimentos ao longo de 2017 apenas corroboram a crescente interação existente entre a questão curda, a política externa da Turquia e o governo dos EUA – bem como a relevância dessas dinâmicas. Os primeiros meses da nova administração em Washington foram marcados, pelo lado turco, pela expectativa de convencer o governo americano a diminuir seu apoio aos curdos. De fato, a principal questão envolvia a decisão de armar os curdos sírios a fim de utilizar-se dessas forças na investida final contra a capital do EI, Raqqa, dada a proximidade dessa cidade síria dos cantões curdos de Rojava. De fato, quando Trump ligou para Erdoğan, ainda em fevereiro, o Presidente turco ofereceu que as forças turcas poderiam ajudar na tomada da capital do EI, afirmando que Trump não mais precisaria do PYD (FAHIM; DEYOUNG, 2017).

Figura 13 – Controle territorial na guerra síria, em outubro de 2017.
(Fonte: STRATFOR, 2017b).



Apesar de adiada a decisão, em maio, a administração Trump decidiu por autorizar o Pentágono a prover armas aos curdos para que estes fossem a principal força terrestre na batalha por Raqqa. Com o novo armamento, composto de armas leves, munição, armas antitanque e metralhadoras pesadas, a operação contra a capital do EI na Síria iniciou-se em junho, tendo sido encerrada em outubro de 2017, com a expulsão do grupo radical islâmico de lá (KAYAOGLU, 2017). Conforme a Figura 13, acima, o resultado é que, naquele mês, as forças curdas já haviam consolidado uma expansão bastante significativa na Síria e seu poder de barganha cada vez mais se tornava uma realidade.

A decisão de Trump, dessa forma, foi um golpe às pretensões de Erdoğan de afastar Washington do PYD. Além disso, os resultados em termos políticos da libertação de Raqqa por parte dos curdos ainda está em aberto, a ver quais serão as demandas depois de iniciada a reconstrução. Está em jogo, portanto, grande parte do futuro da Síria e da política externa turca daqui em diante. Para além das questões regionais, outro desenvolvimento de suma importância na Turquia foi o referendo que teve como resultado a adoção do Presidencialismo no país a partir de 2019, o que pode significar ainda mais concentração na mão do Presidente turco quando esse for implementado.

Por fim, conclui-se tal trabalho com a percepção cada vez mais consolidada de que a Turquia se estabeleceu, nos últimos anos, como um dos atores políticos mais relevantes no tabuleiro do Oriente Médio, quebrando paradigmas há décadas estabelecidos. Diante do advento das revoltas árabes, a atuação internacional do governo AKP alterou-se de modo a consolidar o país como peça chave no tabuleiro da guerra síria. As decorrências do conflito, principalmente a autonomia curda, transformaram essa guerra em uma das principais preocupações turcas, a ponto de, em 2015, isso ter causado uma nova inflexão na política externa turca. Apesar dessa nova postura internacional de Ancara, o conflito sírio está longe de ser resolvido, bem como a questão curda; há, portanto, muito ainda a se discutir e analisar ao longo desse processo de reencontro da Turquia com o Oriente Médio.

REFERÊNCIAS

- AHMAD, Feroz. **The Making of Modern Turkey**. London: Routledge Press, 1993.
- ALESSANDRI, Emiliano. Democratization and Europeanization in Turkey After the September 12 Referendum. **Insight Turkey**, v. 12, n. 4, 2010, p. 23-30.
- ALIRIZA, Bulent; ARAS, Bulent. **U.S.-Turkish Relations**: A review at the beginning of the third decade of the post-Cold War era. Center for Strategic & International Studies, november 2012. Disponível em: <http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/11/Aliriza_Aras_USTurkishRelations_Web.pdf>.
- ALTUNIŞIK, Meliha Benli. The Possibilities and Limits of Turkey's Soft Power in the Middle East. **Insight Turkey**, v. 10, n. 2, 2008, p. 41-54.
- ARAS, Bülent. The Davutoğlu Era in Turkish Foreign Policy. **Insight Turkey**, v. 11, n. 3, 2009, p. 127-142.
- ATASOY, Seymen. The Turkish Example: a model for change in the Middle East? **Middle East Policy**, v. 18, n. 3, fall 2011.
- ATAY, Tayfun. The Clash of 'Nations' in Turkey: Reflections on the Gezi Park Incident. **Insight Turkey**, v. 15, n. 3, 2013, p. 39-44.
- AYDIN, Ertan. Turkey's Last Electoral Rite of Passage for a Post-Stress Democracy. **Insight Turkey**, v. 16, n. 3, 2014, p. 7-14.
- AYOOB, Mohammed. The Arab Spring: Its Geostrategic Significance. **Middle East Policy**, v. 19, n. 3, fall 2012.
- BALANCHE, Fabrice. **Rojava's Sustainability and the PKK's Regional Strategy**. The Washington Institute for Near East Policy, 24 august 2016. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/rojavas-sustainability-and-the-pkks-regional-strategy>>.
- BALCI, Şükrü; BEKIROĞLU, Onur. The MHP's Lost Coalition Opportunity: Political Communication, Discourse and Strategies in the June and November 2015 Elections. **Insight Turkey**, v. 17, n. 4, 2015, p. 209-230.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BARFI, Barak. **Ascent of the PYD and the SDF**. The Washington Institute for Near East Policy, Research Notes, n. 32, april 2016. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/ResearchNote32-Barfi.pdf>>.
- BARKEY, Henri J. **Erdogan's Foreign Policy Is in Ruins**. Foreign Policy, 4 february 2016. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2016/02/04/erdogans-foreign-policy-is-in-ruins/>>.

BARKEY, Henri J.; FULLER, Graham E. **Turkey's Kurdish Question**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1998.

BAYAT, Asef. Arab Revolts: Islamists aren't coming! **Insight Turkey**, Vol. 13, no. 2, 2011, p. 9-14.

BERNARD, Anne; GORDON, Michael R.; SCHMITT, Eric. **Turkey and U.S. Plan to Create Syria 'Safe Zone' Free of ISIS**. The New York Times, 27 July 2015. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2015/07/28/world/middleeast/turkey-and-us-agree-on-plan-to-clear-isis-from-strip-of-northern-syria.html?_r=1>.

BISHKU, Michael B. Turkish-Syrian Relations: A Checkered History. **Middle East Policy**, v. 19, n. 3, fall 2012.

BOZDAĞLIOĞLU, Yücel. Modernity, Identity and Turkey's Foreign Policy. **Insight Turkey**, v. 10, n. 1, 2008, p. 55-76.

CAGAPTAY, Soner; SIEVERS, Marc J. **Turkey and Egypt's Great Game in the Middle East**. The Washington Institute, 8 March 2015. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/turkey-and-egypts-great-game-in-the-middle-east>>.

CEBECI, Erol; ÜSTÜN, Kadir. The Syrian Quagmire: What's Holding Turkey Back? **Insight Turkey**, v. 14, n. 2, 2012, p. 13-21.

CELEP, Ödül. Turkey's Radical Right and the Kurdish Issue: The MHP's Reaction to the "Democratic Opening". **Insight Turkey**, v. 12, n.2, 2010, p. 125-142.

CHISLETT, William. **Turkey's Elections: AKP loses absolute majority, thwarts Erdogan's bid for executive presidency**. Real Instituto Elcano, 8 June 2015. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/web/rielcano_en/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_in/zonas_in/europe/commentary-chislett-turkeys-elections-akp-loses-absolute-majority-thwarts-erdogans-bid-for-executive-presidency>.

CIZRE, Ümit. The Emergence of the 'Government's Perspective on the Kurdish Issue. **Insight Turkey**, v. 11, n. 4, 2009, p. 1-12.

CLEVELAND, William L.; BUNTON, Martin. **A History of the Modern Middle East**. Boulder: Westview Press, 2009, 4. Ed.

CLINTON, Hillary. **Escolhas Difíceis**. São Paulo: Editora Globo, 2015.

COCKBURN, Patrick. **The Rise of Islamic State: ISIS and the new Sunni revolution**. London: Verso, 2015.

COŞKUN, Vahap. Constitutional Amendments Under the Justice and Development Party Rule. **Insight Turkey**, v. 15, n. 4, 2013.

_____. HDP Torn between Violence and Politics. **Insight Turkey**, v. 17, n. 4, 2015, p. 47-55.

ÇAKIR, Ruşen. Kurdish Political Movement and the “Democratic Opening”. **Insight Turkey**, v. 12, n. 2, 2010, p. 179-192.

ÇANDAR, Cengiz. The Kurdish Question: The Reasons and Fortunes of the ‘Opening’. **Insight Turkey**, v. 11, n. 4, 2009, p. 13-19.

ÇARKOĞLU, Ali. Turkey’s 2011 General Elections: Towards a Dominant Party System? **Insight Turkey**, v. 13, n. 3, 2011, p. 43-62.

ÇARKOĞLU; Ali. YILDIRIM, Kerem. Election Storm in Turkey: What do the Results of June and November 2015 Elections Tell Us? **Insight Turkey**, v. 17, n. 4, 2015, p. 57-79.

ÇINAR, Menderes. The Electoral Success of the AKP: Cause for Hope and Despair. **Insight Turkey**, v. 13, n. 4, 2011, p. 107-127.

DALAY, Galip; FRIEDMAN, Dov. The AK Party and the Evolution of Turkish Political Islam’s Foreign Policy. **Insight Turkey**, v. 15, n. 2, 2013, p. 123-140.

DAVUTOĞLU, Ahmet. Turkey’s Foreign Policy Vision: An Assessment of 2007. **Insight Turkey**, vol. 10, n. 1, 2008, p.77-96.

DICLE, Amed. **Will Turkey’s Jarablus win lead to showdown with Kurds?** Al-Monitor, 25 august 2016. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/08/turkey-syria-jarablus-main-target-kurds-isis.html>>.

DURAN, Burhanettin. Understanding the AK Party’s Identity Politics: A Civilizational Discourse and its Limitations. **Insight Turkey**, v. 15, n.1, 2013, p. 91-109.

EDELMAN, Eric; CORNELL, Svante; LOBEL, Aaron; KARAVELI, Halil. **Turkey Transformed: The Origins and Evolution of Authoritarianism and Islamization Under the AKP.** Washington D.C.: Bipartisan Policy Center, october 2015.

EFEĞİL, Ertan. Turkey’s New Approaches toward the PKK, Iraqi Kurds and the Kurdish Question. **Insight Turkey**, v. 10, n. 3, 2008, p. 53-73.

ENSAROĞLU, Yilmaz. Turkey’s Kurdish Question and the Peace Process. **Insight Turkey**, v. 15, n. 2, 2013, p. 7-17.

ERGİL, Doğu. Constitutional Referendum: Farewell to the ‘Old Turkey’. **Insight Turkey**, v. 12, n. 4, 2010, p. 15-22.

ERŞEN, Emre. Geopolitical Codes in Davutoğlu's Views toward the Middle East. **Insight Turkey**, v. 16, n. 1, 2014, p. 85-101.

ETE, Hatem. The 2014 Local Elections in Turkey: A Victory for Identity Politics. **Insight Turkey**, v. 16, n. 2, 2014, p. 111-128.

_____. The Political Reverberations of the Gezi Protests. **Insight Turkey**, v. 15, n. 3, 2013, p. 15-25.

FULLER, Graham. **The New Turkish Republic: Turkey as a Pivotal State in the Muslim World.** Washington: US Institute of Peace, 2008.

GERGES, Fawaz. **Obama and the Middle East: the end of America's moment?** Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

GÖLE, Nilüfer. Gezi – Anatomy of a Public Square Movement. **Insight Turkey**, v. 15, n. 3, 2013, p. 7-14.

GUNTER, Michael M. Iraq, Syria, ISIS and the Kurds: Geostrategic Concerns for the U.S. and Turkey. **Middle East Policy**, v. XXII, n. 1, spring 2015, p. 102-111.

_____. The Turkish-Kurdish Peace Process Stalled in Neutral. **Insight Turkey**, v. 16, n. 1, 2014, p. 19-26.

GURCAN, Metin. **What's Turkey really up to in Syria?** Al-Monitor, 25 august 2016. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/08/turkey-syria-euphrates-operation-possible-outcomes.html>>.

HADDAD, Bassam. Syria's Stalemate: The Limits of Regime Resilience. **Middle East Policy**, v. 19, n. 1, spring 2012.

HALE, William. Turkey and the Middle East in the 'New Era'. **Insight Turkey**, v. 11, n. 3, 2009, p. 143-159.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: Power, Politics and Ideology.** Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HAMID, Shadi. The Rise of the Islamists. **Foreign Affairs**, v. 90, n. 3, 2011.

HASHEMI, Nader. The Arab Revolution of 2011: Reflections on Religion and Politics. **Insight Turkey**, v. 13, n. 2, 2011, p. 15-21.

HERMANN, Charles Frazer. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, vol. 34, n. 1, march 1990.

HIRSH, Michael. **Bernard Lewis Revisited.** The Washington Monthly, november 2004. Disponível em: <http://www.jonathantan.org/handouts/General/Hirsh-Lewis_revisited.pdf>.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações.** Rio de Janeiro: Ponto de Leitura, 1996.
HURRIYET. **Leaders of the region meet at AKP congress.** Hurriyet Daily News, 1 october 2012. Disponível em: <<http://www.hurriyetdailynews.com/leaders-of-the-region-meet-at-akp-congress.aspx?pageID=238&nid=31356>>.

ICG (INTERNATIONAL CRISIS GROUP). **Syria's Kurds: A Struggle Within a Struggle.** International Crisis Group, Middle East Report n. 136, 22 january 2013. Disponível: <<https://d2071andvip0wj.cloudfront.net/syrias-kurds-a-struggle-within-a-struggle.pdf>>.

KADDORAH, Emad Y. The Turkish Model: Acceptability and Apprehension. **Insight Turkey**, v. 12, n. 4, 2010, p. 113-129.

KANAT, Kilic; USTUN, Kadir. U.S.-Turkey Realignment on Syria. **Middle East Policy**, v. XXII, n. 4, inverno de 2015, p. 88-97.

KARAGÖL, Erdal Tanas. The Turkish Economy During the Justice and Development Party Decade. **Insight Turkey**, v. 15, n. 4, 2013, p. 115-129.

KEYMAN, E. Fuat. A New Turkish Foreign Policy: Towards Proactive "Moral Realism". **Insight Turkey**, v. 19, n. 1, 2017, p. 55-69.

_____. The CHP and the "Democratic Opening": Reactions to AK Party's Electoral Hegemony. **Insight Turkey**, Vol. 12, no. 2, 2010, p. 91-108.

KHAZAN, Olga. **Who's fighting whom in Syria?** The Washington Post, 18 october 2012. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2012/10/18/whos-fighting-who-in-syria/?utm_term=.29736a8b4e8a>.

KINZER, Stephen. **Crescent and Star: Turkey Between Two Worlds**. New York: Farrar, Straus e Giroux, 2008.

KIRIŞCI, Kemal. Turkey's "Demonstrative Effect" and the Transformation of the Middle East. **Insight Turkey**, Vol. 13, no. 2, 2011, p. 33-55.

KNC (KURDISTAN NATIONAL CONGRESS). **Canton Based Democratic Autonomy of Rojava: A Transformation Process From Dictatorship to Democracy**. Kurdistan National Congress, may 2014. Disponível em: <<https://peaceinkurdistancampaign.files.wordpress.com/2011/11/rojava-info-may-2014.pdf>>.

KÖKER, Levent. A Key to the "Democratic Opening": Rethinking Citizenship, Ethnicity and Turkish Nation-State. **Insight Turkey**, Vol. 12, no. 2, 2010, p. 49-69.

KURU, Ahmet T. The Rise and Fall of Military Tutelage in Turkey: Fears of Islamism, Kurdism, and Communism. **Insight Turkey**, v. 14, n. 2, 2012, p. 37-57.

LANDIS, Joshua. The Syrian Uprising of 2011: Why the Assad Regime is Likely to survive to 2013. **Middle East Policy**, v. 19, n. 1, spring 2012.

LAWSON, Fred H. Syria's mutating civil war and its impact on Turkey, Iraq and Iran. **International Affairs**, v. 90, n. 6, 2014, p. 1351-1365.

LEWIS, Bernard. **The Emergence of Modern Turkey**. Oxford: Oxford University Press, 1961.

_____. Why Turkey is the only Muslim Democracy. **The Middle East Quarterly**, v. 1, n.1, 1994.

LOWE, Robert. **Rojava at 4: Examining the Experiment in Western Kurdistan**. Middle East Centre, Worskhop Proceedings, august 2016. Disponível em:

<<http://blogs.lse.ac.uk/mec/2016/08/26/rojava-at-4-examining-the-experiment-in-western-kurdistan/>>.

LYNCH, Marc. **The New Arab Wars: Uprisings and Anarchy in the Middle East**. New York: PublicAffairs, 2016.

MUFTI, Malik. Turkey's Choice. **Insight Turkey**, v. 19, n. 1, 2017, p. 71-87.

NYKÄNEN, Johanna. Identity, Narrative and Frames: Assessing Turkey's Kurdish Initiatives. **Insight Turkey**, v. 15, n. 2, 2013, p. 85-101.

OLSON, Robert. Turkish-Kurdish Relations: A Year of Significant Developments. **Insight Turkey**, Vol. 10, no. 3, 2008, p. 23-51.

ÖNIŞ, Ziya. Turkey and the Arab Spring: Between Ethics and Self-Interest. **Insight Turkey**, v. 14, n. 3, 2012, p. 54-63.

ÖZCAN, Mesut. From Distance to Engagement: Turkish Policy towards the Middle East, Iraq and Iraqi Kurds. **Insight Turkey**, v. 13, n. 2, 2011, p. 55-64.

ÖZCAN, Gül Berna; TURUNÇ, Hasan. Economic Liberalization and Class Dynamics in Turkey: New Business Groups and Islamic Mobilization. **Insight Turkey**, v. 13, n. 3, 2011, p. 63-86.

ÖZHAN, Taha. The Longest Year of Turkish Politics: 2014. **Insight Turkey**, v. 16, n. 2, 2014, p. 79-98.

_____. Turkey, Israel and the US in the Wake of the Gaza Flotilla Crisis. **Insight Turkey**, Vol. 12, no. 3, 2010, p. 7-18.

PARK, Bill. Turkey, the US and the KRG: Moving Parts and the Geopolitical Realities. **Insight Turkey**, v. 14, n. 3, 2012, p. 109-125.

_____. Turkey's isolated stance: an ally no more, or just the usual turbulence? **International Affairs**, v. 91, n. 3, 2015, p. 581-600.

PAASCHE, Till F. Syrian and Iraqi Kurds: Conflict and Cooperation. **Middle East Policy**, v. XXII, n. 1, spring 2015, p. 77-88.

PHILLIPS, Christopher. **Into the Quagmire: Turkey's Frustrated Syria Policy**. Chatham House Briefing Paper, december 2012.

ROBINS, Philip. Turkey's "double gravity" predicament: the foreign policy of a newly activist power. **International Affairs**, v. 89, n. 2, 2013, p. 381-397.

_____. Turkish foreign policy since 2002: between a "post-Islamist" government and a Kemalist state. **International Affairs**, v. 83, n. 1, 2007, p. 289-304.

SALT, Jeremy. Erdoğan's "New Turkey" Slides into Turmoil. **Middle East Policy**, v. 23, n. 2, summer 2016, p. 119-131.

SHAPIRO, Jacob. **The Islamic State Strikes Back**. Geopolitical Futures, 14 december 2016. Disponível em: <<https://geopoliticalfutures.com/the-islamic-state-strikes-back/>>.

STRATFOR. **A Russian Energy Firms Boosts the Political Power of Iraq's Kurds**.

Stratfor Assessments, 19 september 2017 (a). Disponível em:

<<https://worldview.stratfor.com/article/capitalizing-kurds>>.

_____. **Capitalizing on the Kurds**. Stratfor Analysis, 17 february 2016 (a). Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/capitalizing-kurds>>.

_____. **How Turkey Will Change the War in Syria**. Media Center Image, 28 july 2015 (a). Disponível em: <<https://www.stratfor.com/image/how-turkey-will-change-war-syria>>.

_____. **Retaking Ramadi is Only a Small Victory**. Stratfor Analysis, 28 december 2015 (b). Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/retaking-ramadi-only-small-victory>>.

_____. **Russia Leaves Syria With Loyalists on the Offensive**. Stratfor Analysis, 15 march 2016 (b). Disponível em: <<https://www.stratfor.com/analysis/russia-leaves-syria-loyalists-offensive>>.

_____. **Syria: U.S.-Backed Forces Take Raqqa From the Islamic State**. Stratfor Snapshots, 17 october 2017 (b). Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/syria-us-backed-forces-take-raqqa-islamic-state>>.

TEZCÜR, G. Murat. Prospects for Resolution of the Kurdish Question: A Realist Perspective. **Insight Turkey**, v. 15, n. 2, 2013, p. 69-84.

ULUTAŞ, Ufuk. The Syrian Opposition in the Making: Capabilities and Limits. **Insight Turkey**, v. 13, n. 3, 2011, p. 87-106.

USLU, Emrullah. Turkish Domestic Politics in 2009: Towards Normalization. **Insight Turkey**, Vol. 12, no. 1, 2010, p. 11-21.

VILLELLAS, Ana. New Peace Talks in Turkey: Opportunities and Challenges in Conflict Resolution. **Insight Turkey**, v. 15, n. 2, 2013, p. 19-26.

WALT, Stephen M. **Revolution and War**. New York: Cornell University Press, 1996.

YAVUZ, M. Hakan; KOÇ, Rasim. The Turkish Coup Attempt: The Gülen Movement vs. the State. **Middle East Policy**, v. 23, n. 4, winter 2016.

YAVUZ, M. Hakan; ÖZCAN, Nihat Ali. Turkish Democracy and the Kurdish Question. **Middle East Policy**, v. XXII, n. 4, winter 2015, p. 73-87.

YEĞEN, Mesut. The 2011 Elections and the Kurdish Question. **Insight Turkey**, v. 13, n. 4, 2011, p. 147-169.

YILDIZ, Kerim. Turkey's Kurdish Conflict: Pathways to Progress. **Insight Turkey**, v. 14, n. 4, 2012, p. 151-174.

YILMAZ, Kamil. The Emergence and Rise of Conservative Elite in Turkey. **Insight Turkey**, v. 11, n. 2, 2009, p. 113-136.